



# Relatório e Contas 2014



## Índice

Nota do Conselho Diretivo .....	6
Nota Introdutória .....	8
Principais Indicadores .....	9
1. Caracterização do Instituto.....	11
2. Síntese do ano .....	20
3. Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar.....	23
3.1. Envolvente Macroeconómica .....	23
3.2. Quadro Regulamentar.....	28
3.2.1. Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.....	28
3.2.2. Atividades Reguladas .....	29
3.2.2.1. Atividade de Construção .....	29
3.2.2.2. Atividade de Mediação Imobiliária.....	30
3.2.2.3. Contratação Pública .....	30
4. Evolução e Desenvolvimento Setorial .....	31
5. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto.....	38
5.1. Estratégia de Desenvolvimento do Instituto .....	38
5.2. Atividade Regulatória em 2013 .....	39
5.3. Projetos e Atuação de Gestão .....	50
6. Recursos Humanos .....	59
7. Análise Económica e Financeira .....	64
7.1. Análise da Receita na ótica Orçamental.....	64
7.2. Análise da Despesa na ótica Orçamental.....	67
7.3. Situação Económica na ótica do POCP.....	69
7.4. Situação Financeira .....	74
8. Perspetivas Futuras .....	76
9. Demonstrações Financeiras .....	78
9.1. Balanço .....	79
9.2. Demonstração de Resultados.....	81
9.3. Controlo orçamental - Despesa.....	83
9.4. Controlo Orçamental - Receita.....	88
9.5. Fluxos de Caixa .....	90
9.6. Anexos às Demonstrações Financeiras.....	94
Anexo 8.1 – Caracterização da entidade .....	95
Anexo 8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.....	102
Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução .....	117
8.3.1 - Alterações Orçamentais .....	117
8.3.2 - Contratação Administrativa.....	123
10. Legislação em vigor em 2013.....	130
10.1. Contratação Pública .....	130
10.2. Construção.....	132
10.3. Mediação Imobiliária .....	135
10.4. Ficha Técnica da Habitação .....	136
10.5. InCI, IP .....	137

## Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Organograma funcional do InCI, I.P., à data de 31 de dezembro de 2014.....	19
Ilustração 2 - Composição do Produto Interno Bruto - dados encadeados em volume (base 2011) .....	24
Ilustração 3 - Produto Interno Bruto a preços de mercado .....	24
Ilustração 4 - Formação Bruta de Capital Fixo - Taxa de variação homóloga (%).....	25
Ilustração 5 - Formação Bruta de Capital Fixo por segmentos - dados encadeados em volume .....	25
Ilustração 6 - Valor Acrescentado Bruto - taxa de variação homóloga (%).....	26
Ilustração 7 - Valor Acrescentado Bruto por segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%).....	26
Ilustração 8 - População empregada - variação homóloga (%) .....	27
Ilustração 9 - Peso do emprego na construção no emprego total (%).....	27
Ilustração 10 - Índice de emprego na construção .....	28
Ilustração 11 -- Número de obras licenciadas e concluídas 2012 .....	31
Ilustração 12 - Número de obras licenciadas e concluídas em 2014 .....	31
Ilustração 13 - Número de fogos licenciados e concluídos em 2014 .....	32
Ilustração 14 - Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento.....	33
Ilustração 15 - Evolução dos valores médios da avaliação bancária.....	33
Ilustração 16 - Índice de produção na construção .....	34
Ilustração 17 - Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga).....	35
Ilustração 18 - Títulos habilitantes no setor da construção .....	35
Ilustração 19 - Distribuição de empresas por classe de alvará - 2014 .....	36
Ilustração 20 - Distribuição de alvarás por NUTS II – 2014.....	36
Ilustração 21 - Distribuição de Títulos de Registo por NUTS II – 2014 .....	37
Ilustração 22 - Princípios Orientadores da Gestão do InCI .....	38
Ilustração 23 – Evolução das Receitas Orçamentais (2014/2010).....	64
Ilustração 24 - Receitas Orçamentais (2014/2013) .....	65
Ilustração 25 – Composição da receita, por setor de atividade (2013/2012).....	66
Ilustração 26 - Execução do Orçamento da Receita (2014) .....	66
Ilustração 27 – Evolução das Despesas Orçamentais (2014/2010).....	67
Ilustração 28 - Despesas Orçamentais (2013/2012) .....	68
Ilustração 29 - Execução do Orçamento da Despesa (2014).....	69
Ilustração 30 - Proveitos Operacionais (2014/2013).....	70
Ilustração 31 - Proveitos Operacionais por tipo de atividade (2013/2012) .....	71
Ilustração 32 – Distribuição dos Proveitos Operacionais 2014.....	71
Ilustração 33 – Estrutura de custos (2014/2013) .....	71
Ilustração 34 – Fornecimentos e Serviços Externos (2013/2012) .....	72
Ilustração 35 – Resultado Líquido (2013/2012) .....	73
Ilustração 36 – Estrutura Financeira (2014/2013/2012/2011) .....	74
Ilustração 37 – Ativo (2013/2012/2011) .....	74
Ilustração 38 – Fundos Próprios e Passivo (2013/2012/2011) .....	75



---

## FICHA TÉCNICA

**Título:**  
**RELATÓRIO E CONTAS 2014**

Abril de 2015

**Edição:**  
**Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P**

Av. Júlio Dinis, 11  
1069-010 Lisboa

Telefone: 21 794 67 00 | Fax: 21 794 67 90 | Página da Internet: <http://www.inci.pt> | Correio Eletrónico: [geral@inci.pt](mailto:geral@inci.pt)





## Nota do Conselho Diretivo

O ano de 2014 ficou marcado, em termos organizativos, por uma estabilização da direção de topo. Depois da nomeação do conselho diretivo, ocorrida no final de 2013, o ano de 2014 acabou por ser o primeiro ano (desde há muito tempo, pelo menos desde 2009) em que o Conselho Diretivo pode funcionar com os três membros legalmente previstos.

Já ao nível da direção intermédia, 2014 ficou marcado pela criação do Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas (DIIA).

2014 foi ainda o ano em que, através da Lei orgânica do Ministério da Economia, ficou definida a reestruturação do InCI, passando a Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC), reestruturação que, no entanto, apenas será materializada com a nova lei orgânica do IMPIC, a aprovar durante o corrente ano de 2015.

Em termos orçamentais, em 2014, a despesa realizada atingiu 85,07% do previsto (7.274.166,68€ em 9.371.114,95€) e a taxa de execução da receita foi de 85,66% (9.455.052,15€ de 11.114.412,95€).

O Presidente do Conselho Diretivo,

(Fernando Oliveira Silva)





## Nota Introdutória

A missão reguladora do InCI não se esgota com a atribuição de títulos para o exercício das atividades reguladas, nomeadamente, Alvará de Construção, Título de Registo e Licença de Mediação Imobiliária. A sua atuação visa potenciar um mercado de construção e do imobiliário moderno e competitivo através de uma efetiva ação inspetiva e fiscalizadora, da promoção do conhecimento do setor e do incentivo a iniciativas fomentadoras da atividade da construção. Acresce, ainda, a área da contratação pública - matéria cada vez mais relevante na vida das entidades públicas e, conseqüentemente, na prossecução do interesse público - na qual o instituto tem vindo a reforçar o seu papel de regulador e que tem, também, vindo a ganhar espaço na afetação dos recursos (humanos e financeiros) do InCI.

O presente Relatório e Contas 2014 pretende colocar à disposição dos interessados, em especial dos *stakeholders*, toda a informação que permita caracterizar a atuação do InCI ao longo do exercício de 2014, demonstrando tudo o que o Instituto desenvolveu em prol de um setor que, mercê da conjuntura económica atual, apresenta grandes desafios e dificuldades.

E, apesar de se tratar de um documento onde é analisada a prestação económica e financeira do Instituto, a informação nele constante vai mais além do que a mera apresentação das demonstrações financeiras. De facto, o presente relatório colige um conjunto de dados sobre as principais linhas estratégicas do Instituto, sua caracterização orgânica e resumo da atividade regulatória com menção dos principais indicadores de atividade.

Para além disto, é dado ênfase ao enquadramento económico e regulamentar do setor e às perspetivas futuras, estas últimas porque permitem aos agentes do setor perceber qual a estratégia do Instituto para numa conjuntura difícil tentar amenizar a crise e rumar para um sector que se quer moderno e competitivo.

## Principais Indicadores

Indicador	Fórmula de Cálculo	2014	2013	Variação 2014/2013
<b>Indicadores Económico-Financeiros</b>				
Património (€10 <sup>3</sup> )	Conta 51 do POCP	11.408.184	11.408.184	-
Fundos Próprios (€10 <sup>3</sup> )	Somatório da classe 5 e da conta 88 do POCP	10.509.172	7.485.514	41,14%
Resultado Líquido (€10 <sup>3</sup> )	Conta 88 do POCP	3.077.657	2.814.743	9,3%
Taxa Cobertura custos por proveitos próprios	$\frac{\text{Proveitos operacionais}}{\text{Custos operacionais}} \times 100$	147%	145%	1,4%
Execução do Orçamento da Despesa	$\frac{\text{Despesa Processada}}{\text{Despesa Orçamentada}} \times 100$	92%	74%	+12 p.p.
Execução do Orçamento da Receita	$\frac{\text{Receita gerada}}{\text{Receita Orçamentada}} \times 100$	84%	81%	+5 p.p.
Relação da Receita e Despesa	$\frac{\text{Receita Cobrada}}{\text{Despesa Processada}} \times 100$	131%	127%	+4 p.p.
Número de Empresas com Alvará	Número de empresas com Alvará válido a 31 de dezembro.	18.902	19.546	-3,3%
Número de Empresas com Título Registo	Número de empresas com Título de Registo válido a 31 de dezembro.	29.315	30.792	-4,8%
Número de Empresas com Licença de Mediação Imobiliária	Número de empresas com Licença de Mediação Imobiliária válida a 31 de dezembro.	3.410	3.104	+9,9%
N.º de Atos Regulatórios efetuados	Calculados de acordo com a Nota Explicativa abaixo	9.115	7.708	+18,3%
Total de empresas inspeccionadas	Número de empresas/empresários que foram alvos de pelo menos uma ação de inspeção durante o ano.	1.168	1.042	+12,1%
Custo Operacional por Ato Regulatório	$\frac{\text{Custos operacionais}}{\text{N.º actos regulatórios}}$	734 €	906 €	-19%
Produtividade	$\frac{\text{N.º actos regulatórios}}{\text{N.º colaboradores}}$	71	60	+18,3%
Aferição do desempenho junto dos agentes do sector	Avaliação qualitativa com base num inquérito a realizar junto das empresas do sector da construção e do imobiliário (escala 1 a 5)	3,82	3,86	-0,04



### Nota explicativa:

Os indicadores, relativos ao ano de 2014, apresentados no quadro anterior deverão ser interpretados tendo em conta as seguintes designações e notas explicativas:

- **N.º de atos regulatórios** = N.º Alvarás (concedidos e reclassificados) + Títulos de Registo (novos, modificados e revalidados) + n.º Licenças de Mediação Imobiliária (concedidas e revalidadas) + n.º Inscrições de Angaradores Imobiliários (concedidas e revalidadas).

Para além destes atos regulatórios, a definição permite ainda contemplar a emissão de *títulos habilitantes* de qualquer outra atividade que venha a ser regulamentada pelo InCI.

Neste indicador são apenas contabilizados os pedidos deferidos, ficando excluídos todos os processos indeferidos cuja análise requer os mesmos recursos.

## 1. Caracterização do Instituto

O InCI é um instituto público, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, sendo um organismo central com sede em Lisboa e com jurisdição sobre todo o território nacional, que prossegue atribuições do Ministério da Economia, estando sujeito à tutela e superintendência do respetivo ministro, a qual foi delegada no Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, através do Despacho n.º 10353/2011, de 17 de agosto<sup>1</sup>.

Os imperativos de modernização da Administração Pública, com a redefinição organizacional das estruturas e dos recursos, determinaram a reestruturação do Instituto em 2012, através do Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de julho. Neste pressuposto, o InCI é mantido como instituto público, mantendo a sua missão de regulador da construção e do imobiliário, mas reforçando os seus poderes em matéria de contratação pública.

Assim, esta nova lei orgânica vê consagrada e formalizada uma nova área de regulação - a da contratação pública -, reconhecendo o papel que o instituto já vinha exercendo neste domínio, especialmente desde que promoveu a transposição das diretivas comunitárias de 2004 (que deram lugar ao Código dos Contratos Públicos, em 2008) e assumiu a tarefa de conceber e gerir o portal dos Contratos Públicos (Portal BASE), o Observatório das Obras Públicas, assim como a coordenação da Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos.

**Atualmente, o InCI apresenta a seguinte caracterização:**

<b>Orgânica Estatutos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de julho</li> <li>• Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro</li> </ul>
<b>Natureza</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instituto público integrado na administração indireta do Estado</li> <li>• Autonomia administrativa e financeira e património próprio</li> <li>• Dependência tutelar e sob superintendência do Ministro da Economia</li> </ul>
<b>Órgãos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conselho Diretivo</li> <li>• Fiscal Único</li> <li>• Conselho Consultivo</li> </ul>

<sup>1</sup> Publicado no Diário da República n.º 157, de 17 de agosto de 2011

<b>Estrutura Orgânica</b> (Portaria n.º 378/2012)	Direções: 5 Departamentos: 2, a criar por deliberação do Conselho Diretivo
<b>Atividade de Regulação</b>	Qualificação/Licenciamento de empresas Fiscalização e Inspeção Sancionamento Produção legislativa Informação Estatística Representação do sector em organismos europeus e internacionais Resolução alternativa de litígios (mediação e arbitragem) Defesa do consumidor
<b>Atividades reguladas</b> <sup>(a)</sup>	Construção Mediação Imobiliária Contratação Pública
<b>Principais Indicadores (2013)</b>	N.º de empresas inscritas (construção e imobiliário): 51.627 N.º atos regulatórios efetuados: 9.115 N.º empresas inspecionadas: 1.168 Total de coimas aplicadas: €276.150 Prazo médio ponderado de emissão de <i>títulos habilitantes</i> – 10 dias Taxa cobertura de custos por proveitos operacionais – 156%
<b>Recursos Humanos</b>	3 Membros do Conselho Diretivo 5 Dirigentes Intermédios de nível I (Diretor de Serviços) 1 Dirigente Intermédio de nível II (Chefe de Departamento) 128 Elementos efetivos (91 colaboradoras e 37 colaboradores)
<b>Recursos Financeiros</b> (orçamento 2013)	Orçamento anual no valor de ±11 M€, do lado da receita, e de ±8,5 M€, do lado da despesa Atividade de regulação = 100% de receitas próprias (dos quais 98% resultam das taxas de licenciamento das atividades)
<b>Localização</b>	Sede na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa Edifício n.º 9 na Av. Júlio Dinis, n.º 11 - 1069-010 Lisboa Núcleo de Inspeção na Região Autónoma da Madeira (Funchal) Núcleo de Inspeção na Região Autónoma dos Açores (Ponta Delgada) Postos de atendimento em Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Lisboa, Évora e Faro



## MISSÃO

Criado sob a égide da maximização da eficácia e eficiência organizativas, o InCI tem por missão regular e fiscalizar o sector da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as suas atividades, produzir informação estatística e análises sectoriais pertinentes e assegurar a atuação coordenada do Estado no respetivo campo de atuação.

No âmbito da contratação pública, a atual lei orgânica veio reconhecer “(...) *o importante papel que o InCI, I. P., tem vindo a desempenhar no âmbito da regulação da contratação pública*”, tendo sido formalizadas diversas atribuições e competências nesta área.

## ATRIBUIÇÕES

---

Nesse âmbito, o InCI exerce as três funções principais que cabem na competência administrativa do Estado, ou seja, as funções de **regulação**, de **licenciamento** e de **fiscalização**.

A par destas atribuições, a nova orgânica vem a consagrar clarificar as atribuições e competências que o Instituto já vinha exercendo no âmbito da **contratação pública**, de que se salienta a definição do quadro jurídico-legal da atividade (designadamente mediante a preparação de diplomas legais), a representação institucional do país junto de instâncias europeias e internacionais, o exercício do poder sancionatório em sede das empreitadas de obras públicas, o reporte estatístico à Comissão Europeia, a coordenação da Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e a gestão de instrumentos indutores da transparência e *accountability* em sede de contratos públicos (portal BASE e Observatório das Obras Públicas).

Do mesmo modo, a nova lei orgânica enuncia que a definição das orientações estratégicas e a fixação de objetivos para o InCI nas matérias respeitantes à reabilitação urbana, bem como o acompanhamento da sua execução, são articulados entre as áreas do Governo responsáveis pelas obras públicas, ambiente e ordenamento do território.

No que respeita à **função regulatória**, cabe-lhe definir as regras a que tem de obedecer os agentes que pretendam aceder ao mercado da construção ou ao mercado do imobiliário e neles permanecer. Estas regras consubstanciam-se, designadamente nos requisitos que se entendem imperiosos para cumprir os referidos fundamentos de segurança e de proteção do consumidor/a, e que consistem,



no essencial, *i)* na competência técnica; *ii)* na capacidade económica e financeira; e *iii)* na idoneidade.

Entendem-se como integrando ainda a **função regulatória** do InCI as seguintes competências que lhe cabem:

- A **dinamização de iniciativas estratégicas** com vista a promover a competitividade e a sustentabilidade das empresas e o desenvolvimento sustentável do sector, de que é exemplo a constituição da Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção (PTPC), da qual o InCI foi o grande impulsionador, em 2001, e que tem hoje uma atividade profícua, aproximando as empresas do sector, as Universidades e demais entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN).
- A **produção de informação estatística** e análises sectoriais das fileiras da construção e do imobiliário, que possam constituir referencial para os agentes respetivos, de que são exemplo a produção de análises sectoriais, de relatórios sobre os agentes do sector, sobre a evolução dos agentes ao longo do tempo, com o propósito de disseminação de rácios e boas práticas entre os agentes no mercado.
- A **representação de Portugal** junto das instâncias comunitárias e internacionais relevantes para o sector.
- A **coordenação com a Autoridade da Concorrência (AdC)** na aplicação da Lei da Concorrência no sector da construção e do imobiliário.
- O **desenvolvimento de ações conducentes à promoção da mediação e arbitragem voluntária** para a resolução de conflitos emergentes das atividades do sector da construção e do imobiliário, de que é exemplo a proposta já apresentada à tutela de criação de um Centro de Arbitragem e Mediação do Imobiliário e da Construção.
- A aprovação trimestral de indicadores económicos a aplicar nas fórmulas de **revisão de preços** em contratos de empreitada de obras públicas.

No que respeita à **função licenciadora**, compete ao InCI atribuir os *títulos habilitantes* para o exercício das atividades cuja regulação lhe está cometida. Estes *títulos habilitantes* são os Alvarás e os

Títulos de Registo para a fileira da construção e as Licenças de Mediação Imobiliária para a fileira do imobiliário. De realçar ainda os poderes de emissão de declarações e registos para o exercício de atividade em Portugal por parte de empresas estrangeiras.

Relativamente à **função fiscalizadora**, cabe ao InCI, em matéria de competências originárias, a função de **fiscalizar as atividades da construção e do imobiliário**, em termos, essencialmente, de poder averiguar:

- Da subsistência, no seio dos agentes respetivos, dos requisitos que levaram à sua habilitação e licenciamento;
- Do exercício (ilegal) das atividades reguladas por parte de agentes não habilitados.

Associados aos poderes de fiscalização, cabem ao InCI **poderes sancionatórios**, resultantes, regra geral, da atividade fiscalizadora, mas também em consequência de queixas, reclamações e denúncias endereçadas ao Instituto pelos consumidores/as em geral, ou por outras entidades públicas.

Como **atribuições não originárias do InCI** no âmbito da aplicação das políticas públicas, passaram a caber ao InCI, nos anos de 2007 e 2008, novas atribuições que a seguir se discriminam.

Ao nível do Livro de Reclamações, o InCI foi incumbido de fiscalizar **a obrigatoriedade de existência e disponibilização de Livro de Reclamações** em estabelecimentos de empresas de construção civil, mediação imobiliária, promoção imobiliária, administração de condomínios e de avaliação imobiliária. O InCI é ainda competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento daquela obrigatoriedade.

Ao nível da **prevenção e combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo**, no que respeita às transações imobiliárias, foi conferida ao InCI a competência para fiscalizar, em articulação com a Procuradoria-Geral da República e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, o cumprimento dos deveres que recaem sobre as entidades que exerçam atividades imobiliárias, nomeadamente no que respeita às transações imobiliárias em que intervenham, com vista à prevenção e combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo. O InCI é, ainda, competente para instruir processos de contraordenação relacionados com o incumprimento destes deveres.

Ao nível da **contratação pública**, o Código dos Contratos Públicos e as portarias que o regulamentam vieram conferir ao InCI atribuições e competências legais nesta área, competências agora clarificadas com a publicação da nova orgânica do InCI, de que se destacam:

- A coordenação da Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos (CACCP);
- A apresentação de projetos legislativos e regulamentares relacionados com os contratos públicos e dar parecer sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- A emissão de parecer sobre projetos de transposição de diretivas europeias relativas a contratos públicos, assim como desenvolver ou participar na elaboração de projetos legislativos de adequação da legislação nacional aos princípios europeus;
- A representação nacional junto das instâncias europeias e internacionais, designadamente a participação em grupos de trabalho relacionados com o Public Procurement junto da Comissão Europeia, em representação do Estado Português, designadamente no E-Procurement, no Comité Consultivo dos Mercados Públicos (CCMP) e no Grupo de Estatística (ESWG);
- A gestão do “call center” do Portal BASE, que dá resposta às questões colocadas por adjudicantes, concorrentes e adjudicatários/as relacionadas com a aplicação do Código dos Contratos Públicos;
- O desenvolvimento de análises estatísticas e inquéritos de satisfação acerca da contratação pública eletrónica (vide relatório anual da contratação pública 2011);
- A conceção e gestão do portal dos contratos públicos - Portal BASE (<http://www.base.gov.pt>), de que é exemplo o desenvolvimento do Base 2.0, lançado em janeiro de 2012);
- A conceção e gestão do Observatório das Obras Públicas (<http://www.base.gov.pt/oop/>), com nova versão lançada em maio de 2012;
- A instrução de processos de contraordenação e a aplicação de coimas por incumprimento das regras previstas no Código dos Contratos Públicos;



- O reporte estatístico, à Comissão Europeia, relativos aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes.

## **ÓRGÃOS**

---

Para a prossecução da sua missão e das suas atribuições, definidas no Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de julho, cujo âmbito tem sido sucessivamente alargado, o InCI conta com a seguinte estrutura:

- O Conselho Diretivo;
- O Fiscal Único;
- O Conselho Consultivo

### **CONSELHO DIRETIVO**

---

O Conselho Diretivo é, nos termos da lei, composto por um presidente e por dois vogais.

Em 12 de setembro de 2013, foi designado o atual Conselho Diretivo do InCI<sup>2</sup>, sendo constituído pelo Presidente, Dr. Fernando José Oliveira Silva, e pelos Vogais, Dr. João Santiago Leão Ponce Dentinho e Dr. António Albino Pires de Andrade.

O Conselho Diretivo é o órgão colegial responsável pela definição e implementação das funções de gestão, fiscalização e inspeção e de regulamentação do InCI, bem como pela direção dos respetivos serviços, em conformidade com a lei e com as orientações governamentais.

### **FISCAL ÚNICO**

---

O Fiscal Único é o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

---

<sup>2</sup> Despacho n.º 12136/2013, publicado no D.R., n.º 184, II Série, de 24 de setembro de 2013



O exercício destas funções é desempenhado por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada por despacho conjunto do Ministro das Finanças e d Ministro que tutela o InCI, no caso, a sociedade de revisores oficiais de contas “Esteves & Pinho”, representada pelo Dr. Rui Manuel Correia de Pinho (ROC 989).<sup>3</sup>

## CONSELHO CONSULTIVO

---

O Conselho Consultivo é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais de atuação do InCI, e nas tomadas de decisão do respetivo Conselho Diretivo.

É presidido pelo membro do Governo que tutela o InCI, e tem a seguinte composição:

- O presidente do conselho diretivo do InCI, que substitui o membro do Governo da tutela nos seus impedimentos, faltas e ausências;
- 1 representante do Instituto Nacional de Estatística, I. P.;
- 1 representante do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.;
- 1 representante da Direção-Geral do Território;
- 1 representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
- 1 representante do Governo Regional dos Açores;
- 1 representante do Governo Regional da Madeira;
- 1 representante da Ordem dos Arquitetos;
- 1 representante da Ordem dos Engenheiros;
- 1 representante da Ordem dos Engenheiros Técnicos;
- 1 representante das associações de empresas ligadas ao sector da construção e do imobiliário, no caso, da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário.

Para além de outras competências conferidas por lei, compete ao Conselho Consultivo pronunciar-se sobre os indicadores económicos a estabelecer para o cálculo da revisão de preços no âmbito das empreitadas de obras públicas e sobre as fórmulas-tipo a aplicar em contratos de empreitada.

Compete-lhe, ainda, pronunciar-se sobre a situação dos mercados do sector da construção e do imobiliário e sobre o quadro normativo nacional e europeu em vigor, relacionado com o sector.

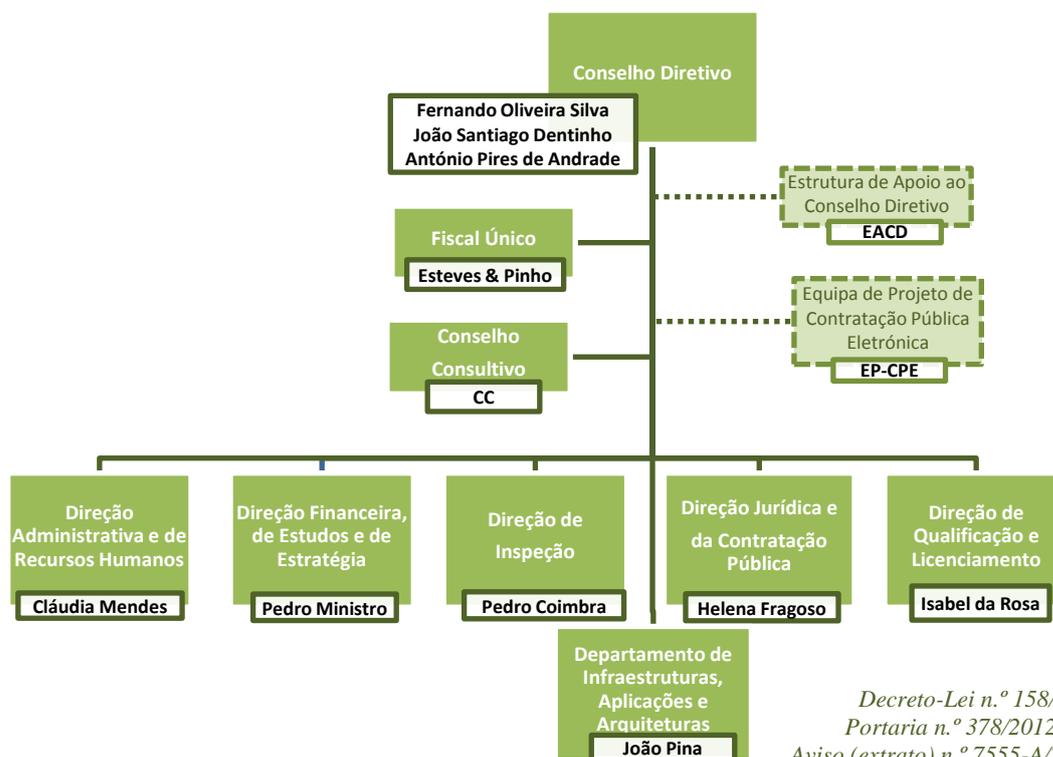
---

<sup>3</sup> Despacho Conjunto n.º 7390/2008, publicado no D.R., n.º 52, II, de 13 de março de 2008

## ESTRUTURA ORGÂNICA

A estrutura orgânica do InCI, estabelecida pela Portaria n.º 378/2012, de 20 de novembro<sup>4</sup>, é composta por 5 unidades orgânicas de nível I (direções)<sup>5</sup>, podendo ser criadas 2 unidades orgânicas de nível II (departamentos)<sup>6</sup>, por deliberação do Conselho Diretivo.

Ilustração 1 - Organograma funcional do InCI, I.P., à data de 31 de dezembro de 2014



<sup>4</sup> Portaria que revogou os anteriores estatutos previstos na Portaria n.º 542/2007, de 30 de abril

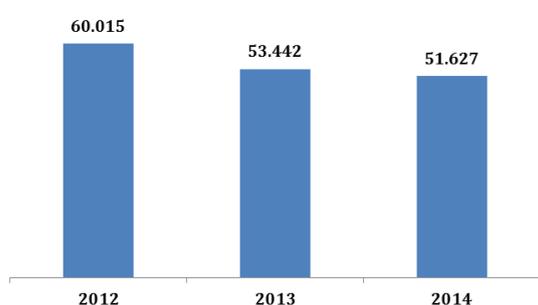
<sup>5</sup> Nos anteriores estatutos estavam previstas 7 direções

<sup>6</sup> Os anteriores estatutos possibilitavam a existência de 11 departamentos, mediante deliberação do Conselho Diretivo

## 2. Síntese do ano

A atividade do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI), no ano de 2014, ficou ainda marcada pela conjuntura que o país atravessa e pelo quadro de crise generalizada na União Europeia, sendo ainda visíveis as dificuldades dos agentes económicos do sector da construção e do imobiliário para o exercício da sua atividade, ainda que com sinais de uma ligeira recuperação.

**Títulos habilitantes válidos (2012-2014)**



No âmbito da **qualificação dos agentes do sector**, no final de 2014, verificou-se a existência de 51.627 títulos habilitantes válidos, menos 3,4%, face a 2013, e menos 14%, face a 2012. Esta redução deveu-se, essencialmente, ao elevado número de empresas que não conseguiram revalidar o alvará de construção para o ano de 2014, por não cumprirem as condições mínimas de permanência na atividade, designadamente, deter um valor de capital próprio positivo e possuir um quadro técnico a conferir capacidade técnica à empresa. Para além deste fator, verificou-se ainda uma redução de 8,6% e 17% na emissão de novos títulos de registo, face a 2013 e 2012, respetivamente.

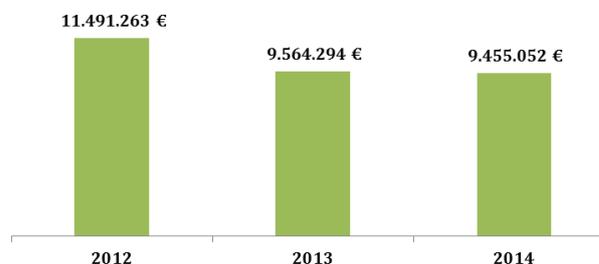
No entanto, apesar do número de títulos habilitantes válidos ter diminuído de 2013 para 2014, registou-se um aumento de 18,3% no número de atos regulatórios efetuados, em 2014 (9.115), face a 2013 (7.708), tendo-se verificado, face a 2013, mais alvarás novos (+15%) e reclassificados (+30%), mais revalidações de títulos de registo (+8,2%) e mais licenças de mediação imobiliária novas (+76%) e revalidadas (+520%).

Ao nível da **fiscalização**, em 2014, foram desencadeadas 525 ações de inspeção, em 100 concelhos, visando 1.168 empresas, onde se detetaram 370 ilícitos. Comparativamente com o período homólogo de 2013, verificou-se um aumento de 12% no número de empresas fiscalizadas, apesar de se terem realizado menos 8,4% de ações inspetivas.

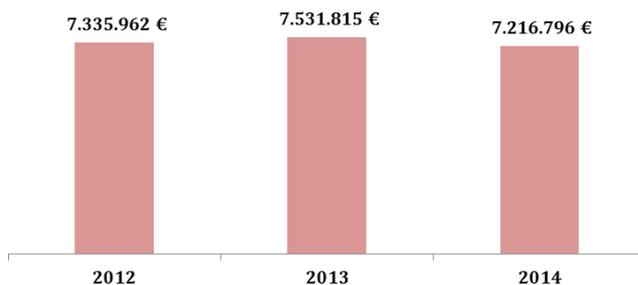
Relativamente ao **sancionamento** dos agentes do sector, foram instaurados 1.024 processos de contraordenação e concluídos 426. Destes, resultou a aplicação de 73 coimas, no valor total de 276.150€, cerca de menos 26,7%, face a 2013.

Apesar de se ter verificado um aumento 18,3% no número de atos regulatórios efetuados em 2014, relativamente a 2013, o valor de receita total cobrada foi de 9.455.052 €, cerca de 2% inferior verificado em 2013. Esta situação decorre do facto dos valores das taxas de mediação imobiliária terem sido revistos, em baixa, em junho de 2013 (Portaria n.º 199/2013, de 31 de maio).

#### Receita arrecadada (2012-2014)



#### Despesa efetuada (2012-2014)



Ao nível da despesa, a forte contenção efetuada, durante o ano de 2014, permitiu que esta ascendesse apenas a 7.216.796€, o que representou uma diminuição de 4,2% e de 1,6%, face ao verificado em 2013 e 2012, respetivamente.

No âmbito do **quadro regulatório**, destaca-se a publicação do Regulamento n.º 16/2014, de 15 de janeiro, o qual estabeleceu os procedimentos administrativos previstos na Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, diploma que estabeleceu o regime jurídico a que ficou sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpôs para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro, relativa aos serviços no mercado interno.

No âmbito da **cooperação institucional**, foram estreitados os laços entre o InCI e a AICEP Portugal, tendo sido formalizado um protocolo com vista ao intercâmbio de informação para divulgação de matérias de apoio à internacionalização e acesso ao mercado externo por parte das empresas do sector da construção e do imobiliário. Durante o ano de 2014, foi ainda celebrado um protocolo com a Associação dos Mediadores do Imobiliário de Portugal (ASMIP) e um protocolo

de cooperação técnico-científica com a Autoridade Reguladora de Aquisições Públicas (ARAP) de Cabo Verde.

Ao nível da **gestão interna**, em junho de 2014, foi criado o Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas (DIAA), unidade orgânica de nível II, que funciona na direta dependência do Conselho Diretivo, conforme Aviso (extrato) n.º 7555-A/2014, publicado em Diário da República, II série, n.º 122, de 27-06-2014.

Em 2014, o portal BASE, portal oficial dos contratos públicos, passou a ter uma nova imagem e a disponibilizar novas funcionalidades com vista a uma melhoria contínua da sua utilização. Neste âmbito, foram realizadas 15 ações de sensibilização e esclarecimento que visaram promover e esclarecer as entidades adjudicantes quanto às necessidades e formas de comunicação ao Portal BASE, de acordo com as normas da **contratação pública**. As 15 ações visaram um total de 701 participantes e efetuaram-se em 7 localidades diferentes, designadamente, em Faro, Lisboa, Porto, Évora, Coimbra, Madeira e Açores.

Ao nível da **gestão dos recursos humanos**, destaca-se a realização, em Coimbra, do 1º Encontro dos Colaboradores e das Colaboradoras afetos às Lojas de Cidadão, com o objetivo de fomentar o *network* entre os colegas das diferentes regiões do país.

Num ano em que se verificou uma intensa movimentação de pessoal, com a entrada de 25 novos colaboradores/as que compensaram a saída de outros 25, registou-se, no inquérito de opinião realizado em 2014, o maior nível de satisfação com o InCI, desde que o inquérito começou a ser efetuado (2009), tendo os colaboradores e as colaboradoras do Instituto atribuído uma classificação qualitativa de “Satisfeito”, com um índice global de satisfação de 3,47 pontos.



## 3. Enquadramento Macroeconómico e Regulamentar

### 3.1. Envoltente Macroeconómica

#### Contextualização

A economia portuguesa em 2014 começou a apresentar sinais de recuperação na sua atividade, após a implementação do processo de ajustamento da economia portuguesa, iniciado no 1º semestre de 2011 e concluído em maio de 2014. Ao longo destes três últimos anos verificaram-se correções de desequilíbrios acumulados nas últimas décadas bem como o processo de consolidação orçamental, no quadro dos compromissos assumidos ao nível europeu.

Segundo dados do INE, 2011, 2012 e 2013, foram anos em que a atividade económica portuguesa registou uma contração significativa na maior parte dos indicadores macroeconómicos, sendo que em 2014, o PIB registou uma variação positiva, desde a chegada da *Troika*, marcando também o regresso ao crescimento do consumo privado.

No setor da construção alguns indicadores indiciam uma possível recuperação no setor no curto prazo. O índice de produção no setor registou uma variação homóloga de -9%, tendo no ano anterior registado cerca de -16%. O investimento neste setor apresentou uma variação homóloga de -4,3% (-14,1% em 2013). O número de desempregados oriundos de empresas da construção foi de 12,5 mil indivíduos, traduzindo-se numa quebra de 4,3%, face a 2013, variação muito menos intensa que nos últimos três anos (por exemplo em 2013 registava -15,9%). Ainda assim, o peso do setor da construção no emprego total equivale a 6,1%.

Este contexto macroeconómico também teve repercussões ao nível dos agentes económicos licenciados pelo InCI. As licenças para o setor da construção e do imobiliário não apresentaram reduções tão drásticas como em 2013 e 2012. Na área da construção, no final de 2014, o número de agentes económicos com licença válida para a atividade da construção diminuiu 2.121 (-4,2%) face a 2013.

Os detentores de alvará de construção registaram uma diminuição de -3,3% (-644 agentes) e os detentores de Títulos de Registo, uma diminuição de -4,8% (-1.477 agentes) face a 2013.

Em sentido inverso, na área do imobiliário, verificou-se um aumento de 306 empresas de mediação imobiliária, representando uma variação de 9,9% face a 2013, justificando-se pela alteração legislativa que desregulou a atividade de angariação imobiliária.

#### O Produto Interno Bruto (PIB)

A evolução do PIB, em 2014 finalmente apresentou uma variação positiva de 0,9% no seguimento das reduções verificadas em 2011, 2012 e 2013.

Esta evolução resultou do contributo da procura interna (passando de -2,3% em 2013 para 2,0% em 2014), refletindo assim uma recuperação no consumo privado e do investimento.

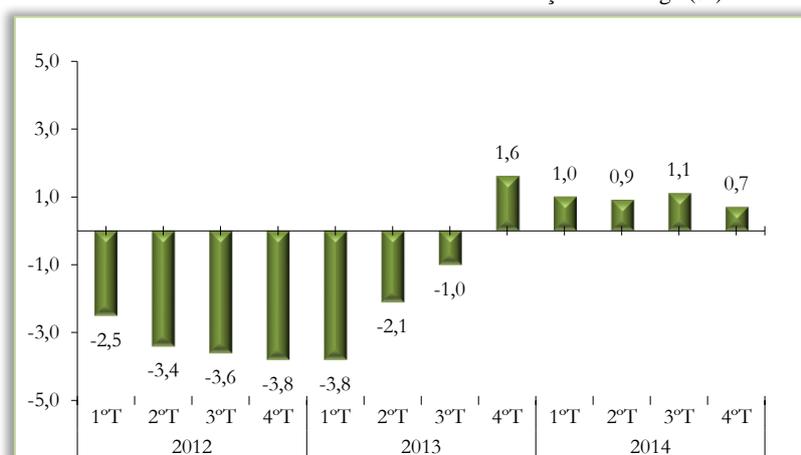
Ilustração 2 - Composição do Produto Interno Bruto - dados encadeados em volume (base 2011)

Taxa de variação anual %	2011	2012	2013	2014
Despesas de Consumo Final	-3,7	-5,0	-1,5	1,5
Formação Bruta de Capital	-14,0	-14,2	-6,5	5,2
Procura Interna	-5,7	-6,6	-2,3	2,0
Exportações	7,0	3,1	6,4	3,4
Importações	-5,8	-6,6	3,6	6,2
<b>PIB</b>	<b>-1,8</b>	<b>-3,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>0,9</b>

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (27 de fevereiro de 2015)

Na análise trimestral, a variação homóloga do PIB em 2014 apresentou-se também positiva, ao contrário dos trimestres dos anos anteriores. Segundo dados do INE esta variação deveu-se ao contributo positivo da procura interna e ao contributo menos negativo da procura externa líquida refletindo a aceleração das exportações de bens e serviços.

Ilustração 3 - Produto Interno Bruto a preços de mercado  
Dados encadeados em volume – taxa de variação homóloga (%)

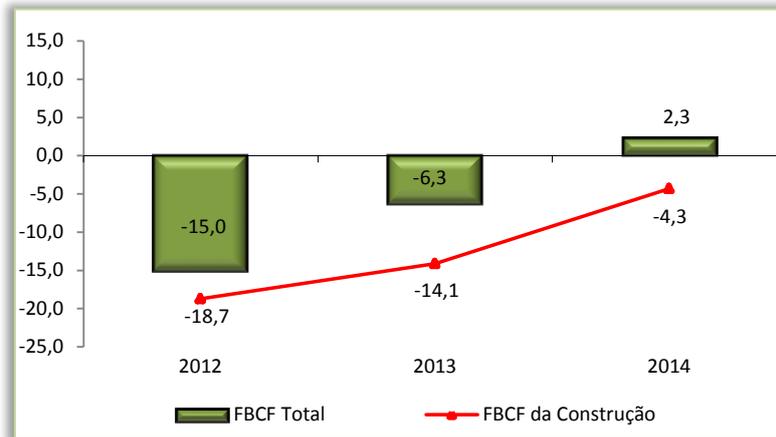


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (27 de fevereiro de 2015)

### A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)

Segundo os dados estatísticos do INE, a Formação Bruta de Capital Fixo em 2014 registou um aumento de 2,3% na sequência das variações negativas registadas desde 2009.

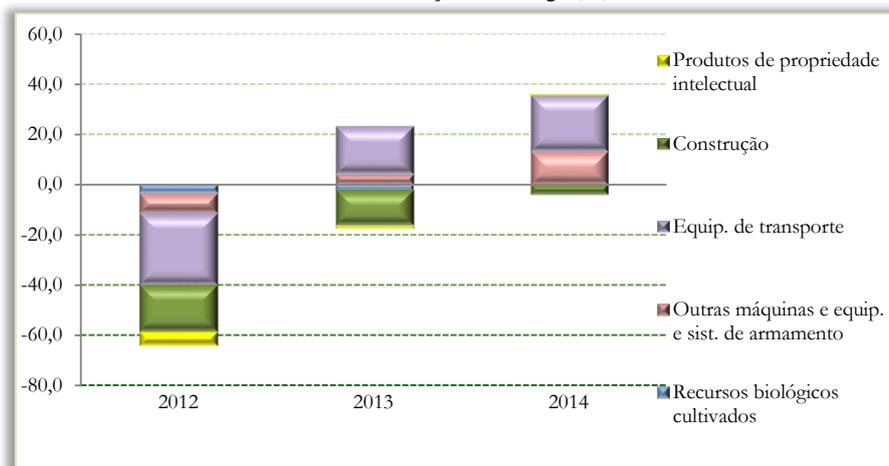
Ilustração 4 - Formação Bruta de Capital Fixo - Taxa de variação homóloga (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (27 de fevereiro de 2015)

O crescimento da FBCF deveu-se principalmente ao segmento de Outras máquinas e equipamentos. A FBCF no segmento da construção, embora apresente ainda variação negativa (-4,3%) mas menos intensa que em 2013. Refira-se que em 2012 e 2013 a FBCF neste segmento apresentou variações negativas muito significativas, -18,7% e -14,1% respetivamente.

Ilustração 5 - Formação Bruta de Capital Fixo por segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%)

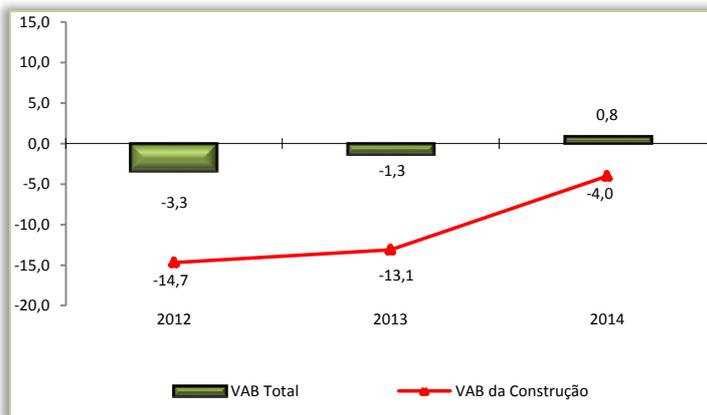


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (27 de fevereiro de 2015)

## O Valor Acrescentado Bruto (VAB)

À semelhança dos indicadores macroeconómicos anteriores, também o VAB apresenta uma evolução positiva de 0,8% em 2014. Ainda assim no segmento da construção, este indicador, registou em termos reais uma taxa de variação de -4,0%, variação muito menos expressiva do que no ano anterior (-13,1%).

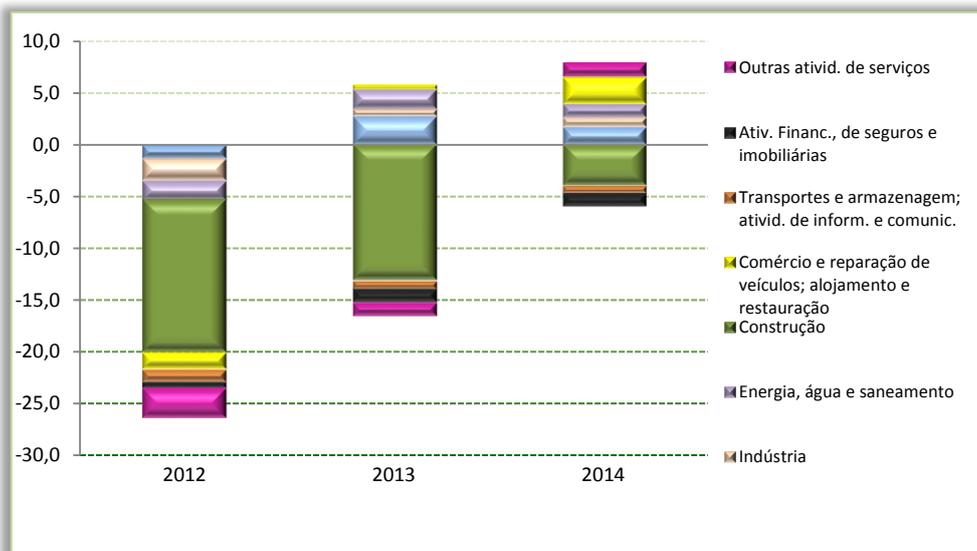
Ilustração 6 - Valor Acrescentado Bruto - taxa de variação homóloga (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (27 de fevereiro de 2015)

Observa-se pelo gráfico que o VAB no sector da construção continua a apresentar taxas de variação inferiores às taxas da economia nacional.

Ilustração 7 - Valor Acrescentado Bruto por segmentos - dados encadeados em volume taxa de variação homóloga (%)

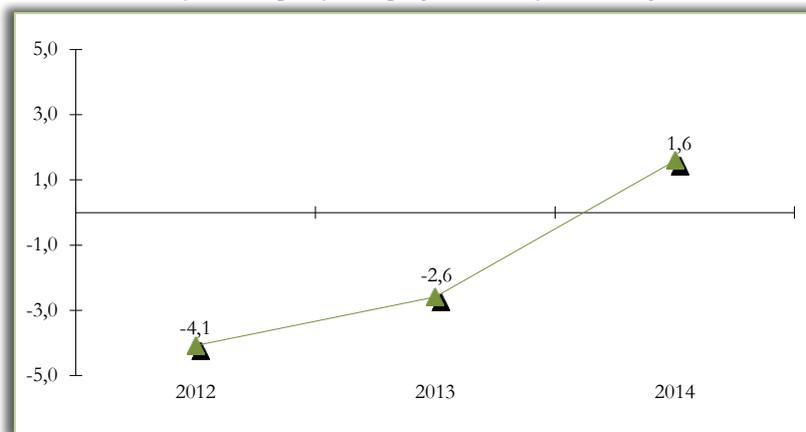


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Contas Nacionais Trimestrais e Anuais (27 de fevereiro de 2015)

## O Emprego

No ano de 2014 assistiu-se a um aumento da população empregada face a 2013, com uma variação de 1,6% totalizando 4.499,5 mil indivíduos registando um acréscimo de 70,1 mil indivíduos. A taxa de desemprego desagravou ligeiramente passando de 16,2% em 2013 para 13,9% em 2014, traduzindo-se numa diminuição de cerca de 129,2 mil indivíduos.

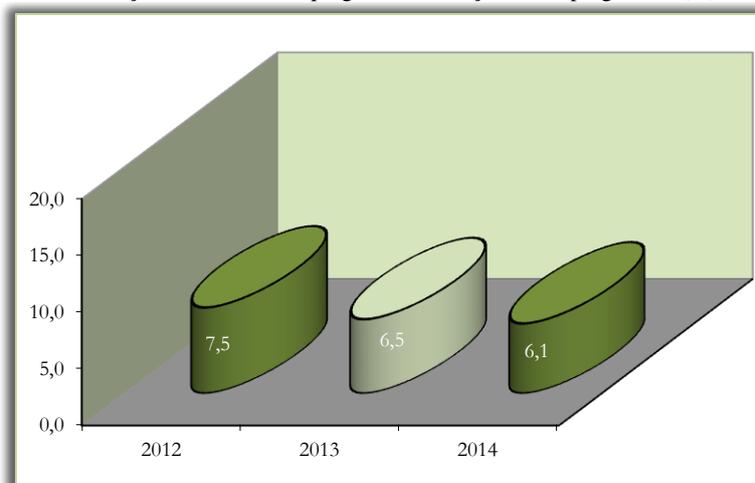
Ilustração 8 - População empregada - variação homóloga (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Estatísticas do Emprego (4º trimestre de 2014)

Na construção, o emprego tem vindo a diminuir registando em 2014 uma queda de 12,5 mil indivíduos. Este sector representa 6,1% no emprego total.

Ilustração 9 - Peso do emprego na construção no emprego total (%)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Estatísticas do Emprego (4º trimestre de 2014)

O índice ilustrado na representação gráfica seguinte, que procura medir as variações do volume de emprego em intervalos curtos e regulares relativamente a um período de tempo tomado como referência, apresentou alguma oscilação durante o ano, mas com uma tendência decrescente nos últimos meses. O índice de emprego, no último mês do ano de 2014 diminuiu 1,7% em termos homólogos.

Ilustração 10 - Índice de emprego na construção



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Índices de produção, emprego e remunerações na construção (Dez. de 2014)

### 3.2. Quadro Regulamentar

O ano em análise foi marcado pela publicação das novas diretivas relativas ao *public procurement* - Diretiva 2014/24/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos e que revoga a Diretiva 2004/18/CE, Diretiva 2014/23/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa à adjudicação de contratos de concessão e Diretiva 2014/25/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos públicos celebrados pelas entidades que operam nos setores da água, da energia, dos transportes e dos serviços postais e que revoga a Diretiva 2004/17/CE – cuja transposição para o direito interno urge concretizar.

#### LEGISLAÇÃO PUBLICADA EM 2014

##### 3.2.1. Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.

Foram publicados os seguintes diplomas diretamente relacionados com o Instituto:

- Despacho n.º 212/2014, de 20 de dezembro, publicado no D.R. n.º 4, Série II, de 7 de janeiro – Regulamento do Horário de Trabalho do InCI,I.P.
- Despacho n.º 578/2014, publicado no D.R. n.º 8, Série II, de 13 de janeiro – Gestão do Projeto ProNIC, em representação do Estado Português é assumida pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, IP (InCI), organismo regulador do setor da construção e do imobiliário, bem como da contratação pública.
- Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de janeiro, publicado no D.R. n.º 15, Série I – Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Economia.
- Despacho n.º 4692/2014, publicado no D.R. n.º 64, Série II, de 1 de abril – Subdelegação de competências na área dos processos de contraordenação.
- Aviso (extrato) n.º 7555-A/2014, publicado no D.R. n.º 122, Suplemento, Série II de 27 de junho – Criação do Departamento de Infraestruturas, Aplicações e Arquiteturas (DIAA), Unidade Orgânica de nível II.
- Despacho n.º 9593/2014. Publicado no D.R. n.º 141, Série II, de 24 de julho - Nomeação em regime de substituição de chefe de departamento (DIAA).
- Deliberação n.º 2152/2014, publicada D.R. n.º 230, Série II, de 27 de novembro – Cessação de funções de chefe de departamento (DIAA).
- Despacho n.º 14328/2014, publicado no D.R. n.º 230, Série II, de 27 de novembro – Nomeação em regime de substituição de chefe de departamento (DIAA).

### 3.2.2. Atividades Reguladas

Foram publicados os seguintes diplomas relacionados com a generalidade dos sectores de atividade regulados pelo Instituto:

#### 3.2.2.1. Atividade de Construção

- Aviso n.º 1159/2014, publicado no D.R. n.º 19, Série II de 28 de janeiro - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

- Portaria n.º 66/2014, publicada no D.R. n.º 50, Série I, de 12 de março – Define o sistema de avaliação dos técnicos do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (S.C.E) e aprova as adaptações ao regime jurídico de certificação para acesso e exercício da atividade de formação profissional, aprovado pela Portaria n.º 851/2010, de 6 de setembro.
- Aviso n.º 6819/2014, publicado no D.R. n.º 108, Série II, de 5 de junho - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.
- Despacho n.º 7507/2014, publicado no D.R. n.º 110, Série II, de 9 de junho – Designa o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I.P. (LNEC), como Organismo de Avaliação Técnica (OAT).
- Decreto-Lei n.º 136/2014, publicado no D.R. n.º 173, Série I, de 9 de setembro – Procede à décima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação.
- Aviso n.º 19343/2014, publicado no D.R. n.º 197, Série II, de 13 de outubro - Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2014, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.

#### 3.2.2.2. Atividade de Mediação Imobiliária

- Regulamento n.º 16/2014, de 15 de janeiro – Regulamento dos procedimentos administrativos previstos na Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro

#### 3.2.2.3. Contratação Pública

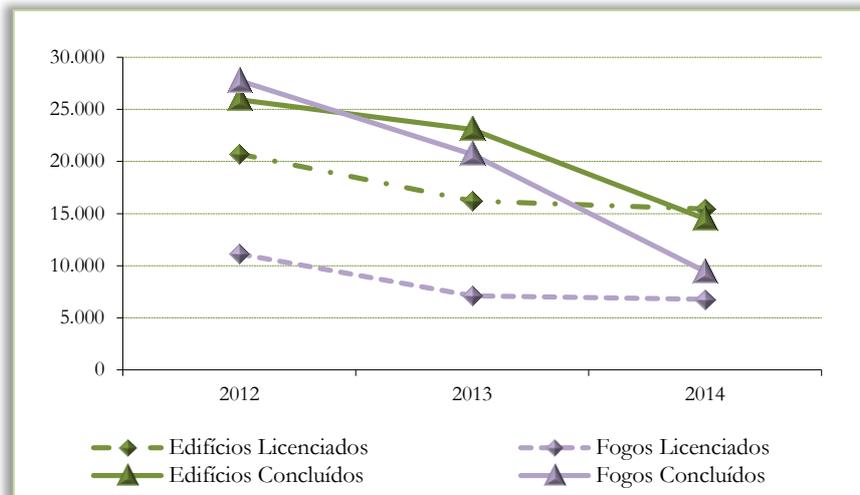
- Despacho 10563/2014, de 14 de agosto – Determina que as plataformas eletrónicas a operarem no mercado nacional de contratação pública e certificadas para o acesso e exercício da atividade sejam obrigadas a aceitar os certificados de validação cronológica que sejam emitidos por qualquer entidade de certificação eletrónica.

## 4. Evolução e Desenvolvimento Setorial

Este ponto tem por objetivo selecionar pontos-chave para a caracterização da evolução e desenvolvimento do setor regulado.

### Obras Particulares – Licenciadas e Concluídas

Ilustração 11 - Número de obras licenciadas e concluídas



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Construção: Obras licenciadas e concluídas (4º trimestre de 2014)

Pela análise do gráfico, constata-se que o número de edifícios licenciados apresentou um decréscimo ligeiro no último ano. Em termos homólogos, 2014 teve uma diminuição de cerca de 5% em relação a 2013 no número de edifícios licenciados correspondendo a um decréscimo de cerca de 757 edifícios. No mesmo sentido, o número de edifícios concluídos registou também uma variação negativa de cerca de 37% em relação a 2013 correspondendo a um decréscimo de cerca de 8,5 mil edifícios.

Ilustração 12 - Número de obras licenciadas e concluídas em 2014

	Obras Licenciadas <sup>1</sup> em 2014					Obras Concluídas <sup>2</sup> em 2014				
	1º T	2ºT	3ºT	4ºT	Total	1º T	2ºT	3ºT	4ºT	Total
Edif. Resid. e não Resid.	3.926	3.984	3.754	3.781	<b>15.445</b>	4.194	3.710	3.390	3.206	<b>14.500</b>
Edif. Resid.	1.262	1.311	1.273	1.371	<b>5.217</b>	1.690	1.539	1.382	1.187	<b>5.798</b>
Fogos	1.572	1.627	1.742	1.831	<b>6.772</b>	2.919	2.534	2.130	1.846	<b>9.429</b>

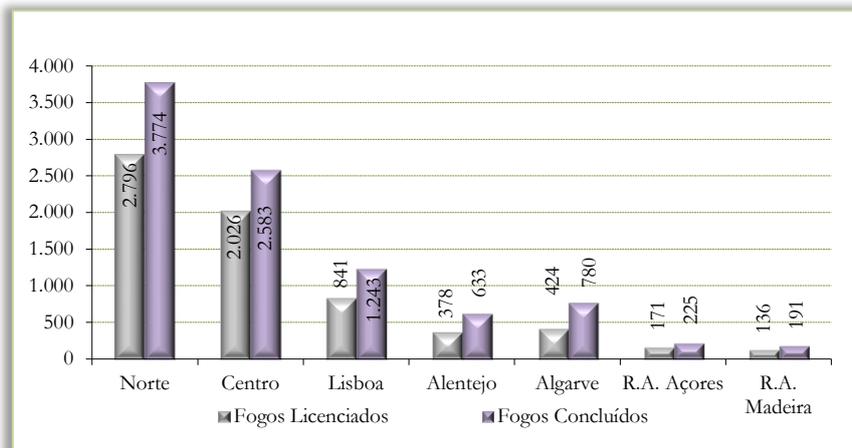
<sup>1</sup> Construções novas, ampliações, alterações, reconstruções e demolições de edifícios.

<sup>2</sup> Construções novas, ampliações, alterações e reconstruções de edifícios

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Construção: Obras licenciadas e concluídas (4º trimestre de 2014)

Em Portugal, no ano de 2014, foram licenciados cerca de 15,4 mil edifícios, dos quais 5,2 mil correspondem a edifícios residenciais. O número total de fogos licenciados em construções novas foi cerca de 6,7 mil, registando o valor mais baixo dos últimos anos, apresentando uma variação negativa de cerca de 4,6% em relação a 2013.

Ilustração 13 - Número de fogos licenciados e concluídos em 2014



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Construção: Obras licenciadas e concluídas (4º trimestre de 2014)

O Norte do país é a região com maior número de fogos licenciados e concluídos, seguida da região Centro e da Grande Lisboa. Juntas, estas três regiões representam mais de 80% dos fogos licenciados em Portugal.

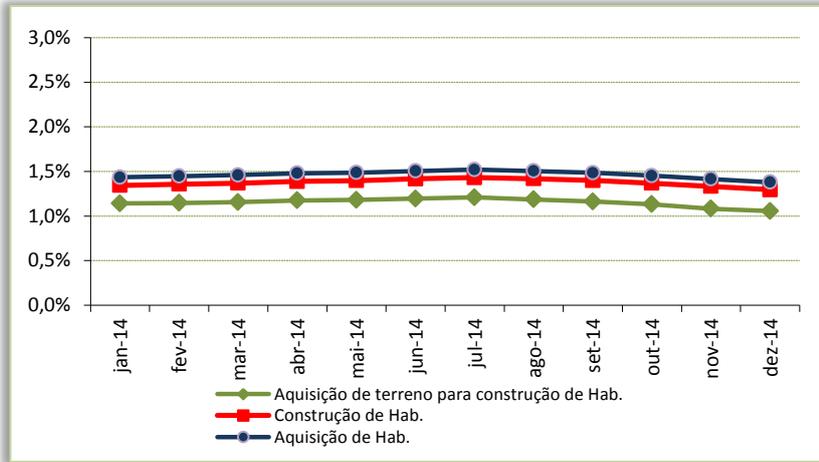
### Taxa de juro implícita

Ao longo do ano de 2014, tem-se assistido a uma estabilidade nas taxas de juro implícitas<sup>7</sup>. A taxa de juro implícita no conjunto dos contratos de crédito à habitação fixou-se no mês de dezembro de 2014 em 1,36%, diminuindo 0,036 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior.

Em dezembro de 2014, a descida ligeira da taxa de juro abrangeu todos os destinos de financiamento face ao mês anterior: aquisição de terreno para construção de habitação foi de 1,1%; para a construção de habitação foi de 1,3% e para aquisição de habitação a taxa de juro implícita foi de 1,4 %.

<sup>7</sup> A taxa de juro implícita no crédito à habitação reflete entre os juros totais vencidos num determinado período e o correspondente Capital em dívida no início do período

Ilustração 14 - Evolução das taxas de juro no crédito à habitação por destino de financiamento

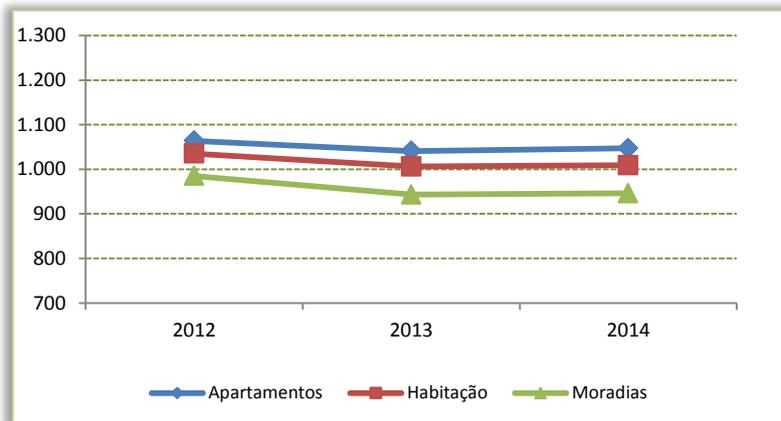


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Taxas de juro implícitas no crédito à habitação (Dez. de 2014)

### Valores médios de avaliação bancária

Em termos anuais, o valor médio de avaliação bancária para a habitação em 2014 foi de 1.009 euros/ m<sup>2</sup>, traduzindo-se num acréscimo de 0,3% face a 2013. Também nos segmentos dos apartamentos e nas moradias verificam-se acréscimos de 0,5% e 0,3% respetivamente.

Ilustração 15 - Evolução dos valores médios da avaliação bancária

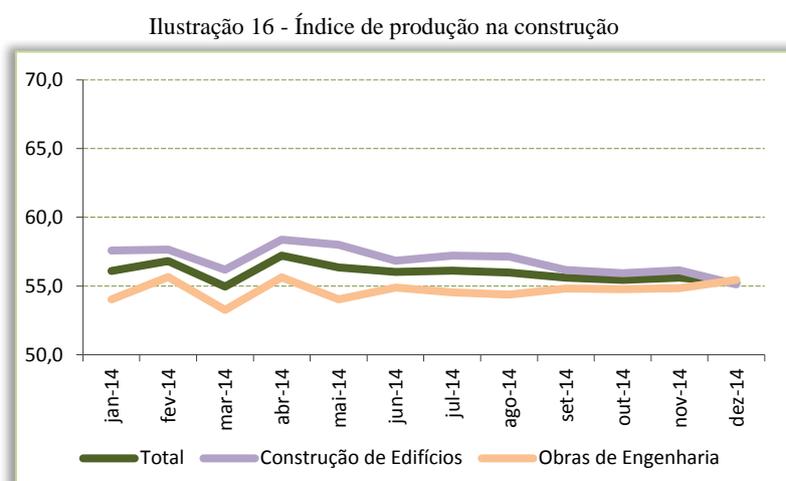


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Inquérito à avaliação bancária na habitação (Dez. de 2014)

Nota: Valores que correspondem à média de todos os valores de avaliação bancária de habitação

### Índice de produção na construção

A produção na construção apresentou em 2014 uma tendência decrescente com uma redução de -9% (variação média de -15,9% em 2013). Os dois segmentos observados tiveram o mesmo comportamento. A construção de edifícios apresentou, em dezembro, uma taxa de variação homóloga de -4,6%, e o segmento da engenharia civil, uma variação homóloga negativa de -6%.

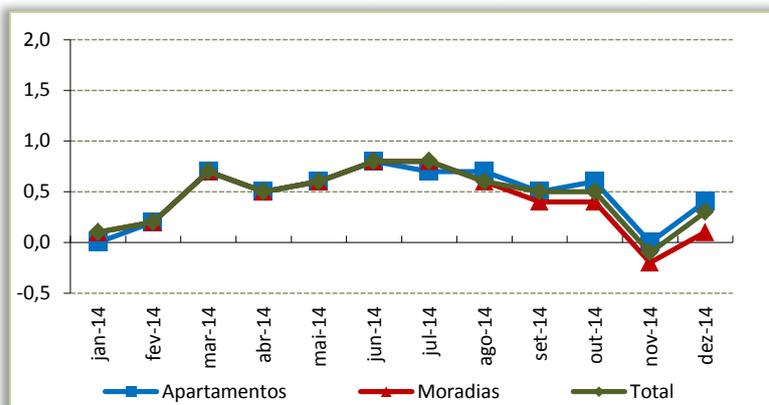


Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Índices de produção, emprego e remunerações na construção (Dez. de 2014)

### Índice de custos de construção

A variação média anual do índice de custos de construção de habitação nova fixou-se em 0,5% em 2014. No último mês de 2014 este índice registou uma variação homóloga de 0,3% significando um acréscimo de 0,4 pontos percentuais (p.p.) face ao mês anterior. Ainda em dezembro, a taxa de variação homóloga do índice relativo ao segmento apartamentos foi de 0,4% e para o segmento moradias de 0,1%.

Ilustração 17 - Índice de custos de construção de habitação nova (variação homóloga)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) – Índice de custo de construção de habitação nova (Dez. de 2014)

### O tecido empresarial

No final de 2014, existiam no sector da construção 18.902 empresas habilitadas com Alvará e 29.315 com Título de Registo.

Ilustração 18 - Títulos habilitantes no sector da construção



Fonte: INCI, I.P.

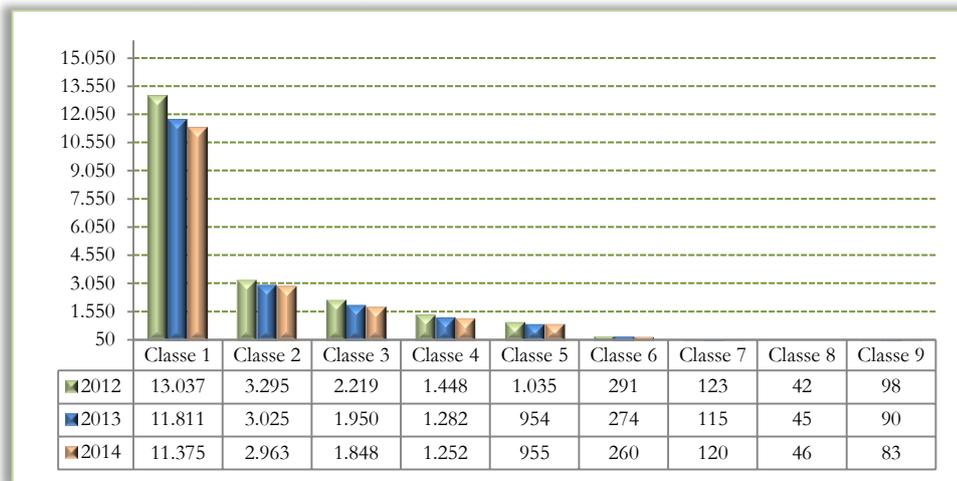
Entre 2014 e 2013 assistiu-se a um decréscimo no número de empresas detentoras de Alvará e de Título de Registo, respetivamente -3,3% e -4,8%. O decréscimo no número de empresas detentoras de Título de Registo revela um cenário pouco favorável na atividade para os Empresários em Nome Individual e microempresas no sector da construção.

Relativamente à distribuição de alvarás por classes, verificou-se uma diminuição de alvarás na maioria das classes, com exceção das classes 5, 7 e 8. No final de 2014, cerca de 60% (11.375) das

empresas registadas, eram detentoras de alvará em classe 1. Esta classe sofreu uma quebra em relação a 2013, de 3,7%, representando menos 436 empresas.

O número de empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes representa 85,6% (16.186) do total das empresas registadas.

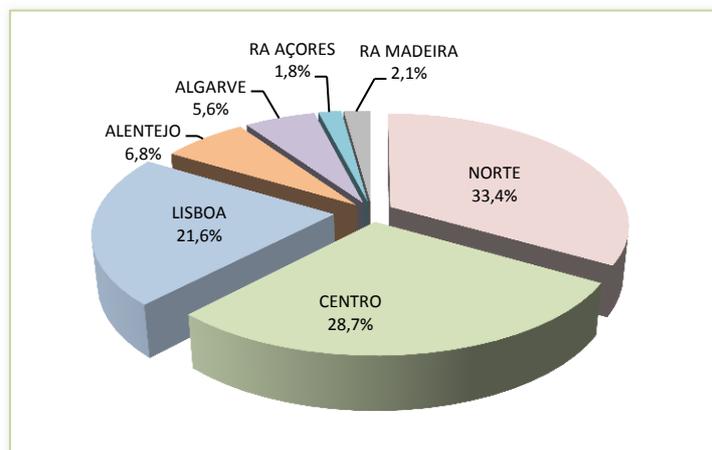
Ilustração 19 - Distribuição de empresas por classe de alvará - 2014



Relativamente à distribuição geográfica (Nuts II), verifica-se que as regiões do Norte e Centro detêm um maior número de empresas com alvará, respetivamente 33,4% e 28,7%.

Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 18,7% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 14%.

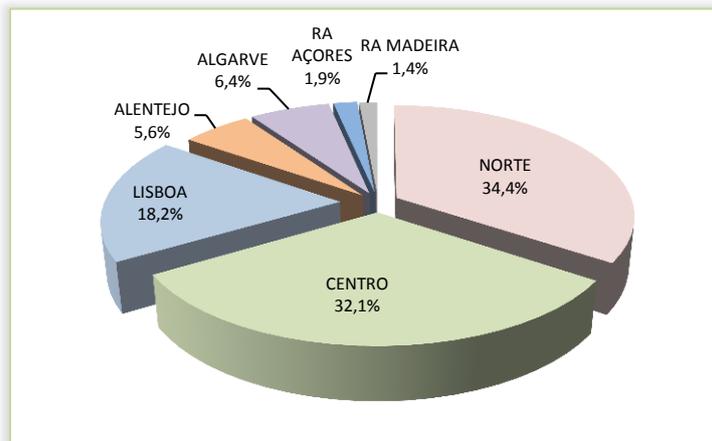
Ilustração 20 - Distribuição de alvarás por NUTS II – 2014



Fonte: InCI.I.P.

Situação idêntica na distribuição geográfica para as empresas detentoras de Título de Registo. O Norte é detentor de 34,4% dos Títulos de Registo e o Centro, de 32,1%. Na distribuição por distritos, Lisboa detém cerca de 15,5% de empresas detentoras de Título de Registo e o Norte detém 13,9%.

Ilustração 21 - Distribuição de Títulos de Registo por NUTS II – 2014



Fonte: InCI, I.P.

## 5. Estratégia de Desenvolvimento e Atividade Regulatória do Instituto

### 5.1. Estratégia de Desenvolvimento do Instituto

O InCI rege a sua atuação pela missão e atribuições que lhe estão cometidas, mas também pela necessidade de modernizar os seus serviços, torná-los mais eficazes e eficientes e com níveis superiores de qualidade.

Tendo em conta estes objetivos e os princípios definidos na Lei-Quadro dos Institutos Públicos, foram delineados para o InCI os princípios orientadores que se materializam em objetivos estratégicos e operacionais, os quais pretendem reforçar a posição do Instituto no mercado, como regulador do sector da construção e do imobiliário e da contratação pública.

Estes princípios orientadores da gestão do InCI focam – para além da observância dos princípios gerais da atividade administrativa, da adoção das melhores práticas de gestão de organismos públicos e da prestação de um serviço aos cidadãos e cidadãs com a qualidade exigida por lei – a aposta na maximização da eficiência económica, através da implementação de uma filosofia de gestão baseada nas competências adequadas e no incremento da contribuição para o desenvolvimento do sector da construção e do imobiliário.

Ilustração 22 - Princípios Orientadores da Gestão do InCI



## 5.2. Atividade Regulatória em 2013

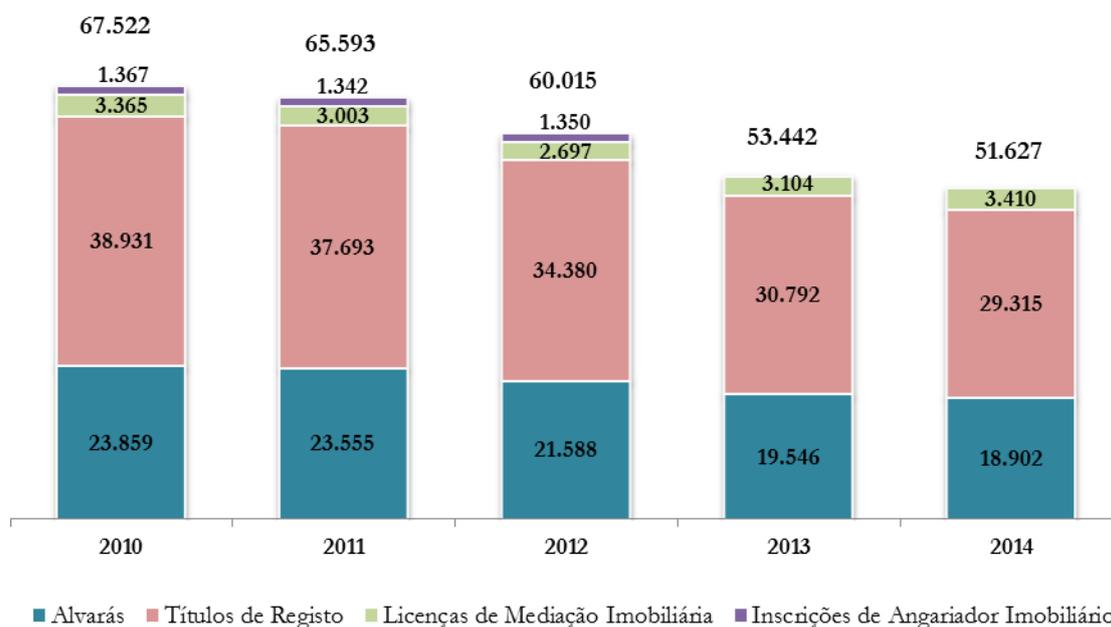
### QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES DO SECTOR

A regulação do sector da construção e do imobiliário tem inerente a qualificação dos agentes que exercem a atividade da construção e da mediação imobiliária.

Nesse sentido, cabe ao InCI atribuir os respetivos *títulos habilitantes*, após a verificação das condições de acesso e permanência em cada uma das atividades reguladas.

No final de 2014, encontravam-se válidos 51.627 *títulos habilitantes*, dos quais 36,6% correspondiam a alvarás, 56,8% a títulos de registo e 6,6% a licenças de mediação imobiliária.

**Títulos Habilitantes válidos (2010-2014)**



Este número total de *títulos habilitantes*, verificado em 2014, confirma, assim, a tendência de diminuição verificada nos últimos seis anos, correspondendo a uma descida de 3,4%, face a 2013, e menos 14%, face a 2012.

Em contraciclo, o número de licenças de mediação imobiliária aumentou 9,9%, face a 2013, na sequência da entrada em vigor da Lei nº 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013, que desregulou a atividade de angariação imobiliária.

### Fileira da Construção

Durante o ano de 2014 foram concedidos 1.848 novos alvarás e reclassificados 988, o que correspondeu a um aumento de cerca de 15% e 30%, respetivamente, face a 2013.

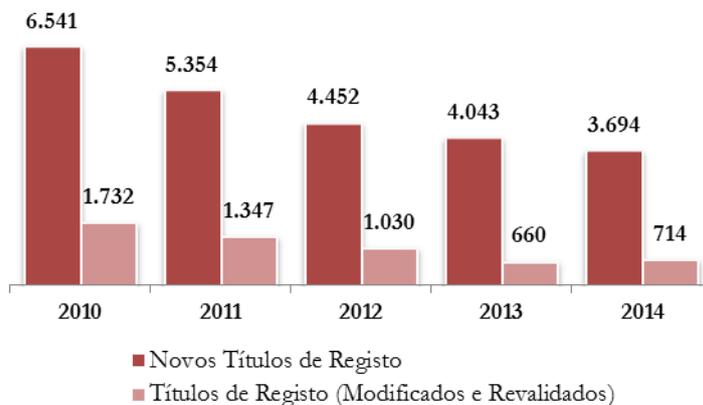
**Alvarás emitidos (2010-2014)**



No ano de 2014 verificou-se, assim, uma maior procura de novos alvarás, relativamente ao verificado nos anos anteriores, ficando apenas aquém do registado em 2011.

O mesmo já não se verificou junto dos títulos de registo, tendo-se confirmado, em 2014, a tendência decrescente na procura de novos títulos de registo a que se vem assistindo nos últimos seis anos.

### Títulos de Registo emitidos (2010-2014)



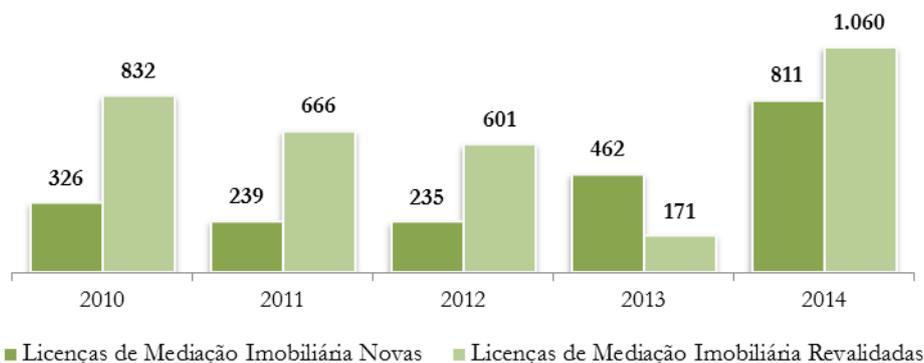
Assim, em 2014, foram concedidos apenas 3.694 novos títulos, traduzindo uma diminuição de 8,6% e de 17%, face a 2013 e 2012, respetivamente.

Quanto à emissão de títulos de registo na sequência da revalidação dos mesmos ou de pedidos de novas habilitações, em 2014, foram emitidos 714, registando um aumento de 8,2%, face a 2013, mas a uma diminuição de mais de 30%, face ao verificado em 2012.

### Fileira do Imobiliário

Durante o ano de 2014 foram emitidas 811 novas licenças de mediação imobiliária, o que correspondeu a um aumento de mais de 75% face ao número de novas licenças emitidas em 2013.

### Licenças de Mediação Imobiliária emitidas (2010-2014)



Este aumento deve-se a uma maior procura de licenças de mediação imobiliária, porventura, por parte de profissionais que anteriormente exerciam a atividade de angariação imobiliária, entretanto desregulada, com a entrada em vigor da Lei n.º 15/2013, de 8 de fevereiro, em 1 de março de 2013.

Relativamente à revalidação das licenças de mediação imobiliária existentes verificou-se um aumento de 520%, em virtude do novo regime jurídico da atividade de mediação imobiliária passar a prever a revalidação anual, em vez de trienal, como anteriormente.

### Atos Regulatórios<sup>8</sup>

Tendo em conta a emissão dos *títulos habilitantes* atrás referida, apurou-se, em 2014, um total de 9.115 atos regulatórios, mais 18,3% do que o verificado em 2013.

Atos Regulatórios	2014	2013	Δ
Alvarás	2.836	2.362	+20,1%
Títulos de Registo	4.408	4.703	-6,3%
Licenças Mediação Imobiliária	1.871	633	+195,6%
Inscrições Angariador Imobiliária	0	10	-100%
<b>Total</b>	<b>9.115</b>	<b>7.708</b>	<b>+18,3%</b>

<sup>8</sup> Considerando-se como atos regulatórios: alvarás (*novos + reclassificados*); títulos de registo (*novos + modificados + revalidados*); licenças de mediação imobiliária (*novas + revalidadas*), cartões de angariador imobiliário (*novos + revalidados*).

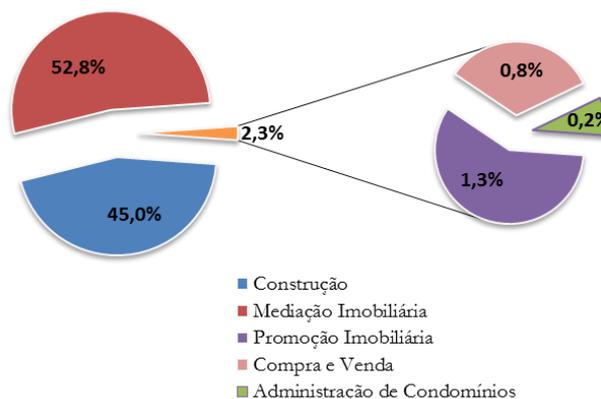
## FISCALIZAÇÃO DOS AGENTES DO SECTOR

### Ações Inspetivas

Durante o ano de 2014, foram realizadas 44 operações de fiscalização, em 16 distritos de Portugal Continental e na Região Autónoma da Madeira e na Região Autónoma dos Açores.

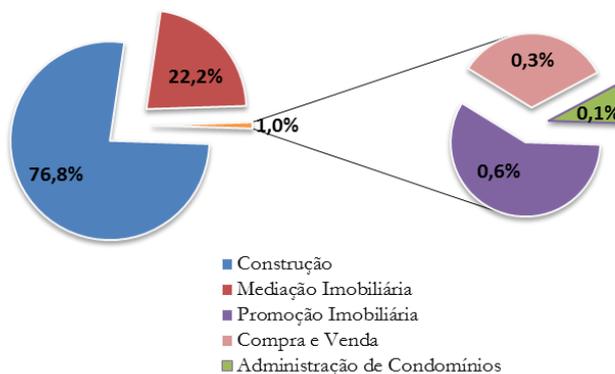
No âmbito dessas operações, foram desencadeadas 525 ações de inspeção, das quais 236 na atividade da construção (45%), 277 na de mediação imobiliária (52,8%), 7 na atividade de promoção imobiliária (1,3%), 4 na de compra e venda de imóveis (0,8%) e 1 na atividade de administração de condomínios (0,2%).

Ações de inspeção desencadeadas em 2014



Nestas 525 ações de inspeção foram alvo de fiscalização 1168 empresas, das quais 897 na atividade da construção (76,8%), 259 na de mediação imobiliária (22,2%), 7 na atividade de promoção imobiliária (0,6%), 4 na de compra e venda de imóveis (0,3%) e 1 na atividade de administração de condomínios (0,1%).

N.º de Empresas inspeccionadas em 2014



Verifica-se, assim, que apesar de se terem realizado mais ações inspetivas junto das mediadoras imobiliárias, a maioria das empresas inspecionadas exercem a atividade da construção, dado no mesmo estaleiro serem fiscalizadas várias empresas no âmbito da mesma ação de inspeção.

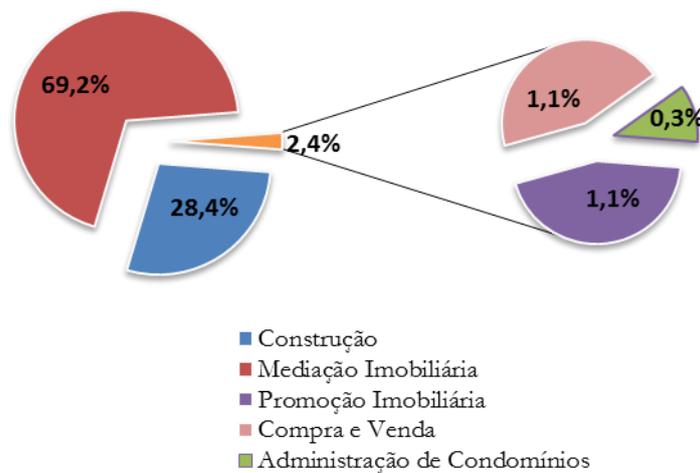
No que se refere à abrangência geográfica das 44 operações de fiscalização desencadeadas em 2014, foram realizadas operações em 87 concelhos de Portugal Continental, 7 na Região Autónoma da Madeira e 6 na Região Autónoma dos Açores, consumando um total de 100 concelhos, o que representa 32,5% do universo de 308 concelhos portugueses.

Relativamente ao período homólogo de 2013, verificou-se, em 2014, uma diminuição de 8,4% no número de ações inspetivas, mas um aumento de 12,1% no número de empresas fiscalizadas.

### Ilícitos Detetados.

Nos 1.168 agentes visados por ações inspetivas, durante o ano de 2014, a grande maioria dos ilícitos foi detetada junto das empresas de mediação imobiliária (69,2%), seguidas das empresas de construção (28,4%), das empresas que exercem a atividade de promoção imobiliária ( 1,1%), de compra e venda de imóveis (1,1%) e de administração de condomínios (0,3%).

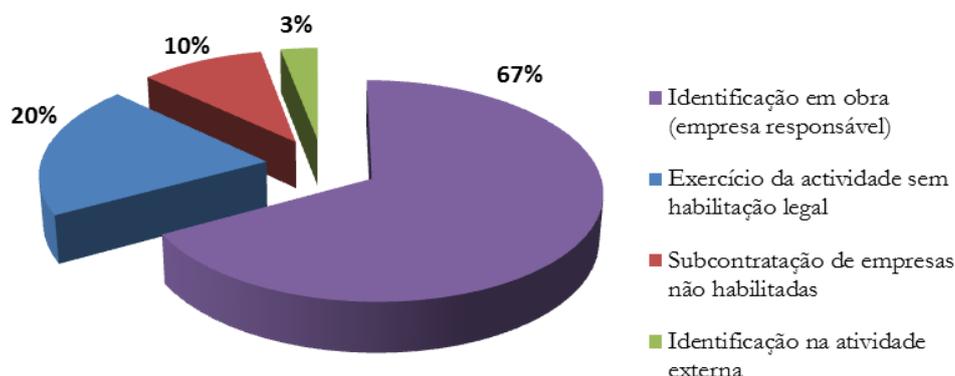
**Ilícitos detetados em 2014 por atividade**



Na atividade da construção, verificou-se que a infração detetada com mais frequência foi a falta de placa identificativa da empresa responsável na área de acesso ao estaleiro de obra (contendo menção ao número de *título habilitante* e denominação social), representando 67% do total das infrações detetadas no terreno.

### Ilícitos detetados em 2014 - Construção

O



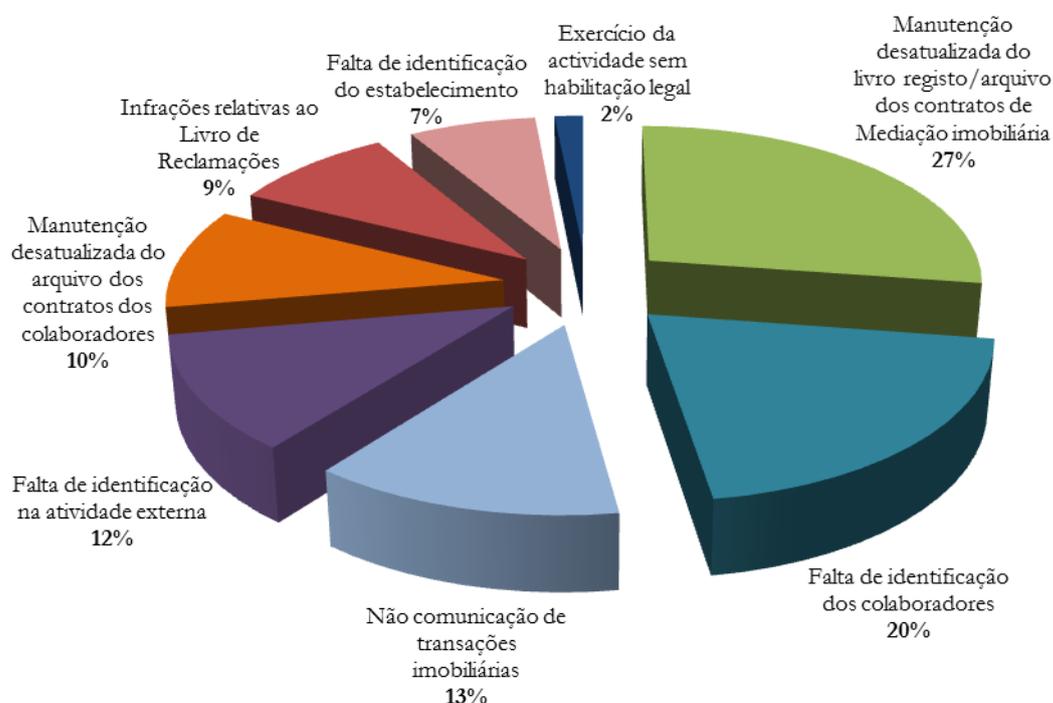
segundo ilícito mais frequente, representando 20% do total das infrações, foi o exercício da atividade da construção sem habilitação legal (alvará ou título de registo).

De salientar que, no âmbito das operações de fiscalização, até ao ano de 2008, a infração detetada com mais frequência foi o exercício da atividade da construção por empresas não habilitadas para o efeito, e, por inerência, a subcontratação de empresas não habilitadas para o exercício da atividade.

Desde 2008, verifica-se que a infração em apreço não representa o ilícito de mera ordenação social detetado em maior número. No presente ano, o número de casos detetados de exercício da atividade da construção sem habilitação legal para o efeito, representa 2% do universo das empresas fiscalizadas nesse período – valor semelhante ao registado no período homólogo de 2013.

Relativamente à atividade de mediação imobiliária, verificou-se que as infrações detetadas com mais frequência foram a manutenção desatualizada do registo dos contratos de mediação imobiliária e arquivo dos mesmos, representando 27% das infrações registadas (relativamente a esta infração, os casos detetados são maioritariamente situações de preenchimento deficiente do registo de contratos e/ou registos desatualizados), a falta de identificação dos colaboradores (20%), falta de comunicação de transações imobiliárias (13%) e, falta de identificação na atividade externa (12%).

### Ilícitos detetados em 2014 - Mediação Imobiliária



No ano de 2012, as equipas de inspeção iniciaram o reporte dos casos de incumprimento das obrigações constantes da lei de prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (Lei n.º 25/2008, de 05.06). Em 2014, foram detetados no terreno 33 casos relativos à não comunicação (obrigatória) das transações imobiliárias.

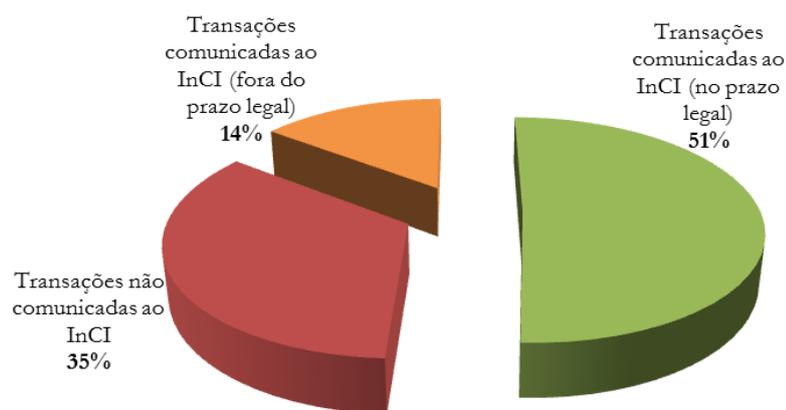
No que concerne ao exercício da atividade de mediação imobiliária por empresas não detentoras de licença AMI válida, é notório o decréscimo do número de casos detetados face a 2013, facto que está também associado à prioridade que o InCI desde sempre conferiu à deteção e cessação imediata desta infração - cumprindo realçar que no ano de 2014 registou-se o valor mais reduzido desde 2002, em termos absolutos.

### Prevenção e combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo – Sector Imobiliário

No que respeita à área da prevenção e combate ao branqueamento de capitais, foi iniciado em 2014 o tratamento de dados relativos às transações imobiliárias verificadas no âmbito das ações inspetivas desencadeadas pelo InCI, nos termos da Lei n.º 25/2008, de 05/06.

Assim, no ano de 2014, analisada a amostra recolhida em sede de ação inspetiva, verificou-se uma relevante parcela de transações imobiliárias não comunicadas (35%) e transações comunicadas fora do prazo legalmente estabelecido (14%), perfazendo um total de 49% no que respeita ao incumprimento desta obrigação.

#### Amostra de transações imobiliárias verificadas em ações inspetivas realizadas em 2014



Cumprir destacar que, na sequência das ações inspetivas do INCI foram regularizadas 56% das transações não comunicadas.

#### Tratamento de queixas

Em 2014, foram remetidas ao INCI 1.031 queixas/denúncias/reclamações, sendo que 295 estavam relacionadas com a atividade da construção e 736 com atividades do imobiliário. Em 1.015 queixas/denúncias/reclamações, isto é, em 98% dos casos, realizou-se a primeira diligência no prazo de 30 dias.

### Queixas, denúncias e reclamações entradas em 2014



Para além das queixas/denúncias/reclamações, o InCI recebeu ainda 1.685 participações, das quais 1.407 relativas à atividade da construção e 278 a atividades do imobiliário.

Do total de 2.716 queixas/denúncias/reclamações e participações recebidas, foram concluídos 1.743 procedimentos.

**SANCIONAMENTO DOS AGENTES DO SECTOR**

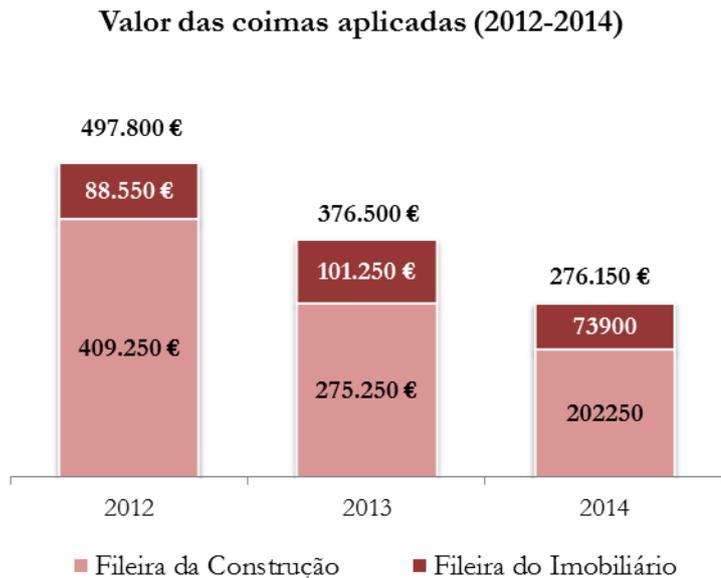
Em 2014 foram instaurados 1.024 procedimentos sancionatórios, 772 dos quais na fileira da construção e 252 na fileira do imobiliário, o que correspondeu a quase o triplo do efetuado em 2013, e o sêxtuplo relativamente a 2012.



Ao nível da conclusão dos processos sancionatórios, foram finalizados 426 processos de contraordenação, menos 38%, face a 2013, e menos 47%, quando comparado com o ano de 2012.

Ao longo de 2014 foram aplicadas 73 coimas, num valor total de 276.150€, do qual, cerca de 73% junto de empresas de construção e os restantes 27% junto de empresas da fileira do imobiliário.

Este valor total de coimas aplicadas traduz uma redução de 26,7% e de 44,5%, face a 2013 e 2012, respetivamente.





### 5.3. Projetos e Atuação de Gestão

A atividade desenvolvida pelo InCI é anualmente compilada e sistematizada no Relatório de Atividades do Instituto, pelo que este ponto focará apenas as ações que se destacaram como as mais relevantes e que dão uma visão mais alargada das grandes linhas de atuação do InCI no decurso de 2014.

#### MECANISMOS DE AUDIÇÃO E PARTICIPAÇÃO

##### 1| Auscultação dos Agentes do Sector

Deu-se continuidade, em 2014, ao processo de aferição da imagem do Instituto junto dos agentes, realizado anualmente desde 2009, através da realização de um inquérito de satisfação junto das empresas detentoras de *título habilitante*, onde os vários agentes puderam, de forma confidencial, avaliar a prestação do Instituto em várias vertentes, nomeadamente, ao nível da sua contribuição para o desenvolvimento estratégico do sector da construção e do imobiliário, da sua eficiência e eficácia administrativas e dos seus serviços de apoio ao agente do sector;

##### 2| Auscultação dos Colaboradores e das Colaboradoras do InCI

Deu-se, igualmente, continuidade ao processo de audição dos colaboradores e das colaboradoras do InCI, através da realização de um inquérito de satisfação, com o objetivo de os auscultar sobre o modo como percecionam a organização bem como aferir o grau de satisfação e de motivação sobre as atividades que desenvolvem.

##### 3| Auscultação das Entidades Adjudicantes

Na continuidade do efetuado, pela primeira vez, em 2013, realizou-se, em 2014, um inquérito de satisfação junto das entidades adjudicantes, com o objetivo de aferir a qualidade dos serviços prestados pelo InCI, principalmente ao nível da gestão do Portal dos Contratos Públicos (Portal BASE:), identificar áreas-chave para a satisfação dos/as utentes e orientar a gestão numa perspetiva de reforçar a qualidade do serviço prestado.



## DISPONIBILIZAÇÃO DE SUPORTES INFORMATIVOS

### 1 | Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção ([www.ptpc.pt](http://www.ptpc.pt))

Após a constituição da PTPC, em 2011, por impulso do InCI, este tem acompanhado e participado ativamente nos trabalhos desta associação, quer ao nível institucional - através da presidência da Assembleia Geral quer nos grupos de trabalho que pretendem promover a vigilância e previsão tecnológica, identificação de oportunidades, apoio no lançamento de iniciativas e projetos de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI), designadamente, «GT-Reabilitação» e «GT-Sistemas de Informação da Construção».

### 2 | icBench - Resultados de *benchmarking* relativos ao exercício de 2012

Após implementação do Nível 2 da plataforma icBench, que possibilitou o alargamento do leque dos indicadores relativamente aos quais as empresas se podem comparar (satisfação do cliente e da empresa, resultados económico-financeiros mais detalhados, eficiência de processos produtivos, perfil de recursos humanos, ações no campo da segurança, formação, inovação e ambiente), o InCI manteve em 2014 parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP) na gestão desta plataforma.

### 3 | *Newsletter* do InCI

Manteve-se, em 2014, a publicação da Newsletter do InCI, com periodicidade, sempre que possível, mensal, levando a todos os stakeholders informações úteis da atividade do Instituto, bem como notícias e informações gerais de interesse relacionadas com os mercados público e setor da construção do imobiliário.

## CONTRIBUIÇÃO PARA A BASE DE CONHECIMENTO DO SECTOR

### 1 | Valores do EBITDA das empresas de construção titulares de alvará, referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013

O InCI promoveu a publicação no portal do InCI dos valores do EBITDA das empresas de construção titulares de alvará, referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013, para efeitos de



determinação da capacidade financeira nos termos do anexo IV ao Código dos Contratos Públicos (CCP).

## **2 | Relatório da Contratação Pública 2012**

O Relatório da Contratação Pública 2012 foi elaborado e publicado no portal do InCI e no Portal BASE.

## **3 | Relatório sobre o Sector da Construção em Portugal em 2013**

O relatório sobre a evolução do sector da construção em Portugal, durante o ano de 2013, foi divulgado no portal do InCI, dando continuidade ao que se tem procedido desde 2008;

## **4 | Relatório do Sector da Construção em Portugal - 2014, 1º Semestre**

Com o intuito de disponibilizar informação sobre o sector, tão atualizada quanto possível, foi, ainda em 2014, publicado no portal do InCI o relatório semestral sobre o sector da construção em Portugal, referente ao 1º semestre do ano de 2014.

## **5 | Análise Económico-Financeira das Empresas de Construção - 2013**

A análise dos dados económico-financeiros respeitantes ao exercício de 2013 das empresas (sociedades e empresários em nome individual com contabilidade organizada) detentoras de Alvará de Construção, foi publicada, em 2014, no portal do InCI.

## **6 | Análise evolutiva das empresas titulares de alvará 2009-2013**

Dando continuidade a um relatório publicado em 2010, onde se analisou a evolução do tecido empresarial do sector da construção, entre 2004 e 2009, foi elaborado e publicado no Portal do InCI, em 2014, um novo relatório com a análise evolutiva das empresas titulares de alvará de construção no período de 2009 a 2013.

## **7 | Publicação dos Índices trimestrais CIFE**

Ao longo do ano de 2014, foram disponibilizados no portal do InCI os índices trimestrais ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio, necessários à aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro.



Destaca-se ainda a participação do InCI nos grupos de trabalho europeus e nacionais a seguir discriminados:

## GRUPOS EUROPEUS

### 01 | Comité Consultivo dos Mercados Públicos (CCMP)

---

O CCMP tem por objetivo dar apoio à Comissão Europeia na área dos mercados públicos. As posições tomadas neste Comité não vinculam o Estado a que pertencem, servindo, no entanto, para a Comissão Europeia elaborar documentos sobre as matérias em discussão, tendo em conta os contributos das diferentes delegações dos Estados-Membros. A representação nacional deste Comité, cuja coordenação nacional fica a cargo do Ministério dos Negócios Estrangeiros é assegurada pelo InCI para as questões relacionadas com obras públicas e pela Agência Nacional de Compras Públicas, para as questões relativas a fornecimentos de bens e serviços.

### 02 | Grupo *E-Procurement*

---

Este grupo de trabalho é resultado das atividades desenvolvidas no CCMP, e destina-se a acompanhar a contratação eletrónica nos vários países e a sua adequação às diretivas sobre contratação pública, em termos de princípios e regras imperativas.

### 03 | Grupo Estatísticas

---

À semelhança do grupo de trabalho anterior, este é também resultando da atividade desenvolvida no CCMP, e pretende acompanhar as matérias relacionadas com o cumprimento das obrigações estatísticas dos Estados-Membros junto da Comissão Europeia.

### 04 | Public Procurement Network (PPN)

---

Rede semi-informal de resolução extrajudicial de conflitos em contratos públicos transfronteiriços. A representação nacional é assegurada por Pontos de Contacto Nacionais do InCI e da ANCP, coordenados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros.

### 05 | Grupo 1- “Stimulating investment in buildings' renovation and innovation”

---

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a reabilitação urbana



## 06 | Grupo 2-Skills & Qualifications

---

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a promover as competências e qualificações dos operários da construção a nível europeu-

## 07 | Grupo 3 “Sustainable use of Natural Resources”

---

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista a promover a sustentabilidade na construção a nível europeu.

## 08 | Grupo 4 “Internal market for both products and services”

---

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista ao mercado interno.

## 09 | Grupo 5 “International competitiveness”

---

Grupo constituído no âmbito da Comissão Europeia com vista à promoção da competitividade internacional.

## GRUPOS NACIONAIS

### 01 | Comissão de Acompanhamento do Código dos Contratos Públicos

---

Comissão responsável pela recolha dos elementos relativos à aplicação do Código dos Contratos Públicos e avaliação do seu impacto, propondo eventuais alterações que se revelem necessárias à garantia ou à melhoria da eficácia das soluções nele consagradas, cuja coordenação é assegurada pelo Presidente do Conselho Diretivo do InCI.

### 02 | Grupo de Trabalho para apuramento de lacunas e conflitos de normas no sector da construção e do imobiliário

---

Grupo responsável pela análise dos diplomas em vigor relativos ao sector da construção e do imobiliário, com vista a detetar lacunas e conflitos normativos e identificar eventuais correções a introduzir, cuja coordenação é assegurada pelo Presidente do Conselho Diretivo do InCI.



### **03 | Grupo de Trabalho para o Reconhecimento das Qualificações Profissionais**

---

Grupo responsável pela implementação dos mecanismos necessários para assegurar o efetivo reconhecimento de qualificações profissionais previstas na Diretiva 2005/36/CE.

O InCI participa neste Grupo de Trabalho no âmbito das competências que lhe estão atribuídas relativas ao reconhecimento de qualificações profissionais – adquiridas noutros Estados Membros – nas atividades da mediação imobiliária e angariação imobiliária, em virtude da exigência e da aplicação do requisito de capacidade profissional.

### **04 | Secção de Inscrição e Classificação da Comissão de Gestão da “Marca de Qualidade LNEC”**

---

Secção criada no âmbito Comissão da Marca de Qualidade LNEC, que tem por objetivo qualificar as empresas como gestores gerais da qualidade dos empreendimentos, com vista à sua certificação.

A certificação de empreendimentos com a Marca de Qualidade LNEC tem carácter voluntário e é facultada aos empreendimentos da construção públicos ou privados para os quais, no início do processo construtivo, os respetivos donos de obra requeiram a sua concessão.

### **05 | Conselho Sectorial para a Qualificação - Construção Civil e Urbanismo**

---

Grupo de Trabalho técnico consultivo, com responsabilidades ao nível da identificação das evoluções ocorridas nos correspondentes sectores de atividade e das necessidades de qualificações.

Compete ainda a este conselho sectorial apoiar a Agência Nacional para a Qualificação nos processos de atualização e desenvolvimento do Catálogo Nacional de Qualificações, nomeadamente na construção de perfis profissionais e nos correspondentes referências de formação e de reconhecimento, validação e certificação de competências.

### **06 | Equipa Interdepartamental do MEE para a Igualdade de Género**

---

Equipa que tem a missão de garantir a execução das políticas públicas no âmbito da cidadania e da promoção e defesa da igualdade de género, e que detém as seguintes competências:



- a) Coordenar, dinamizar e acompanhar a implementação da integração da perspectiva de género em todas as políticas e programas do respetivo serviço;
- b) Promover a realização das medidas previstas em planos sectoriais para a igualdade e que respeitem à sua área de intervenção;
- c) Colaborar na concretização das medidas que comprometem o seu departamento governamental no âmbito da estratégia nacional para a igualdade.

#### **07 | Grupo de Apoio ao Grupo de Ação Financeira da OCDE (GAFI)**

---

Grupo de Trabalho, constituído em Maio de 2008 junto do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, com a missão de avaliar o Sistema Português de Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo, no âmbito do GAFI, competindo-lhe preparar Relatórios de Avaliação periódicos.

#### **08 | Grupo de Trabalho para promover a cooperação entre o InCI e as Associações do Sector da Construção**

---

Foi constituído um grupo de trabalho com vista à revisão da cooperação estabelecida entre o InCI e a AECOPS – Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e a AICCOPN- Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas e que abrangeu diversas reuniões de trabalho, elaboração de um relatório com a identificação e calendarização das novas parcerias a desenvolver e preparação da minuta do protocolo a celebrar.

#### **09 | Comissão Científica responsável pela arbitragem dos artigos editados pelo GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico**

---

Foi dada continuidade à cooperação iniciada em 2011, quando o InCI passou a integrar a Comissão Científica responsável pela arbitragem dos artigos editados pelo GECORPA – Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitetónico.



## 10 | Plataforma Portuguesa de Geotermia Superficial (PPGS)

---

Participação desde outubro de 2013 na Plataforma Portuguesa de Geotermia Superficial (PPGS), constituída com vista a debater as medidas necessárias a uma divulgação e credibilização da geotermia de baixa entalpia em Portugal, bem como a promover o incremento dos vários temas que interessam ao desenvolvimento sustentável do aproveitamento geotérmico por bombas de calor, a verificação da coerência legislativa e das boas práticas internacionais com as qualificações que esses normativos impõem, e as necessidades em termos de formação dos técnicos e operários que intervêm nesta atividade.

## 11 | Nova Diretiva do combate ao branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo (AMLD)

---

Participação num grupo de trabalho coordenado pelo Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEAR) do Ministério das Finanças desde o início de 2013 na discussão da nova diretiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo (AMLD).

## 12 | Agência Independente para a Habitação

---

Fórum criado em Março de 2013, dentro do Instituto do Território que pretende contribuir para o desenvolvimento das políticas nacionais de habitação bem como para o desenvolvimento dos sectores da construção e da reabilitação urbana enquanto fatores estratégicos para o país. Esta agência pretende ser uma plataforma de informação e sinergia que permita desenvolver as relações dos parceiros nacionais.

## PROTOCOLOS

Durante o ano de 2014 o InCI celebrou os seguintes protocolos:

- Protocolo de âmbito de cooperação institucional mútua, celebrado com a AICEP Portugal, no dia 13 de janeiro, com vista ao intercâmbio de informação para divulgação de matérias de apoio à internacionalização e acesso ao mercado externo por parte das empresas do sector da construção e do imobiliário;



- Protocolo de cooperação técnico-científica celebrado com a Autoridade Reguladora de Aquisições Públicas (ARAP) de Cabo Verde, no dia 28 de fevereiro, que prevê ações no domínio da formação, intercâmbio de informações, análise e estudos no domínio da contratação pública.
- Protocolo celebrado com a Associação dos Mediadores do Imobiliário de Portugal (ASMIP), no dia 30 de junho, que possibilita o acesso reservado ao portal do InCI para consulta e registo *on-line* dos dados dos processos dos seus associados em que intervenha.

#### **PARTICIPAÇÃO EM FEIRAS E OUTROS EVENTOS**

Em 2014 o InCI fez-se representar nos seguintes eventos:

- SEMANA DA REABILITAÇÃO URBANA, Porto, de 19 a 26 de março;
- 16ª EDIÇÃO DA TEKTÓNICA – FEIRA INTERNACIONAL DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FIL, de 6 a 10 maio;
- 17ª EDIÇÃO DO SALÃO IMOBILIÁRIO DE PORTUGAL – SIL 2014, FIL, de 8 a 12 Outubro;
- DEBATE PÚBLICO “VIVER A REABILITAÇÃO”, promovido por VIDA IMOBILIÁRIA e PROMEVI, em Braga, de 23 a 25 de outubro.

## 6. Recursos Humanos

A caracterização dos Recursos Humanos que compõe o efetivo do InCI está explanada no Balanço Social de 2014, sendo neste capítulo do presente relatório realizada uma súmula das suas principais características.

### Número de Elementos Efetivos

Em 31 de dezembro de 2014, o InCI contava com 97 colaboradoras e 37 colaboradores, num total de 128 elementos efetivos, com a seguinte distribuição por grupo profissional:

Pessoal ao serviço do InCI, em 31 de dezembro de 2014

Grupo Profissional	N.º Elementos Efetivos	%
Direção Superior	3	2%
Direção Intermédia	6	5%
Técnico/a Superior	59	46%
Inspetor/a Técnico/a	17	13%
Coordenador/a Técnico/a	2	2%
Assistente Técnico/a	38	30%
Assistente Operacional	3	2%
<b>Total</b>	<b>128</b>	<b>100%</b>

Registou-se, assim, menos um elemento efetivo, relativamente ao verificado no final de 2013, ficando ainda bastante aquém do número de efetivos aprovados no Mapa de Pessoal para 2014 (140).

Importa referir que 12 trabalhadores/as do InCI se encontravam a exercer funções noutros organismos da Administração Pública, encontrando-se ainda 3 elementos em situação de licença sem remuneração.

### Vínculo Jurídico-Contratual

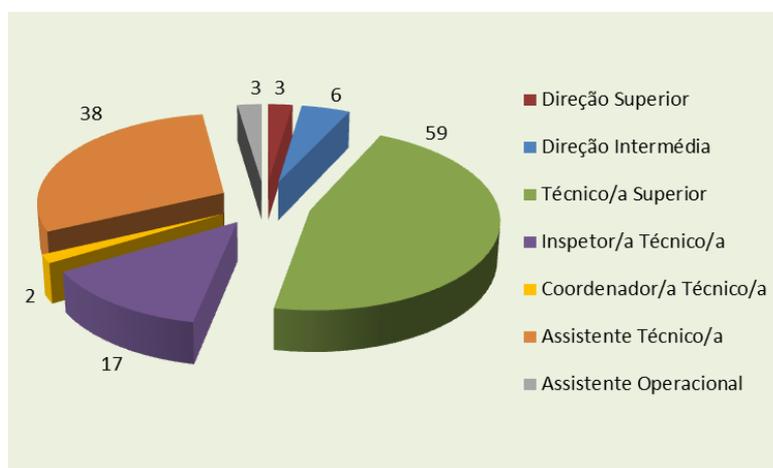
Do total dos elementos efetivos, 80 são titulares de um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 17 têm nomeação definitiva, 9 encontram-se em comissão de serviço no

âmbito da lei geral do trabalho em funções públicas e 22 encontram-se em regime de mobilidade interna.

### Grupos Profissionais

Em relação à distribuição dos elementos efetivos por grupos profissionais, verifica-se que, face ao respetivo total, os grupos técnico superior (59) e inspetor superior (17) representavam cerca de 59%, os grupos coordenador técnico (2), assistente técnico (38) e assistente operacional (3) cerca de 34% e os dirigentes cerca de 7%.

**Distribuição dos elementos efetivos por grupo profissional**



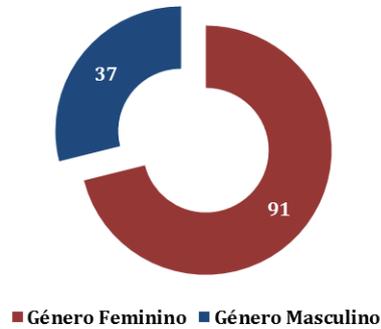
### Género

Relativamente à distribuição dos efetivos por género, existe, na maioria dos grupos profissionais, uma predominância do sexo feminino, traduzida numa Taxa de Feminização<sup>9</sup> de 71,1% e, consequentemente, numa Taxa de Masculinização<sup>10</sup> de 28,9%.

<sup>9</sup> Taxa de Feminização = mulheres/efetivos x 100.

<sup>10</sup> Taxa de Masculinização = homens/efetivos x 100.

### Distribuição dos Efetivos por Género



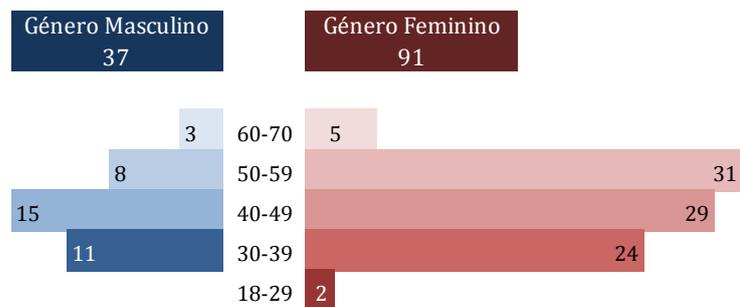
### Estrutura Etária

O nível etário médio<sup>11</sup> dos elementos efetivos do InCI situa-se nos 46 anos.

O intervalo maior, com 44 elementos efetivos (34,4%), está compreendido entre os 40-49 anos, sendo predominantemente feminino (66% para 34%).

É de notar que existem 2 trabalhadoras com menos de 30 anos (1,6%).

### Pirâmide Etária



### Estrutura Habitacional

Dos 128 elementos efetivos, cerca de 64% possuem um mestrado, uma licenciatura ou um bacharelato (56 colaboradoras e 26 colaboradores).

<sup>11</sup> Nível Etário Médio =  $\sum$  Idades/efetivos.

Destes 82 elementos efetivos, 24 têm formação em Direito (29%), 18 em Economia (22%), 9 em Engenharia Civil (11%), sendo os 31 restantes formados noutras áreas.

O quando de pessoal InCI conta ainda com 30 colaboradoras e 10 colaboradores com o 12.º ano de escolaridade, bem como 5 colaboradoras e 1 colaborador com habilitações inferiores ao 12.º ano.

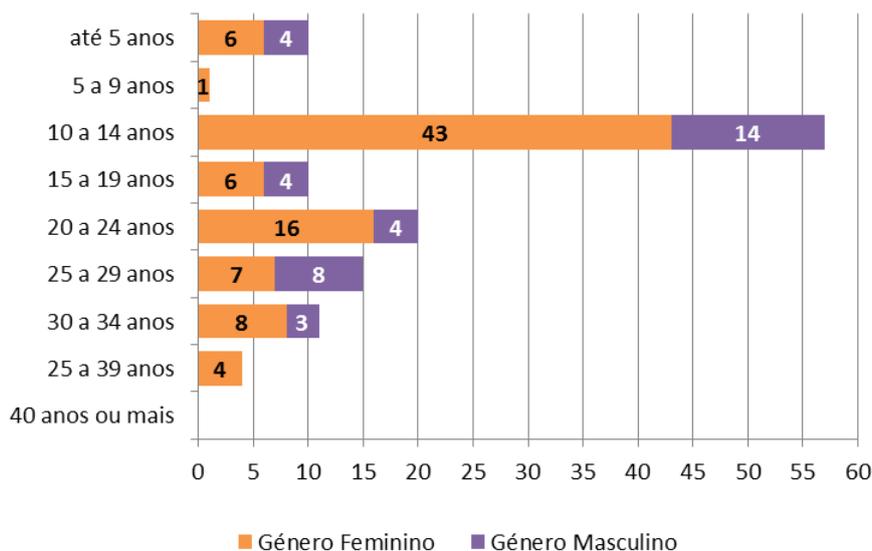
### Índice de Tecnicidade

O Índice de Tecnicidade (sentido estrito)<sup>12</sup>, conceito que procura medir o relevo das pessoas dotadas de habilitações técnicas no universo dos elementos efetivos, foi, em 2013, de 59%.

### Estrutura de Antiguidade na Administração Pública

O nível médio de antiguidade na Administração Pública<sup>13</sup> dos/as trabalhadores/as do InCI, em 31 de dezembro de 2014, era de 18 anos, destacando-se o grupo com antiguidade de 10 a 14 anos, composto por 43 colaboradoras e 14 colaboradores, que representam cerca de 45% do total de elementos efetivos.

**Distribuição dos/as colaboradores/as segundo o nível de antiguidade**



<sup>12</sup> Índice de Tecnicidade (sentido estrito) = Técnicos Superiores/Efetivos (foram considerados para o cálculo deste indicador os 59 Técnicos Superiores e os 17 Inspetores Superiores).

<sup>13</sup> Nível Médio de Antiguidade =  $\sum$  antiguidade/efetivos



### Formação Profissional

A formação profissional tem vindo a assumir um papel cada vez mais relevante na qualificação e desenvolvimento dos/as trabalhadores/as, proporcionando-lhes formas e meios para a aquisição dos conhecimentos necessários às exigências atuais.

No âmbito do Plano de Formação Profissional para 2014 verificou-se a concretização de 54 ações de formação, 3 internas e 51 externas, que totalizaram 6.026 horas.

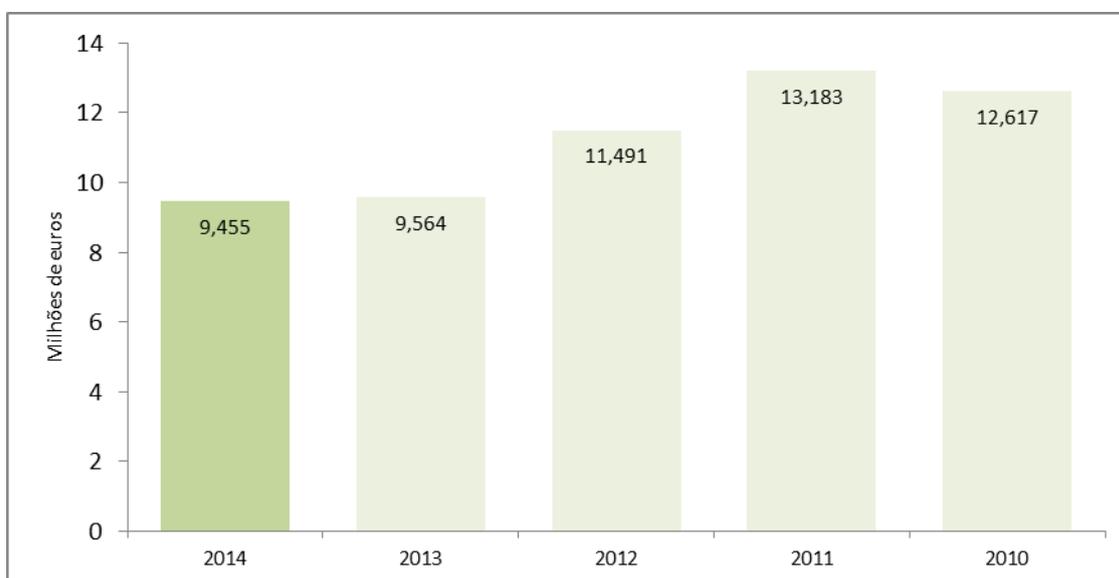
O pessoal técnico superior e de inspeção superior participaram em 4860 horas de formação, os dirigentes em 517 horas e os restantes grupos profissionais, coordenadora técnica, assistentes técnicos/as e assistentes operacionais, em 649 horas.

## 7. Análise Económica e Financeira

### 7.1. Análise da Receita na ótica Orçamental

A receita arrecadada em 2014 atingiu o valor de 9.455.052€ (não considerando o saldo apurado na gerência anterior), o que representou um decréscimo de 1,1% em relação ao ano de 2013 e de 28,3% relativamente a 2010.

Ilustração 23 – Evolução das Receitas Orçamentais (2014/2010)



O Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de março, (Lei da Execução Orçamental), à semelhança do que aconteceu no ano anterior, veio estabelecer, no n.º 3 do art.º 8.º, que os saldos de receitas próprias dos serviços e fundos autónomos apurados na execução orçamental de 2014 transitam para 2015, pelo que o InCI será autorizado a integrar no seu orçamento de funcionamento o saldo apurado na Gerência, (no montante de total no montante de 2.244.403,09€), a que acresce o saldo transitado de anos anteriores no valor de 10.262.435,81€.

A receita total apurada ascendeu a 19.778.039,70€.

Ilustração 24 - Receitas Orçamentais (2014/2013)

	2014	2013	Δ%
<b>Taxas, Multas e outras Penalidades</b>	<b>9.373.153</b>	<b>9.557.742</b>	<b>-1,9%</b>
Taxas	9.332.126	9.514.815	-1,9%
Juros e Coimas	41.027	42.927	-4,4%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>77.829</b>	<b>540</b>	<b>14302,7%</b>
Partic.Comun. em Project.Co-Financiados	74.234	0	-
Transferências União Europeia	3.595	540	565,3%
<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>4.070</b>	<b>3.341</b>	<b>21,8%</b>
Publicações e Impressos		0	-
Outras	4.070	3.341	21,8%
<b>Reposições Não Abatidas</b>		<b>2.670</b>	<b>-100,0%</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>9.455.052</b>	<b>9.564.294</b>	<b>-1,1%</b>

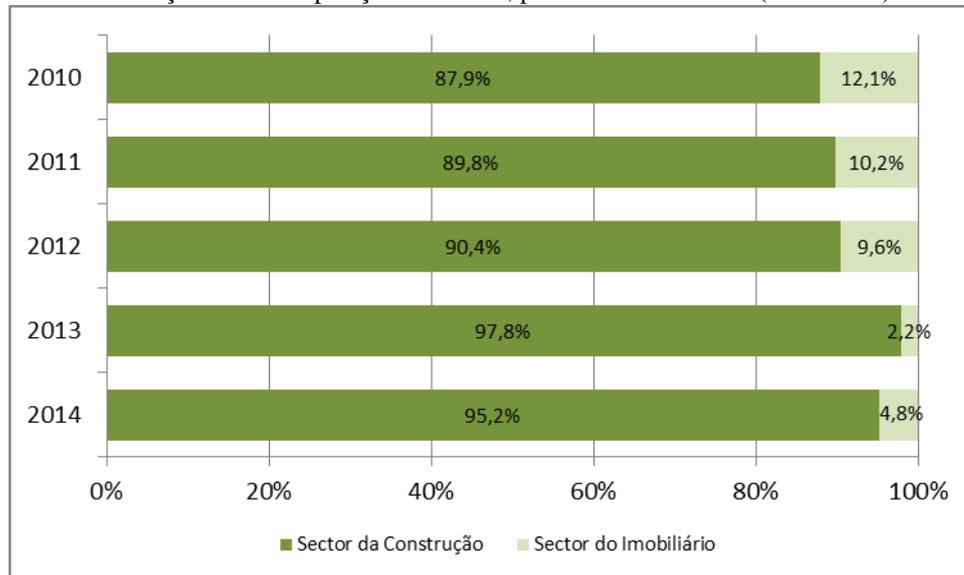
Fonte: 7.2. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita, incluído na Conta de Gerência de 2014.

Nota: O total da receita não inclui as receitas extraorçamentais.

Sendo o InCI uma entidade reguladora, a constituição da receita apurada provém, na sua quase totalidade (98,7%), das taxas cobradas no âmbito da regulação do sector da construção e do Imobiliário, verificando-se, neste exercício, um reforço desta taxa em dois pontos percentuais em relação ao anterior. Se ao valor das receitas das taxas acrescentarmos as provenientes das coimas, penalidades e contra - ordenações e juros de mora, obtemos a quase totalidade (99,1%) da receita gerada no ano.

Relativamente à cobrança de taxas efetuada em 2014, verifica-se que é o sector da construção que contribui decisivamente para a evolução da receita (ainda que diminuindo ligeiramente o seu peso relativo face ao ano de 2013) pois foi dele que provieram cerca de 95,2% das taxas cobradas, como evidencia o gráfico a seguir apresentado.

Ilustração 25 – Composição da receita, por setor de atividade (2014/2010)



Relativamente à execução orçamental da receita, verifica-se que a receita efetivamente cobrada no ano de 2013 representou uma taxa global de 86%, face às previsões corrigidas, sendo ligeiramente superior (85%) se considerarmos apenas a receita proveniente das taxas cobradas.

Ilustração 26 - Execução do Orçamento da Receita (2014)

	Previsões Corrigidas	Receita	Execução Orçamental
<b>Taxas, Multas e outras Penalidades</b>	<b>11.034.479</b>	<b>9.373.153</b>	<b>85%</b>
Taxas	10.973.379	9.332.126	85%
Juros e Coimas	61.100	41.027	67%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>76.434</b>	<b>77.829</b>	<b>-</b>
Transf. Correntes - Adm Central - Receita geral com origem	74.234	74.234	100%
Transferências União Europeia	2.200	3.595	163%
<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>	<b>3.500</b>	<b>4.070</b>	<b>116%</b>
Publicações e Impressos	1.000		0%
Outras	2.500	4.070	163%
<b>Reposições Não Abatidas</b>			<b>-</b>
<b>Total da Receita</b>	<b>11.114.412,95</b>	<b>9.455.052</b>	<b>85,07%</b>

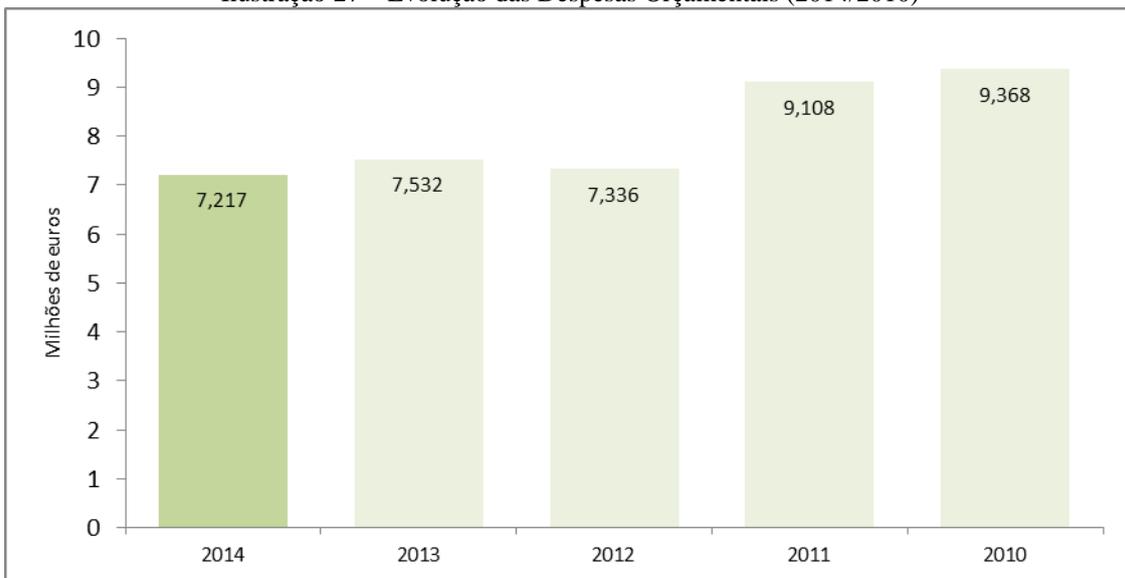
Fonte: 7.2. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Receita, incluído na Conta de Gerência de 2014

Em síntese, é um facto que a conjuntura económica que caracterizou o exercício anterior continuou a afetar de forma negativa o sector da construção e do imobiliário, facto demonstrado pela continuação da diminuição da receita cobrada, ainda que com uma taxa menor e pelo baixo grau de execução da mesma.

## 7.2. Análise da Despesa na ótica Orçamental

A despesa efetivada na Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014 atingiu o valor de 7.216.976€, o que correspondeu a um decréscimo de 4,2% relativamente ao verificado no exercício anterior.

Ilustração 27 – Evolução das Despesas Orçamentais (2014/2010)



Esta diminuição é explicada essencialmente pela variação dos custos com aquisição de bens e serviços (-5,5%), pelas transferências (-20,7%) e pelas aquisições de bens de capital (-25,2%). Em sentido oposto, registou-se um aumento de 3% nos gastos com pessoal, muito influenciados pelas despesas decorrentes do Programa de Rescisão de Contratos na Administração Pública.

Ilustração 28 - Despesas Orçamentais (2014/2013)

	2014	2013	Δ%
<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>3.983.269</b>	<b>3.867.845</b>	<b>3,0%</b>
Remunerações certas e permanentes	3.130.644	3.108.457	0,7%
Abonos variáveis ou eventuais	111.430	34.105	226,7%
Segurança Social	741.196	725.283	2,2%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>2.105.953</b>	<b>2.229.380</b>	<b>-5,5%</b>
Aquisição de Bens	52.938	55.131	-4,0%
Aquisição de Serviços	2.053.015	2.174.249	-5,6%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>967.467</b>	<b>1.220.520</b>	<b>-20,7%</b>
<b>Aquisição de Bens de Capital</b>	<b>160.107</b>	<b>214.070</b>	<b>-25,2%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>7.216.796,16 €</b>	<b>7.531.815,12 €</b>	<b>-4,2%</b>

Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2014

No caso das despesas com pessoal, não obstante ter-se registado um aumento ligeiro nas remunerações certas e permanentes (+0,7%) face a 2013, o aumento global (3%) ficou a dever-se com as indemnizações pagas a dois trabalhadores no âmbito do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Pública, no valor de 74.234 €.

A despesa total do Agrupamento 02 - aquisições de bens e serviços (2.105.953€) registou uma descida média de 5,5%, relativamente ao ano de 2013, repartida pela diminuição de aquisições de bens (-4,0%, ou seja, -2.193 €) e, sobretudo, de aquisições de serviços (-5,6%, isto é, -121.234 € do que em 2013).

O agrupamento 04 - Transferências Correntes registou, em 2014, o valor de 967.467 €, significando um decréscimo de 20,7% relativamente ao ano anterior. Esta diminuição fixou a dever-se não só à diminuição do valor das transferências para a Autoridade da Concorrência (713.467 €, isto é, -103.053 € do que em 2013) como pela diminuição das transferências para o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) para a resolução de necessidades urgentes de tesouraria daquele Organismo, que em 2014 atingiram os 250.000 € (menos 150.000 € que em 2013).

As aquisições de bens de capital, no valor de 160.107€, registaram uma descida de 25,2% relativamente ao verificado em 2013, encontrando-se a 20% das despesas incorridas no ano de 2010.

Quanto à execução global registada em 2014, verifica-se que, face aos valores orçamentados livre de cativos, a despesa efetiva atingiu uma taxa de 84%.

Dessa execução orçamental, é o agrupamento das transferências correntes o que regista a taxa mais elevada, 100%.

Ilustração 29 - Execução do Orçamento da Despesa (2014)

	Dotação Corrigida	Despesa	Execução Orçamental
<b>Despesas com o Pessoal</b>	<b>4.322.364</b>	<b>3.983.269</b>	<b>92%</b>
Remunerações certas e permanentes	3.385.360	3.130.644	92%
Abonos variáveis ou eventuais	158.452	111.430	70%
Segurança Social	778.552	741.196	95%
<b>Aquisição de Bens e Serviços</b>	<b>3.286.990</b>	<b>2.105.953</b>	<b>64%</b>
Aquisição de Bens	125.498	52.938	42%
Aquisição de Serviços	3.161.492	2.053.015	65%
<b>Transferências Correntes</b>	<b>970.967</b>	<b>967.467</b>	<b>100%</b>
<b>Aquisição de Bens de capital</b>	<b>464.333</b>	<b>160.107</b>	<b>34%</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>9.044.654</b>	<b>7.216.796</b>	<b>80%</b>

Fonte: 7.1. - Mapa de Controlo da Execução Orçamental – Despesa, incluído na Conta de Gerência de 2014

### 7.3. Situação Económica na ótica do POCP

No exercício de 2014 foram apurados proveitos num total de 10.478.972€, maioritariamente constituídos por Proveitos Operacionais (10.473.130€), originados, na quase totalidade, pela emissão de taxas e coimas aplicadas no âmbito da regulação do sector da construção e do imobiliário.

Ilustração 30 - Proveitos Operacionais (2014/2013)

	2014	2013	Δ 2014/2013
Vendas	0	0	-
Impostos e taxas	10.398.896	10.650.723	-2,4%
Proveitos Suplementares		0	-
Transferências e Subsídios Correntes	74.234	0	-
<b>Proveitos Operacionais</b>	<b>10.473.130</b>	<b>10.650.723</b>	<b>-1,7%</b>
<b>Proveitos Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-</b>
<b>Proveitos Extraordinários</b>	<b>5.842</b>	<b>191.830</b>	<b>-97,0%</b>
<b>Total de Proveitos</b>	<b>10.478.972</b>	<b>10.842.553</b>	<b>-3,4%</b>

O cálculo dos proveitos com taxas no setor da construção e do imobiliário, de acordo com o princípio da especialização, tem em conta a periodificação da receita uma vez que os diversos títulos habilitantes, emitidos no âmbito da qualificação das empresas, possuem prazos de validade distintos, nomeadamente, os alvarás que continuam a ser válidos por um período de 1 ano, enquanto os títulos de registo possuem validade de 5 anos.

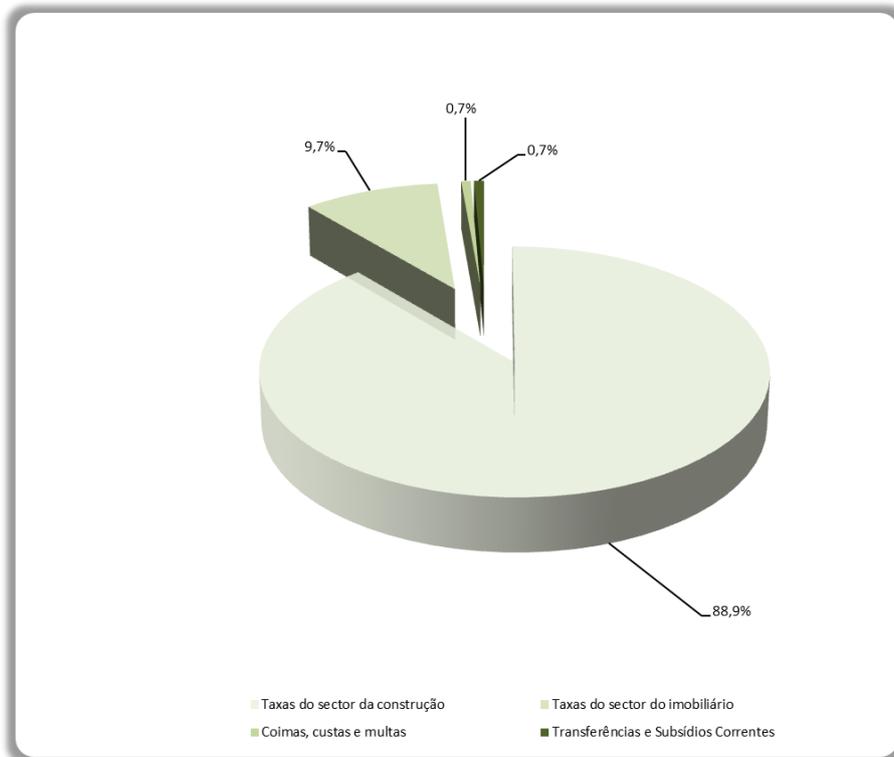
Tendo por base a periodificação referida e a evolução das restantes rubricas de proveitos o valor obtido, em 2014, para os proveitos totais apresenta um decréscimo de 2%, relativamente ao exercício anterior.

Quanto aos proveitos operacionais, verifica-se um decréscimo geral de 1,7%, relativamente ao apurado no exercício de 2013, sendo as coimas e as custas aqueles que apresentam variações negativas mais acentuadas (-49,7%). Os proveitos gerados pelas taxas do imobiliário apresentam uma descida de 8,8%. As taxas da construção continuam a apresentar uma tendência decrescente, mas menos acentuada, registando, em 2014, uma descida de 0,9% face ao exercício anterior, sendo responsáveis por 88% dos proveitos operacionais, tal como ilustra o gráfico abaixo.

Ilustração 31 - Proveitos Operacionais por tipo de atividade (2014/2013)

	2014	2013	Δ 2014/2013
Taxas do sector da construção	9.307.309	9.391.254	-0,89%
Taxas do sector do imobiliário	1.020.846	1.118.918	-8,76%
Coimas, custas e multas	70.741	140.551	-49,67%
Transferências e Subsídios Correntes	74.234		-
Outros Proveitos operacionais		0	-
<b>Total</b>	<b>10.473.130</b>	<b>10.650.723</b>	<b>0</b>

Ilustração 32 – Distribuição dos Proveitos Operacionais 2014



Relativamente aos custos, foi apurado, em 2014, um total de 7.401.315€, inferior em 7,8% valor ao registado em 2013.

Ilustração 33 – Estrutura de custos (2014/2013)

	2014	2013	Δ 2014/2013
CMV	0	0	-
FSE	2.086.864	2.094.161	-0,3%
Custos com o pessoal	3.994.220	3.921.158	1,9%
Transferências correntes	724.488	827.856	-12,5%
Amortizações e ajustamentos	292.437	513.227	-43,0%
Provisões	5.000	2.247	122,5%
Outros custos operacionais	6.640	4.719	40,7%
<b>Custos Operacionais</b>	<b>7.109.649</b>	<b>7.363.368</b>	<b>-3,4%</b>
<b>Custos Financeiros</b>	<b>26.793</b>	<b>26.036</b>	<b>2,9%</b>
<b>Custos Extraordinários</b>	<b>264.873</b>	<b>638.406</b>	<b>-58,5%</b>
<b>Total dos Custos</b>	<b>7.401.315</b>	<b>8.027.810</b>	<b>-7,8%</b>

Os Custos das Mercadorias Vendidas (CMV), que se referem essencialmente à produção dos impressos para a instrução dos processos de qualificação das empresas do sector da construção e do imobiliário, apresentaram, em 2014, um valor nulo pelo facto de estarmos perante produtos disponibilizados gratuitamente no Portal.

Os Fornecimentos e Serviços Externos (FSE), verificaram uma diminuição de 0,3% relativamente ao exercício anterior, enquanto os custos com o pessoal registaram um acréscimo de 1,9%.

Ilustração 34 – Fornecimentos e Serviços Externos (2013/2012)

	2014	2013	Δ 2014/2013
Rendas e Alugueres	1.035.699	1.052.560	-1,6%
Comunicações	145.096	145.483	-0,3%
Deslocações e Estadas	78.453	62.132	26,3%
Conservação e Reparação	345.029	236.399	46,0%
Publicidade e Propaganda	29.317	56.807	-48,4%
Limpeza, Higiene e Conforto	81.516	80.611	1,1%
Trabalhos Especializados	104.899	178.851	-41,3%
Outros FSE	266.856	281.318	-5,1%
<b>Total de FSE</b>	<b>2.086.864</b>	<b>2.094.161</b>	<b>-0,3%</b>

Destaque para a diminuição dos custos associados com trabalhos especializados e com publicidade e propaganda, que registaram diminuições relativas de 41,3% e 48,4%, respetivamente. Em sentido inverso, de notar o acréscimo relativo a deslocações e estadas, em grande parte explicado pelos trabalhos junto da Comissão Europeia e do Conselho Europeu no âmbito das diretivas

comunitárias. Salienta-se ainda o incremento da Conservação e Reparação (46%) como resultado das necessidades de assistência técnica dos sistemas informáticos que sustentam as atribuições do InCI nos domínios da regulação e da contratação pública.

Em síntese, e como já referido, os proveitos operacionais registaram no exercício de 2014 um decréscimo de 1,7% relativamente a 2013, enquanto os custos operacionais registaram uma diminuição relativamente maior (-3,4%).

Ilustração 35 – Resultado Líquido (2014/2013)

	2014	2013	Δ 2014/2013
Proveitos Operacionais	10.473.130	10.650.723	-1,7%
Custos Operacionais	7.109.649	7.363.368	-3,4%
<b>Resultados Operacionais</b>	<b>3.363.481</b>	<b>3.287.354</b>	<b>2,3%</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-26.793</b>	<b>-26.036</b>	<b>2,9%</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>-259.031</b>	<b>-446.576</b>	<b>-42,0%</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>3.077.657</b>	<b>2.814.743</b>	<b>9,3%</b>

Quanto aos Resultados operacionais, verificou-se uma melhoria na ordem dos 2,3% face a 2013. Do mesmo modo também os Resultados Financeiros registaram um crescimento de 2,3%. Por fim, os Resultados Extraordinários voltaram a apresentar valores negativos, embora menos elevado do que no ano de 2013 (-42%).

O Resultado Líquido do Exercício apurado foi de 3.077.657€.

## 7.4. Situação Financeira

Após a degradação da estrutura financeira verificada em 2011, em resultado da obrigatoriedade da entrega de saldos de gerências anteriores, as gerências posteriores têm vindo a permitir a recuperação das contas; em 2014 já apresenta uma situação financeira bastante mais sólida, como ilustra o mapa abaixo.

Ilustração 36 – Estrutura Financeira (2014/2013/2012/2011)

	2014	2013	2012	2011
<b>Total do Activo</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Imobilizado	1,8%	3,1%	6,0%	10,5%
Circulante	98,2%	96,9%	94,0%	89,5%
<b>Total dos Fundos Próprios e Passivo</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Fundos Próprios	67,0%	54,8%	38,7%	-13,2%
Passivo	33,0%	45,2%	61,3%	113,2%

Em 2014, o Activo do Instituto apresentou a seguinte composição:

Ilustração 37 – Activo (2013/2012/2011)

	2014			2013	2012	2011
	ACTIVO BRUTO	AMORT. e AJUST.	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO	ACTIVO LÍQUIDO
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>7.201.595</b>	<b>6.918.861</b>	<b>282.734</b>	<b>415.064</b>	<b>714.222</b>	<b>891.193</b>
Imobilizações Incorpóreas	1.478.993	1.448.201	30.792	92.115	135.157	127.338
Imobilizações Corpóreas	5.722.601	5.470.660	251.942	322.949	579.065	763.855
<b>CIRCULANTE</b>	<b>15.399.111</b>		<b>15.399.111</b>	<b>13.142.981</b>	<b>11.206.202</b>	<b>7.616.465</b>
Existências	35.675		35.675	35.675	35.675	40.878
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	2.657.418		2.657.418	2.601.023	2.782.945	2.892.748
Títulos Negociáveis						0
Depósitos Bancários e Caixa	12.612.268		12.612.268	10.437.015	8.318.968	4.607.242
Acréscimos e Diferimentos	93.749		93.749	69.268	68.614	75.598
Total de Amortizações		6.918.861				
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	<b>22.600.706</b>	<b>6.918.861</b>	<b>15.681.845</b>	<b>13.558.046</b>	<b>11.920.424</b>	<b>8.507.658</b>

Face ao valor atingido em 2014, verificou-se um acréscimo de cerca de 15,7% no total de ativo líquido relativamente ao observado em 2013. Esta variação deve-se essencialmente à integração no orçamento privativo do InCI dos saldos de gerência apurados nos três últimos exercícios.



Relativamente aos Fundos Próprios e Passivo registaram-se os seguintes valores:

Ilustração 38 – Fundos Próprios e Passivo (2013/2012/2011)

	2014	2013	2012	2011
Património	11.408.184	11.408.184	11.408.184	11.408.184
Resultados Transitados	-3.976.668	-6.791.411	-12.534.929	-17.116.318
Resultado Líquido do Exercício	3.077.657	2.814.743	5.743.518	4.581.389
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>10.509.172</b>	<b>7.431.516</b>	<b>4.616.773</b>	<b>-1.126.745</b>
<b>Provisões</b>	<b>35.000</b>	<b>32.247</b>	<b>75.000</b>	<b>1.246.100</b>
<b>Dívidas a Terceiros - Curto Prazo</b>	<b>1.569.626</b>	<b>1.564.515</b>	<b>1.673.105</b>	<b>1.976.293</b>
Fornecedores, c/c	67.127	25.657	103.519	226.886
Fornecedores de Imobilizado, c/c				220.807
Estado e Outros Entes Públicos	1.367.807	1.346.750	1.476.286	1.472.212
Outros Credores	134.692	192.106	93.299	56.388
<b>Acréscimos e Diferimentos</b>	<b>3.568.047</b>	<b>4.529.769</b>	<b>5.555.547</b>	<b>6.412.010</b>
Acréscimos de Custos	577.159	563.128	512.784	397.757
Proveitos Diferidos	2.990.887	3.966.641	5.042.763	6.014.254
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>5.172.673</b>	<b>6.126.530</b>	<b>7.303.652</b>	<b>9.634.403</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>	<b>15.681.845</b>	<b>13.558.046</b>	<b>11.920.424</b>	<b>8.507.658</b>

Em conclusão, o InCI apresenta uma situação financeira mais sólida, com predomínio de meios próprios que sustentam a sua autonomia financeira, depois daqueles se terem alterado substancialmente em 2010 e 2011 por motivos impostos legalmente (obrigatoriedade da entrega nos cofres do Estado dos saldos das gerências de 2009 e 2010) e, por isso, alheios à boa gestão interna do InCI.

Contudo, em 31 de Dezembro de 2014, o total de Fundos Próprios registado no Balanço do InCI foi de 10.509.172 €, superior em 40% ao valor registado em 2013. A atividade operacional do InCI tem vindo a apresentar sempre resultados positivos, ascendendo o Resultado Líquido de 2014 a 3.077.657 €.



## 8. Perspetivas Futuras

Na sequência da aprovação da nova Lei Orgânica do Ministério da Economia, o Instituto da Construção e do Imobiliário (InCI) encontra-se, neste momento, em fase de reestruturação, aguardando a aprovação da sua nova lei orgânica, após o que passará a designar-se Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção (IMPIC). Mais do que uma mera alteração de designação, trata-se de um verdadeiro reforço dos poderes regulatórios do Instituto, com especial ênfase na regulação dos contratos públicos.

O momento não podia ser mais apropriado, ou não estivéssemos em pleno processo de transposição das novas diretivas europeias de contratação pública, processo em que este instituto terá um papel de relevo. O ano de 2015 vislumbra-se, por isso, como um ano importante nesta temática dos contratos públicos, destacando-se vários dossiês em carteira: a revisão do Código dos Contratos Públicos, a nova lei de regulação das plataformas eletrónicas de contratação pública e a desejada criação do Centro Especializado de Arbitragem e Mediação do IMPIC.

Também no domínio da regulação da construção e do imobiliário se almejam desafios importantes, tais como a nova Lei de regulação da atividade da construção (já aprovada pela Assembleia da República, aguardando a sua promulgação e publicação), a nova lei de regulação da atividade de administração de condomínios (projeto já apresentado à tutela) e, não menos importante, a continuação da atividade de monitorização e acompanhamento do “Compromisso para a competitividade sustentável do setor”, assinado em março de 2013, entre o Governo e a CPCI.

O novo IMPIC e os seus colaboradores e colaboradoras estarão totalmente empenhados para responder com eficiência, eficácia e qualidade aos novos desafios que se avizinham.

Lisboa, 18 de maio de 2014

O Conselho Diretivo,

O Presidente



(Fernando Oliveira Silva)

O Vogal



(João Santiago Leão Ponce Dentinho)

O Vogal



(António Pires de Andrade)



## 9. Demonstrações Financeiras

## 9.1. Balanço

BALANÇO PERÍODO HOMÓLOGO

31 de Dezembro de 2014

Código das contas	ATIVO	EXERCÍCIO				Código das contas	PASSIVO	EXERCÍCIO	
		2014		2013				2014	2013
		ACTIVO BRUTO	AMORT. E AJUST.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO				
POCP	<b>IMOBILIZADO</b>				POCP	<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>			
	<b>Bens de domínio público</b>				51	Património	11 408 183,78	11 408 183,78	
451	Terrenos e Recursos Naturais				55	Ajustamento de Partes de Capital em empresas			
452	Edifícios				56	Reservas de Reavaliação			
453	Outras Construções e infraestruturas				57	Reservas:			
454	Infraestruturas e equipamento natureza militar				571	Reservas Legais			
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				572	Reservas Estatutárias			
456	Outros bens de domínio público				573	Reservas Contratuais			
457	Imobilizações em Curso				574	Reservas livres			
458	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				575	Subsídios			
					576	Doações			
					577	Reservas decorrentes da transferência de activos			
	<b>Imobilizações Incorpóreas</b>				59	Resultados Transitados	-3 976 668,28	-6 791 411,18	
431	Despesas de Instalação					<b>Sub-total</b>	<b>7 431 515,50</b>	<b>4 616 772,60</b>	
432	Despesas de Investigação e de Desenvolvim.				88	Resultado Líquido do Exercício	3 077 656,76	2 814 742,90	
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	1 478 993,49	1 448 201,16	30 792,33					
434	Imobilizações em Curso					<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>10 509 172,26</b>	<b>7 431 515,50</b>	
435	Adiantamentos por conta de Imobilizações Incorpóreas								
		1 478 993,49	1 448 201,16	30 792,33					
	<b>Imobilizações Corpóreas</b>					<b>PASSIVO</b>			
421	Terrenos e Recursos Naturais					<b>Provisões</b>			
422	Edifícios e Outras Construções					Provisões para riscos e encargos	35 000,00	32 246,72	
423	Equipamento Básico	4 220 673,25	4 081 651,26	139 021,99			35 000,00	32 246,72	
424	Equipamento de Transporte								
425	Ferramentas e Utensílios	6 476,85	6 476,85						
426	Equipamento Administrativo	1 431 705,88	1 325 663,55	106 042,33	29				
427	Taras e Vasilhame								
428	Outras Imobilizações Corpóreas	63 745,27	56 867,98	6 877,29					
429	Imobilizações em Curso								
430	Adiantamentos por conta de Imobilizações Corpóreas								
		5 722 601,25	5 470 659,64	251 941,61					
	<b>Investimentos Financeiros</b>					<b>Dividas a Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>			
411	Partes de Capital					Fornecedores de Imobilizado, c/c			
412	Obrigações e títulos participação					...			
413	Investimentos em imóveis								
414	Outras aplicações financeiras					<b>Dividas a Terceiros - Curto Prazo</b>			
415	Imobilizações em curso					Empréstimos por dívida titulada			
416	Adiantamentos por conta de Investimentos Financeiros					Empréstimos por dívida não titulada			
						Adiantamento por conta vendas			
						Fornecedores, c/c	67 126,57	25 657,32	
						Fornecedores - Facturas em Rec. e Conferência			
						Fornecedores - Títulos a Pagar			
						Fornecedores de Imobilizado - Títulos a Pagar			
						Credores pela execução do orçamento	105 429,10	171 191,39	
						Adiantamentos de Clientes, contribuintes e utentes			
						Fornecedores de Imobilizado, c/c			
						Estado e Outros Entes Públicos	1 367 807,17	1 346 750,46	
						Outros Credores	29 263,20	20 915,40	
		5 722 601,25	5 470 659,64	251 941,61					
	<b>CIRCULANTE</b>					<b>Acréscimos e Diferimentos</b>			
	<b>Existências</b>					Acréscimos de Custos	577 159,28	563 127,68	
36	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo					Proveitos Diferidos	2 990 887,37	3 966 641,14	
35	Produtos e Trabalhos em Curso						3 568 046,65	4 529 768,82	
34	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos								
33	Produtos Acabados e Intermediários								
32	Mercadorias	35 675,17		35 675,17					
31	Adiantamentos por conta de compras								
		35 675,17		35 675,17					
	<b>Dividas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>								
	<b>Dividas de Terceiros - Curto Prazo</b>								
2611+2621	Empréstimos concedidos								
211	Clientes, c/c	2 639 096,17		2 639 096,17					
212	Contribuintes, c/c								
213	Utentes c/c								
214	Clientes, contribuintes e utentes - Títulos a Receber								
215	Clientes, contribuintes e utentes cobrança duvidosa								
216	Devedores pela execução do Orçamento								
217	Adiantamentos a Fornecedores								
218	Adiantamentos a Fornecedores de imobilizado								
219	Estado e Outros Entes Públicos								
24	Outros Devedores	18 322,30		18 322,30					
		2 657 418,47		2 657 418,47					
	<b>Títulos Negociáveis</b>								
151	Ações								
152	Obrigações e Títulos de Participação								
153	Títulos da dívida pública								
154	Outros Títulos								
16	Outras Aplicações de Tesouraria								
	<b>Conta no Tesouro, depósitos instít. financ. e caixa</b>								
13	Conta no Tesouro	12 607 444,76		12 607 444,76					
12	Depósitos em Instituições financeiras	3 436,96		3 436,96					
11	Caixa	1 386,28		1 386,28					
		12 612 268,00		12 612 268,00					
	<b>Acréscimos e Diferimentos</b>								
271	Acréscimos de Proveitos								
272	Custos Diferidos	93 749,37		93 749,37					
		93 749,37		93 749,37					
	<b>Total de amortizações</b>		6 918 860,80						
	<b>Total de provisões</b>								
	<b>Total do activo</b>	<b>22 600 705,75</b>	<b>6 918 860,80</b>	<b>15 681 844,95</b>		<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>15 681 844,95</b>	<b>13 558 045,64</b>	

O CONSELHO DIRETIVO



O PRESIDENTE  
Fernando Oliveira da Silva



O VOGAL  
João Santiago Leão Ponce Dentinho



O VOGAL  
António Albino Pires de Andrade



O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA  
Pedro Ministro



## 9.2. Demonstração de Resultados



31 de Dezembro de 2014

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PERÍODO HOMÓLOGO

POCP	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		POCP	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO			
		2014	2013			2014	2013		
		EUROS				EUROS			
01	Custo das mercadorias vendidas e mat. consumidas								
	Mercadorias			71	Vendas				
	Materiais	0,00			Mercadorias				
02	Formecimentos e serviços externos	2 086 864,26			Produtos				
	Custos com o pessoal:		3 175 957,73	72	Impostos, Taxas e Outros	10 398 895,93	10 650 722,77		
041+042	Remunerações	3 097 889,51			Trabalhos para a própria entidade				
043 e 048	Encargos sociais:				Proveitos suplementares				
	Pensões	896 330,09	745 200,02	75	Transferências e Subsídios correntes obtidos	74 233,95			
	Outros	3 994 219,60	827 856,00	74	Transferências - Tesouro				
06	Transferências correntes concedidas e prest. sociais	724 487,80	513 227,47	741	Outras				
06	Amortizações do imobil. corpóreo e incorpóreo	292 437,20	2 246,72	742-743	Outros proveitos e ganhos operacionais				
07	Ajustamentos	5 000,00	4 719,17	76	(B)	74 233,95		0,00	
06	Outros custos e perdas operacionais	6 640,35			(B)	10 473 129,88		10 650 722,77	
	(A)	1 028 565,35			Proveitos e ganhos financeiros				
		7 109 649,21			Outros				
08	Custos e perdas financeiras			78	(D)	0,00		0,00	
	Outros	26 792,56	26 035,53		(D)	10 473 129,88		10 650 722,77	
	(C)	7 136 441,77			Proveitos e ganhos extraordinários				
09	Custos e perdas extraordinárias			79	(F)	5 842,06		191 829,74	
		264 873,41			(F)	10 478 971,94		10 842 552,51	
		7 401 315,18			RESUMO				
					Resultados operacionais: (B)-(A)=	3 363 480,67		3 287 354,49	
		3 077 656,76			Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=	-26 792,56		-26 035,53	
	Resultado líquido do exercício	10 478 971,94			Resultados correntes: (D)-(C)=	3 336 688,11		3 261 318,96	
					Resultado líquido do exercício: (F)-(E)=	3 077 656,76		2 814 742,90	

O CONSELHO DIRETIVO

O PRESIDENTE

*Fernando Silva*

Fernando Oliveira da Silva

O VOGAL

*João Santiago Leão Ponce Dentinho*

João Santiago Leão Ponce Dentinho

O VOGAL

*António Albino Pires de Andrade*

António Albino Pires de Andrade

O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E

ESTRATÉGIA

*Pedro Viegas*

Pedro Viegas



### 9.3. Controlo orçamental - Despesa



7.1 - Controlo orçamental  
Despesa

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

C. Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Classificação Funcional	Classificação Económica	Act.	Doações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grande execução orçamental da despesa (16)-(12)-(7-8)*100	
									Do ano (10)	De anos ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação do Comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldo (14)=(7)-(13)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)		
Min. Sec. Cap. Div. Subdiv.	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	
8 1 04 04 00	009 052	319	3031	0102.12 B.0.00 Programa de Rescisões por Mútuo Acordo		74 233,95	0,00	74 233,95	74 233,95	0,00	74 233,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
				Total do Subagrupamento 02 :		74 233,95	0,00	74 233,95	74 233,95	0,00	74 233,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
				Total do Agrupamento 01 :		74 233,95	0,00	74 233,95	74 233,95	0,00	74 233,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
				Total da Fonte de Financiamento 319 :		74 233,95	0,00	74 233,95	74 233,95	0,00	74 233,95	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00%
	480		3031	02.02.13 00.00 Deslocações e estadas		2 200,00	0,00	2 200,00	2 200,00	0,00	2 200,00	34,30	34,30	0,00	98,44%	
				Total do Subagrupamento 02 :		2 200,00	0,00	2 200,00	2 200,00	0,00	2 200,00	34,30	34,30	0,00	98,44%	
				Total do Agrupamento 02 :		2 200,00	0,00	2 200,00	2 200,00	0,00	2 200,00	34,30	34,30	0,00	98,44%	
				Total da Fonte de Financiamento 480 :		2 200,00	0,00	2 200,00	2 200,00	0,00	2 200,00	34,30	34,30	0,00	98,44%	
	570		3031	010102 00.00 Órgãos sociais		127 852,00	0,00	124 857,90	124 857,90	0,00	124 857,90	3 794,10	3 794,10	0,00	97,03%	
				010103 00.00 Pessoal dos quadros-reg. Função pública		1232 103,00	0,00	1 189 572,71	1 189 572,71	0,00	1 189 572,71	42 530,29	42 530,29	0,00	96,55%	
				010104 00.00 Pessoal dos quadros-reg. Cont. ind. Trabalho		1046 592,00	0,00	988 279,32	988 279,32	0,00	988 279,32	58 232,68	58 232,68	0,00	94,44%	
				010108 00.00 Pessoal aguardando aposentação		149 377,00	0,00	88 597,92	88 597,92	0,00	88 597,92	60 779,08	60 779,08	0,00	59,33%	
				010111 00.00 Representação		57 26 100	0,00	39 853,30	39 853,30	0,00	39 853,30	17 407,70	17 407,70	0,00	69,60%	
				010112 00.00 Suplementos e prémios		16 580,00	0,00	106 833,46	106 833,46	0,00	106 833,46	9 746,54	9 746,54	0,00	91,64%	
				010113 00.00 Subsídio de refeição		216 847,00	0,00	165 858,27	165 858,27	0,00	165 858,27	50 988,73	50 988,73	0,00	76,49%	
				010114 SF.00 Subsídio de férias		226 756,00	0,00	226 753,15	226 753,15	0,00	226 753,15	2,85	2,85	0,00	100,00%	
				010114 SN.00 Subsídio de natal		2 119 72,00	0,00	200 737,71	200 737,71	0,00	200 737,71	11 234,29	11 234,29	0,00	94,70%	
				Total do Subagrupamento 01 :		3 385 380,00	0,00	3 130 643,74	3 130 643,74	0,00	3 130 643,74	254 776,26	254 776,26	0,00	92,48%	
				0102.02 00.00 Horas Extraordinárias		11 220,00	0,00	3 819,43	3 819,43	0,00	3 819,43	7 400,57	7 400,57	0,00	34,04%	
				0102.04 00.00 Ajudas de Custo		50 000,00	0,00	23 204,32	23 204,32	0,00	23 204,32	26 795,68	26 795,68	0,00	46,41%	
				0102.05 00.00 Abono para falhas		2 019,00	0,00	1 826,78	1 826,78	0,00	1 826,78	182,22	182,22	0,00	90,48%	
				0102.12 A0.00 Abonos devidos pela Cessação da relação jurídica		2 975,00	0,00	1 519,42	1 519,42	0,00	1 519,42	14 55,58	14 55,58	0,00	51,07%	
				0102.13 00.00 Outros suplementos e prémios		10 504,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10 504,00	10 504,00	0,00	0,00%	
				0102.14 00.00 Out. ab. Numeração/espécie		7 500,00	0,00	6 826,12	6 826,12	0,00	6 826,12	673,88	673,88	0,00	91,01%	
				Total do Subagrupamento 02 :		84 218,00	0,00	37 960,07	37 960,07	0,00	37 960,07	47 021,93	47 021,93	0,00	44,17%	
				0103.01 A0.00 Cont. da Ent. Patronal para a ADSE		33 689,00	0,00	30 061,00	30 061,00	0,00	30 061,00	3 628,00	3 628,00	0,00	89,23%	
				0103.03 00.00 Subs familiar a crianças e jovens		76 000,00	0,00	759,03	759,03	0,00	759,03	0,97	0,97	0,00	99,87%	

*[Handwritten signatures and initials]*


**DAR FORMA AO FUTURO**
**7.1 - Controlo orçamental  
Despesa**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

unidade e, em euro

C. - Orgânica	Prog. Med.	Font. Fin.	Classificação Funcional	Código AL. Sib.	Classificação Económica Designação	Act.	Doações corrigidas	Cativos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas Pagas			Diferenças			Grande execução orçamental da despesa (16)=(12)-(7-8)*100
										Do ano (10)	De anos ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)	Saldos (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
Min. Sec. Cap. Div. Subdiv.	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)
				0103.05 A0.A0	Caixa Geral Aposentações		385 590,00	0,00	374 776,65	374 776,65	0,00	374 776,65	114 13,35	114 13,35	0,00	97,04%
				0103.05 A0.B0	Segurança social		323 529,00	0,00	305 536,95	305 536,95	0,00	305 536,95	17 992,05	17 992,05	0,00	94,44%
				0103.10 A0.00	Acid. de trabalho e de enças prof.		4 668,00	0,00	347,47	347,47	0,00	347,47	4 320,53	4 320,53	0,00	7,44%
				0103.10 C0.00	Outras despesas		1102,100	0,00	1102,80	1102,80	0,00	1102,80	0,20	0,20	0,00	100,00%
				0103.10 PD.00	Parent. (event. maternidade, paternidade e adopção)		19 295,00	0,00	19 293,68	19 293,68	0,00	19 293,68	132	132	0,00	99,99%
					<b>Total do Subgrupamento 03:</b>		<b>778 552,00</b>	<b>0,00</b>	<b>741 765,58</b>	<b>741 765,58</b>	<b>0,00</b>	<b>741 765,58</b>	<b>37 356,42</b>	<b>37 356,42</b>	<b>0,00</b>	<b>95,20%</b>
					<b>Total do Agrupamento 01:</b>		<b>4 248 130,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 909 035,39</b>	<b>3 909 035,39</b>	<b>0,00</b>	<b>3 909 035,39</b>	<b>339 094,61</b>	<b>339 094,61</b>	<b>0,00</b>	<b>92,02%</b>
				02.0102 00.00	Combustíveis e lubrificantes		35 000,00	5 250,00	5 705,17	5 705,17	0,00	5 705,17	24 041,83	24 041,83	0,00	16,19%
				02.0104 00.00	Limpeza e Higiene		9 000,00	13 500,00	5 412,48	5 023,06	0,00	5 023,06	2 626,94	2 626,94	389,42	65,66%
				02.0107 00.00	Vestúrio e artigos pessoais		449,00	53,00	388,69	388,69	0,00	388,69	7,31	7,31	0,00	98,15%
				02.0108 00.00	Material de escritório		34 368,00	5 250,00	12 652,25	12 652,25	0,00	12 652,25	16 465,75	16 465,75	0,00	43,45%
				02.0109 00.00	Produtos químicos e farmacêuticos		782,00	23,00	690,83	690,83	0,00	690,83	68,17	68,17	0,00	91,02%
				02.0114 00.00	Outro material-peças		670,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655,00	655,00	0,00	0,00%
				02.0116 00.00	Mercadorias para venda		100,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00%
				02.0117 00.00	Ferramentas e utensílios		100,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00%
				02.0118 00.00	Livros e doc. técnica		10 029,00	1 200,00	7 153,11	7 153,11	0,00	7 153,11	16 75,89	16 75,89	0,00	81,02%
				02.0121 00.00	Outros bens		35 000,00	5 250,00	22 017,45	21 321,85	0,00	21 321,85	7 732,55	7 732,55	695,60	71,67%
					<b>Total do Subgrupamento 01:</b>		<b>125 498,00</b>	<b>18 421,00</b>	<b>54 022,98</b>	<b>52 937,96</b>	<b>0,00</b>	<b>52 937,96</b>	<b>53 054,02</b>	<b>54 599,04</b>	<b>1 085,02</b>	<b>49,44%</b>
				02.02.01 00.00	Encargos das instalações		100 000,00	15 000,00	53 871,44	53 871,44	0,00	53 871,44	31 128,56	31 128,56	0,00	63,38%
				02.02.02 00.00	Limpeza e Higiene		95 046,00	13 500,00	75 560,56	75 560,56	0,00	75 560,56	5 995,44	5 995,44	165,36	92,46%
				02.02.03 00.00	Conservação de bens		35 000,00	5 250,00	27 990,62	27 990,62	0,00	27 990,62	1 759,38	1 759,38	0,00	94,09%
				02.02.04 00.00	Locação de edifícios		1 52 070,00	15 150,00	999 753,32	999 753,32	0,00	999 753,32	8 16,68	8 16,68	0,00	99,92%
				02.02.08 00.00	Locação de outros bens		129 384,00	20 250,00	56 391,12	56 391,12	0,00	56 391,12	52 742,88	52 742,88	0,00	51,67%
				02.02.09 A0.00	Acesso à internet		50 000,00	7 500,00	8 778,60	8 778,60	0,00	8 778,60	33 721,40	33 721,40	0,00	20,66%
				02.02.09 C0.00	Comunicações fixas de voz		39 300,00	5 400,00	30 081,99	30 081,99	0,00	30 081,99	3 818,01	3 818,01	0,00	88,74%
				02.02.09 D0.00	Comunicações Móveis		410 12,00	5 250,00	16 675,10	16 675,10	0,00	16 675,10	19 086,90	19 086,90	0,00	46,63%
				02.02.09 F0.00	Outros Serv. de Comunicações		143 998,00	22 500,00	93 731,85	93 731,85	0,00	93 731,85	27 756,15	27 756,15	0,00	77,15%
				02.02.10 00.00	Transportes		6 750,00	10 125,00	33 059,59	33 059,59	0,00	33 059,59	24 315,41	24 315,41	0,00	57,62%
				02.02.11 00.00	Representação dos serviços		5 000,00	750,00	2 990,00	2 990,00	0,00	2 990,00	1 260,00	1 260,00	0,00	70,35%
				02.02.12 A0.00	Estágios prof na AP-pl o seguro prof dos estagiários		100,00	15,00	0,00	0,00	0,00	0,00	85,00	85,00	0,00	0,00%



7.1 - Controlo orçamental  
Despesa

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

C. Orgânica	Prog. Met.	Font. Fun.	Classificação Funcional	Classificação Económica	Act.	Dotações corrigidas	Custos ou congelamentos	Compromissos assumidos	Despesas Pagas		Diferenças		Grau de execução orçamental da despesa (16)=(12)/(7+8)*100		
									Do ano (B)	De anos ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)-(9)		Saldo (H)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)
Sim/Sec/Dep./Div./Subdiv.	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	
02.02.12 B0.00				Outras - seguros não relacionados e outras situações		1500,00	225,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1275,00	0,00	0,00%	
02.02.13 00.00				Deslocações e estadas		20 000,00	8 000,00	74 764,14	0,00	0,00	74 770,14	27 235,86	27 289,86	54,00	73,25%
02.02.14 A0.00				Serviços de natureza informática		20 000,00	3 000,00	5 904,00	0,00	0,00	5 904,00	11 096,00	11 096,00	0,00	34,73%
02.02.14 B0.00				Outros		171 720,00	60 000,00	37 207,50	0,00	0,00	37 207,50	74 52,50	74 52,50	0,00	33,30%
02.02.15 A0.00				Tecnologia da informação e comunicação		8 122,00	1500,00	3 000,00	0,00	0,00	3 000,00	3 622,00	3 622,00	0,00	45,30%
02.02.15 B0.00				Outras		43 937,00	6 000,00	26 124,45	0,00	0,00	26 124,45	118 12,55	118 12,55	0,00	68,86%
02.02.16 00.00				Seminários, exposições e similares		74 901,00	5 000,00	4 031,04	0,00	0,00	4 031,04	55 869,96	55 869,96	0,00	6,75%
02.02.17 00.00				Publicidade		76 000,00	2 000,00	25 286,10	0,00	0,00	25 286,10	38 713,90	38 713,90	0,00	39,51%
02.02.18 00.00				Vigilância e segurança		159 203,00	212 700,00	120 757,47	0,00	0,00	120 757,47	17 175,53	17 175,53	0,00	87,55%
02.02.19 A0.00				Equipamento de informática / hardware		350 266,00	3 000,00	12 742,38	0,00	0,00	12 742,38	4 287,62	4 287,62	0,00	74,78%
02.02.19 B0.00				Software informático		66 000,00	48 750,00	22 1673,40	0,00	0,00	22 1673,40	79 702,60	79 702,60	0,00	73,55%
02.02.19 C0.00				Outros		14 500,00	9 750,00	44 133,57	0,00	0,00	44 133,57	12 116,43	12 116,43	0,00	78,46%
02.02.20 A0.00				Serviços de natureza informática		14 500,00	180,00	6 488,25	0,00	0,00	6 488,25	6 511,75	6 511,75	0,00	49,91%
02.02.20 C0.00				Outros		14 500,00	2 250,00	8 974,15	0,00	0,00	8 974,15	3 275,85	3 275,85	0,00	73,26%
02.02.22 00.00				Serviços de saúde		9 750,00	0,00	3 973,01	0,00	0,00	3 973,01	5 776,99	5 776,99	0,00	40,75%
02.02.24 00.00				Encargos de cobrança de receitas		40 000,00	6 000,00	26 066,01	0,00	0,00	26 066,01	7 933,99	7 933,99	0,00	76,66%
02.02.25 00.00				Outros serviços		110 633,00	21 000,00	31 089,16	0,00	0,00	31 089,16	58 543,84	58 543,84	0,00	34,65%
				<b>Total do Subagrupamento 02 :</b>		<b>3 159 292,00</b>	<b>488 285,00</b>	<b>2 051 068,82</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 050 849,46</b>	<b>621 938,16</b>	<b>622 457,54</b>	<b>219,36</b>	<b>76,72%</b>
				<b>Total do Agrupamento 02 :</b>		<b>3 284 790,00</b>	<b>504 706,00</b>	<b>2 105 091,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 103 787,42</b>	<b>674 922,20</b>	<b>676 296,58</b>	<b>1304,38</b>	<b>75,67%</b>
04.03.05 A0.00				LINEC		250 000,00	0,00	250 000,00	0,00	0,00	250 000,00	0,00	0,00	0,00%	
04.03.05 00.00				Autoridade da Concorrência		713 467,00	0,00	713 467,00	0,00	0,00	713 467,00	0,00	0,00	0,00%	
				<b>Total do Subagrupamento 03 :</b>		<b>963 467,00</b>	<b>0,00</b>	<b>963 467,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>963 467,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100,00%</b>
04.07.01 A0.00				Centro med e arbitragem conflitos da constr e activ imob		2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00	0,00	0,00%	
04.07.01 B0.00				CEDIPRE		5 000,00	0,00	4 000,00	0,00	0,00	4 000,00	1 000,00	1 000,00	0,00	80,00%
				<b>Total do Subagrupamento 07 :</b>		<b>7 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 000,00</b>	<b>3 500,00</b>	<b>3 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>53,33%</b>
				<b>Total do Agrupamento 04 :</b>		<b>970 967,00</b>	<b>0,00</b>	<b>967 467,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>967 467,00</b>	<b>3 500,00</b>	<b>3 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>99,64%</b>
06.02.03 R0.00				Reserva		236 461,00	236 461,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	
				<b>Total do Subagrupamento 02 :</b>		<b>236 461,00</b>	<b>236 461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
				<b>Total do Agrupamento 06 :</b>		<b>236 461,00</b>	<b>236 461,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>





**7.1 - Controlo orçamental  
Despesa**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

unidade: em euro

C. Orgânica	Proje. Med. (2)	Fon. Fín. (3)	Classificação Funcional (4)	Código AL. Sub. (5)	Classificação Económica Designação (5)	Acl. (6)	Dotações corrigidas (7)	Cativos ou congelamentos (8)	Compromissos assumidos (9)	Despesas Pagas			Diferenças			Grau de execução orçamental da despesa (16)=(12)/(7-8)*100
										Do ano (10)	De anos ant. (11)	Total (12)=(10)+(11)	Dotação não comprometida (13)=(7)-(8)+(9)	Saldo (14)=(7)-(8)-(12)	Compromissos por pagar (15)=(9)-(12)	
				070107 B0 B0	Aquis. de bens de capital - Equip. de Inform.-A.C-SFA- Outros		4 238,00	0,00	4 163,72	0,00	4 163,72	74,28	0,00	74,28	0,00	98,25%
				070108 B0 A0	Aquis. Bens capit. - Software de comunicações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
				070108 B0 B0	Aquis. Bens capit. - Software inform.-A.C-SFA- Outros		456 110,00	0,00	452 259,16	0,00	452 259,16	303 850,84	0,00	303 850,84	0,00	33,38%
				070109 B0 B0	Aquis. de bens de capital - Equip. Admin.-A.C-SFA- Outros		3 685,00	0,00	3 683,82	0,00	3 683,82	1,18	0,00	1,18	0,00	99,97%
				070110 B0 B0	Aquis. de bens de capital - Equip. Básico - Outros		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
				070113 00 00	Investimentos incorpóreos		300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	300,00	0,00	0,00%
					Total do Subagrupamento 01:		464 333,00	0,00	460 106,70	0,00	460 106,70	304 226,30	0,00	304 226,30	0,00	34,46%
					Total do Agrupamento 07:		464 333,00	0,00	460 106,70	0,00	460 106,70	304 226,30	0,00	304 226,30	0,00	34,46%
					12.01.00 00.00 Outras Operações Tesouraria		90 000,00	0,00	57 370,52	0,00	57 370,52	32 629,48	0,00	32 629,48	0,00	0,00%
					Total do Subagrupamento 02:		90 000,00	0,00	57 370,52	0,00	57 370,52	32 629,48	0,00	32 629,48	0,00	0,00%
					Total do Agrupamento 12:		90 000,00	0,00	57 370,52	0,00	57 370,52	32 629,48	0,00	32 629,48	0,00	0,00%
					Total da Fonte de Financiamento 50:		9 294 681,00	741 167,00	7 169 071,41	0,00	7 169 071,41	1 355 442,59	1 304,38	1 355 746,97	1 304,38	84,15%
					Total da Medida 052:		9 371 114,95	741 167,00	7 275 471,06	0,00	7 275 471,06	1 354 476,89	1 304,38	1 355 781,27	1 304,38	84,25%
					Total do Programa 009:		9 371 114,95	741 167,00	7 275 471,06	0,00	7 275 471,06	1 354 476,89	1 304,38	1 355 781,27	1 304,38	84,25%
					Total da Subdivisão 00:		9 371 114,95	741 167,00	7 275 471,06	0,00	7 275 471,06	1 354 476,89	1 304,38	1 355 781,27	1 304,38	84,25%
					Total da Secretarie do Estado 1:		9 371 114,95	741 167,00	7 275 471,06	0,00	7 275 471,06	1 354 476,89	1 304,38	1 355 781,27	1 304,38	84,25%
					TOTAL		9 371 114,95	741 167,00	7 275 471,06	0,00	7 275 471,06	1 354 476,89	1 304,38	1 355 781,27	1 304,38	84,25%

O CONSELHO DIRETIVO

O PRESIDENTE

*Fernando Silva*

O VOGAL

*João Santiago Leão Ponce Dentinho*

O VOGAL

*António Albino Pires de Andrade*

O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA

*Pedro Ministro*

Fernando Oliveira da Silva

António Albino Pires de Andrade

Pedro Ministro



#### 9.4. Controlo Orçamental - Receita

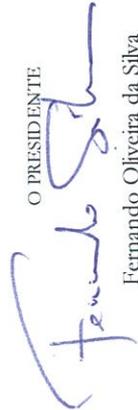

**DAR FORMA AO FUTURO**
**7.2 - Controlo orçamental da Receita**

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Classificação Orgânica	Fonte Financiamento	Classificação Económica	Descrição	Previsões corrigidas (5)	Receita por cobrar no início do ano (6)	Receitas liquidadas (7)	Liquidações anuidadas (8)	Receita Cobrada Bruta			Reembolsos e restituição			Receita cobrada líquida (14)=(11)-(13)	Receita por cobrar no final do mês (15)=(6)+(7)-(8)-(11)	Taxa de execução orçamental da receita (16)=(14)/(5)*100
								Do ano (9)	De anos ant. (10)	Total (11)=(9)+(10)	Emittidos (12)	Pagos (13)				
1 04 04 00	3.1.9	06.03.01	Transf. Correntes - Adm Central - Receita geral com origem no SI	74 233,95	0,00	74 233,95	0,00	74 233,95	0,00	0,00	0,00	0,00	74 233,95	0,00	100,00%	
	4.8.0	06.09.01	União Europeia - Instituições	2 200,00	0,00	3 595,33	0,00	3 595,33	0,00	0,00	0,00	0,00	3 595,33	0,00	163,42%	
		16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado	2 198,62	0,00	2 198,62	0,00	2 198,62	0,00	0,00	0,00	0,00	2 198,62	0,00	100,00%	
	5.1.0	04.00.00	<b>Taxas Multas e outras Penalidades</b>													
		04.01.00	Taxas													
		04.01.17	Taxas s/licenciamentos diversos concedidos emp.	10 973 375,00	2 995 305,60	10 005 398,00	640 795,00	9 233 117,76	103 796,24	9 336 914,00	4 788,00	4 788,00	9 332 126,00	3 022 994,60	85,04%	
		04.02.00	Multas e Outras Penalidades	1 100,00	0,00	860,21	221,88	636,61	22,36	658,97	0,00	0,00	658,97	-20,64	59,91%	
		04.02.01	Juros de Mora	60 000,00	1 873 044,43	118 452,40	66 167,60	14 459,60	25 908,48	40 368,08	0,00	0,00	40 368,08	1 884 961,15	67,28%	
		04.02.04	Coimas e penalidades por contra-ordenações													
		07.00.00	<b>Venda de Bens e Serviços Correntes</b>													
		07.01.00	Venda de Bens													
		07.01.03	Publicações e Impressos	1 000,00	61 678,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	61 678,00	0,00%	
		07.02.00	Serviços	2 500,00	66 311,26	6 511,20	2 299,25	3 060,20	1 216,69	4 276,89	207,07	207,07	4 069,82	66 246,32	162,79%	
		07.02.99	Outros	10 260 236,81	0,00	10 260 236,81	0,00	10 260 236,81	0,00	10 260 236,81	0,00	0,00	10 260 236,81	0,00	100,00%	
	5.2.0	16.01.03	Saldo na posse do serviço consignado	21 376 848,38	4 996 339,29	20 471 486,52	709 483,73	19 591 538,88	130 943,77	19 722 482,65	4 995,07	4 995,07	19 717 487,58	5 035 859,43	92,24%	
		Sub-TOTAL.....		90 000,00	648 523,70	177 678,60	99 251,40	21 689,40	38 862,72	60 552,12	0,00	0,00	60 552,12	666 398,78	67,28%	
		17.01.00	Operações Extra Orçamentais	21 466 846,38	5 644 862,99	20 649 165,12	808 735,13	19 613 228,28	169 906,49	19 783 034,77	4 995,07	4 995,07	19 778 039,70	5 702 259,21	92,13%	
		TOTAL.....														

O CONSELHO DIRETIVO

O PRESIDENTE


 Fernando Oliveira da Silva

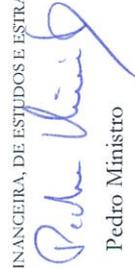
O VOGAL


 João Santiago Leão Ponce Dentinho

O VOGAL


 António Albino Pires de Andrade

O DIRETOR DA DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E ESTRATÉGIA


 Pedro Vinte  
 Pedro Ministro



## 9.5. Fluxos de Caixa

Mapa 7.3. - Fluxos de Caixa

Ano de 2014

Código			RECEBIMENTOS			
Capº	Grupo	Artº				
			<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>			
			Execução Orçamental			
			Na posse do Serviço			
			Na posse do Serviço - Consignado			
						10.262.435,81
			Na posse do Estado			
			0,00			
			De Receita do Estado - Fundos Alheios			
			De Operações de tesouraria - Fundos Alheios			
						2.739,96
			Descontos e venc. Salários - Retenção no Tesouro:			
			Receita de Estado			
			0,00			0,00
			<b>I - Total do Saldo de Gerência na posse do Serviço</b>			
						10.265.175,77
			<b>Receitas de fundos próprios</b>			
			Dotações orçamentais			
			Class. Orgânica: 0801040400			
			Prog: 009 Ministério da Economia			
			FF: 319 Transferências de Receitas Gerais (RG) entre organismos			
			Correntes			
0603014280			Transf. Correntes - Adm. Central - Receita Geral com origem no SI - GAFME		74.233,95	
						74.233,95
			FF: 480 Financiamento da União Europeia			
			Correntes			
0609010000			União Europeia - Instituições.		3.595,33	
						3.595,33
			FF: 510 Auto Financiamento			
			Correntes			
0401170000			Taxas s/ licenciamentos div. concedidos a empresas		9.332.126,00	
0402010000			Juros de mora		658,97	
0402040000			Coimas e penalidades por contra-ordenações		40.368,08	
0701030000			Publicações e impressos		0,00	
0702990000			Outros		4.069,82	
						9.377.222,87
			<b>II - Total das Receitas de Fundos Próprios</b>			
			Total das Receitas do Exercício (I+II)			
						9.455.052,15
			<b>III - Total Recebido do Tesouro em c/ Receitas Próprias</b>			
						0,00
			<b>IV - Total Recebimentos do Exercício (I+II+III)</b>			
						19.720.227,92
			<b>Importâncias retidas p/ entrega ao Estado ou out.ent. - Fundos Alheios</b>			
			Receitas Estado			
			Operações Tesouraria			
			891.916,99			
			274.104,18	1.166.021,17		1.166.021,17
			Descontos e venc. Salários:			
			830.248,48			
			Receitas do Estado			
			274.104,18			
			Operações de Tesouraria			
			<b>V - Total da Retenções de Fundos Alheios</b>			
						1.166.021,17
			<b>Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (IV+V)</b>			
						20.886.249,09

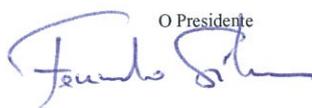
Código			PAGAMENTOS			
Agrup.	Sub. Agrup.	Rub.				
			Despesas de fundos próprios			
			Despesas Orçamentais			
			Class. Orgânica: 081040400			
			Prog: 009 Ministério da Economia			
			FF: 319 Transferências de Receitas Gerais (RG) entre organismos			
			Correntes			
010212B000			Programa de Rescisões por Mútuo Acordo	74.233,95		74.233,95
			FF: 480 Financiamento da União Europeia			
			Correntes			
0202130000			Deslocações e estadas	2.165,70		2.165,70
			FF: 510 Auto Financiamento			
			Correntes			
0101020000			Orgãos sociais	124.157,90		
0101030000			Pessoal dos quadros-reg. Função pública	1.189.572,71		
0101040000			Pessoal dos quadros-reg. Cont. ind. Trabalho	988.279,32		
0101080000			Pessoal aguardando aposentação	88.597,92		
0101110000			Representação	39.853,30		
0101120000			Suplementos e prémios	106.833,46		
0101130000			Subsídio de refeição	165.858,27		
010114SF00			Subsídio de férias	226.753,15		
010114SN00			Subsídio de natal	200.737,71		
0102020000			Horas extraordinárias	3.819,43		
0102040000			Ajudas de custo	23.204,32		
0102050000			Abono p <sup>a</sup> falhas	1.826,78		
010212A000			Abonos devidos pela cessação da relação jurídica	1.519,42		
0102130000			Outros suplementos e prémios	0,00		
0102140000			Outros abonos em numerário ou espécie	6.826,12		
010301A000			Contribuição da Entidade Patronal para a ADSE	30.061,00		
0103030000			Subsídio familiar a crianças e jovens	759,03		
010305A0A0			Caixa Geral Aposentações	374.176,65		
010305A0B0			Segurança Social	305.536,95		
010310A000			Acidentes de trabalho e doenças profissionais	347,47		
010310O000			Outras Despesas	11.020,80		
010310PD00			Parentalidade (event. maternidade, paternidade e adopção)	19.293,68		
0201020000			Combustíveis e lubrificantes	5.708,17		
0201040000			Limpeza e higiene	5.023,06		
0201070000			Vestuário e artigos pessoais	388,69		
0201080000			Material de escritório	12.652,25		
0201090000			Produtos químicos e farmacêuticos	690,83		
0201140000			Outro material-peças	0,00		
0201160000			Mercadorias para a venda	0,00		
0201170000			Ferramentas e utensílios	0,00		
0201180000			Livros e documentação técnica	7.153,11		
0201210000			Outros bens	21.321,85		
0202010000			Encargos das instalações	53.871,44		
0202020000			Limpeza e higiene	75.395,20		
0202030000			Conservação de bens	27.990,62		
0202040000			Locação de edifícios	999.753,32		
0202080000			Locação de outros bens	56.391,12		
020209A000			Acesso à Internet	8.778,60		
020209C000			Comunicações Fixas de Voz	30.081,99		
020209D000			Comunicações Móveis	16.675,10		
020209F000			Outros Serviços de Comunicações	93.731,85		
0202100000			Transportes	33.059,59		
0202110000			Representação dos serviços	2.990,00		
020212A000			Estágios profissional na AP - para o seguro profissional dos estagiários	0,00		
020212B000			Outras - Seguros não relacionados com estas situações	0,00		
0202130000			Deslocações e estadas	74.710,14		
020214A000			Serviços de natureza informática	5.904,00		
020214B000			Outros	37.207,50		
020215A000			Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC	3.000,00		
020215B000			Outras	26.124,45		
0202160000			Seminários, exposições e similares	4.031,04		
0202170000			Publicidade	25.286,10		
0202180000			Vigilância e segurança	120.757,47		
020219A000			Equipamento de informática	12.712,38		



Código			PAGAMENTOS			
Agrup.	Sub. Agrup.	Rub. Agrup.				
020219B000			Software informático	221.673,40		
020219C000			Outros	44.133,57		
020220A000			Serviços de natureza informática	6.488,25		
020220C000			Outros	8.974,15		
0202220000			Serviços de saúde	3.973,01		
0202240000			Encargos de cobrança de receitas	26.066,01		
0202250000			Outros serviços	31.089,16		
0403050000			Autoridade da Concorrência	713.467,00		
040305A000			LNEC	250.000,00		
040701A000			Centro de mediação e arbitragem conflitos construção e Act.imobiliárias	0,00		
040701B000			CEDIPRE	4.000,00		
			<b>Capital</b>			
070107B0B0			Equip. de Inform-A.C.-SFA-Outros	4.163,72		
070108B0A0			Software de Comunicações	0,00		
070108B0B0			Soft. Inform-A.C.-SFA-Outros	152.259,16		
070109B0B0			Equipamento Administrativo - A.C.-SFA - Outros	3.683,82		
070110B0B0			Equip básico - Outros	0,00		
070113B0A0			Investimentos incorpóreos	0,00		
					7.140.396,51	
						7.140.396,51
			<b>I - Total da Despesa do Exercício</b>			7.140.396,51
			<b>II - Total entrega ao Tesouro em c/ Receita Própria</b>			7.140.396,51
			<b>III - Total de Pagamentos do Exercício (I+II)</b>			7.216.796,16
			<b>Importâncias entregues ao Estado e out.entidades-Fundos Alheios</b>			
			Receitas de Estado	888.509,85		
			Operações de Tesouraria	274.104,18	1.162.614,03	1.162.614,03
			<b>Descontos em Vencimentos e Salários</b>			
			<b>Retidos na fonte e considerados pagos:</b>			
			Receitas do Estado	830.248,48		
			Operações de Tesouraria	274.104,18		
			<b>IV - Total de Despesa de Fundos Alheios</b>			1.162.614,03
			<b>Saldo para a Gerência seguinte</b>			
			Execução orçamental - Fundos Próprios			
			Prog: 000. Não Especificado			
			FF: 480 Financiamento da U.E.			
			FF: 510 Auto Financiamento	12.500.691,80		
					12.500.691,80	12.500.691,80
			Na posse do Tesouro	0,00		
			De receita de Estado- Fundos Alheios			6.147,10
			Outras entregas-Receita Geral do Estado			
			De operações de tesouraria - Fundos Alheios			0,00
			<b>Descontos Venc. Salários - Retenção no Tesouro:</b>			
			Receitas do Estado	0,00		0,00
			<b>V - Total do Saldo Gerência na posse do Serviço</b>			12.506.838,90
			<b>Descontos em Vencimentos e Salários</b>			
			<b>Retidos na fonte e considerados pagos:</b>			
			Receitas do Estado			
			Operações de Tesouraria			
			<b>Total Geral do Mapa de Fluxos de Caixa (III+IV+V)</b>			20.886.249,09

O Conselho Diretivo

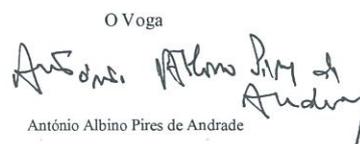
O Diretor da Direção Financeira,  
de Estudos e de Estratégia

O Presidente  


Fernando Oliveira Silva

O Vogal  


João Santiago Leão Ponce Dentinho

O Vogal  


António Albino Pires de Andrade



Pedro Ministro



## 9.6. Anexos às Demonstrações Financeiras



## **Anexo 8.1 – Caracterização da entidade**

**EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

### **8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE**

#### **8.1.1 - IDENTIFICAÇÃO**

O Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P., abreviadamente designado por InCI, I.P., é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, com o número de identificação de pessoa colectiva 504 739 506.

#### **8.1.2 - LEGISLAÇÃO**

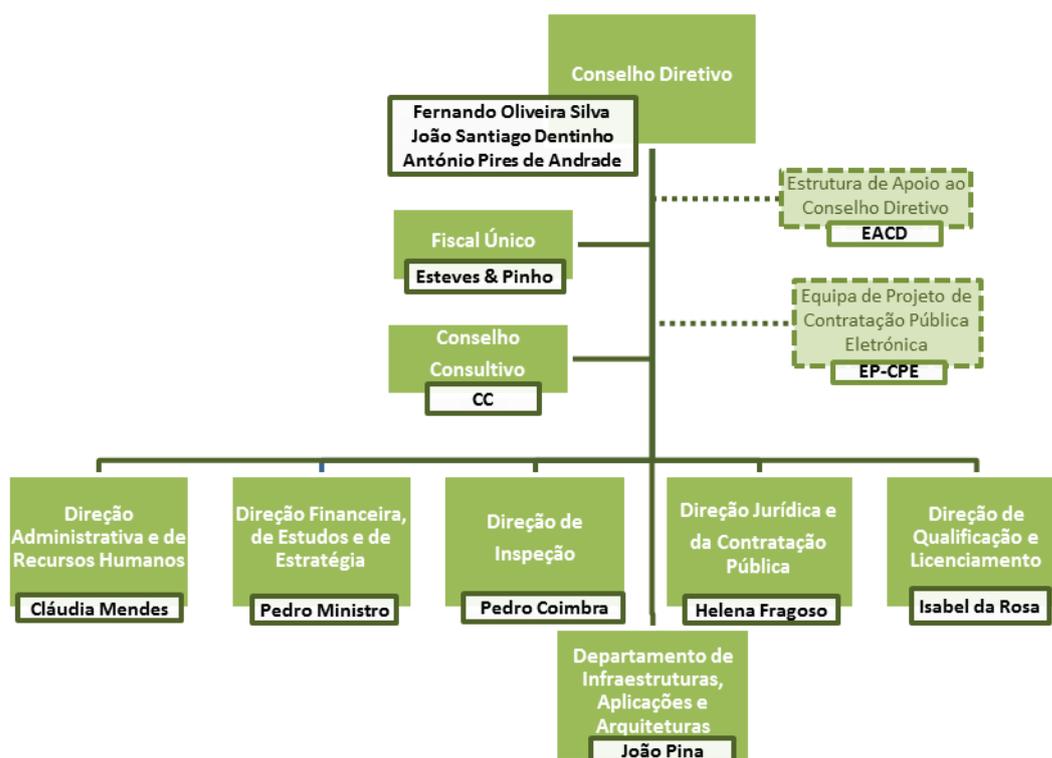
O InCI, I.P. é um organismo central com sede em Lisboa, Avenida Júlio Dinis, n.º 11 e com jurisdição sobre todo o território nacional.

Com o Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Junho, que estabeleceu a composição do XIX Governo Institucional, o InCI, I.P. transitou para a tutela do Ministério da Economia e do Emprego, criado pelo Decreto-Lei n.º 126-C/2011, de 29 de Dezembro (em consequência da extinção do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações), entretanto denominado Ministério da Economia após a publicação dos Decretos-Lei n.º 60/2013, de 9 de Maio e n.º 119/2013, de 21 de Agosto, e decorrentes alterações introduzidas na estrutura e orgânica do XIX Governo Institucional.

A missão e atribuições do InCI, I.P. são as definidas no Decreto-lei n.º 158/2012, de 23 de Julho e respetivos Estatutos, aprovados pela Portaria n.º 378/2012, de 20 de Novembro, continuando a aguardar-se a sua reestruturação para Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I.P., conforme estabelecido no Decreto-Lei n.º 11/2014, de 22 de Janeiro que define a orgânica do Ministério da Economia.

### 8.1.3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A organização interna dos serviços do InCI, I.P., encontra-se definida na Lei Orgânica e respetivos Estatutos (Decreto-Lei n.º 158/2012 e Portaria n.º 378/2012), sendo constituída pelas seguintes unidades orgânicas de nível I, que se subordinam hierárquica e funcionalmente ao conselho diretivo:



### 8.1.4 – DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

De acordo com o Decreto-lei n.º 158/2012, de 23 de Julho, o InCI, I.P. tem por missão regular e fiscalizar o setor da construção e do imobiliário, dinamizar, supervisionar e regulamentar as atividades desenvolvidas neste setor, produzir informação estatística e análises setoriais e assegurar a atuação coordenada dos organismos estatais no setor. Neste sentido, incumbe ao InCI, I.P.:

- a. Contribuir para a definição das políticas públicas no setor da construção e do imobiliário;
- b. Qualificar as empresas do setor da construção e do imobiliário para as quais o acesso e exercício da sua atividade sejam regulados;
- c. Reconhecer as habilitações das empresas legalmente estabelecidas noutros Estados membros do espaço económico europeu, para o exercício da atividade em território português;
- d. Promover e fiscalizar o cumprimento da legislação aplicável ao setor da construção e do imobiliário, realizando as necessárias ações de inspeção, fiscalização e auditoria às empresas e empresários que exercem atividade no âmbito do setor e instaurando processos sancionatórios quando tal se justifique;
- e. Dinamizar iniciativas estratégicas para melhoria da competitividade e sustentabilidade das empresas do setor, tendo em vista a defesa do consumidor;
- f. Produzir informação estatística, no quadro do sistema estatístico nacional, e análises setoriais da área da construção e do imobiliário;
- g. Assegurar uma atuação coordenada dos organismos estatais que atuem no setor da construção e do imobiliário;
- h. Elaborar e propor ao Governo projetos legislativos, regulamentares e de regulamentação técnica e dar parecer sobre quaisquer outros projetos legislativos;
- i. Dar parecer sobre projetos de transposição de diretivas emanadas da União Europeia, assim como desenvolver ou participar na elaboração de projetos legislativos de adequação da legislação nacional aos princípios europeus;
- j. Coordenar com a entidade competente a aplicação da lei da concorrência no setor da construção e do imobiliário;

São ainda atribuições do InCI, I.P., no exercício de funções de regulação:

- a. Atribuir os títulos habilitantes para o exercício das diversas atividades do sector da construção e do imobiliário, cujo licenciamento, habilitação, qualificação, registo ou inscrição legalmente lhe incumba, bem como verificar as respectivas condições de permanência e avaliar o respectivo desempenho;

- b. Assegurar a representação nacional junto das instâncias europeias e internacionais relevantes para o setor, bem como a representação do setor junto de quaisquer entidades e instâncias nacionais;
- c. Assegurar a realização e divulgação de análises e estudos periódicos da evolução do setor e do comportamento dos respetivos agentes, designadamente através da criação ou participação em observatórios dos mercados abrangidos pelo setor;
- d. Desenvolver ações conducentes ao fomento da mediação e da arbitragem voluntárias para a resolução de conflitos emergentes das atividades do setor, através da sua intervenção direta ou mediante a criação ou participação em entidades, de direito público ou privado, criadas para esse fim;
- e. Propor periodicamente os indicadores económicos e as fórmulas de revisão de preços a aplicar em contratos de empreitada;

No domínio da contratação pública compete ao InCI, I.P.:

- a. Apresentar ao Governo projetos legislativos e regulamentares relacionados com os contratos públicos e dar parecer sobre quaisquer outros projetos legislativos que, neste âmbito, lhe sejam submetidos;
- b. Dar parecer sobre projetos de transposição de diretivas europeias relativas a contratos públicos, assim como desenvolver ou participar na elaboração de projetos legislativos de adequação da legislação nacional aos princípios europeus;
- c. Assegurar a representação nacional, em matéria de contratos públicos, junto das instâncias europeias e internacionais relevantes;
- d. Instaurar processos de contraordenação e aplicar coimas por infração ao Código dos Contratos Públicos, quando o objeto do contrato abranja prestações típicas dos contratos de empreitada ou de concessões de obras públicas;
- e. Gerir o portal dos contratos públicos;
- f. Gerir o Observatório das Obras Públicas;
- g. Elaborar e remeter anualmente à Comissão Europeia relatórios estatísticos relativos aos contratos de empreitada de obras públicas celebrados pelas entidades adjudicantes no ano anterior.



### 8.1.5 RECURSOS HUMANOS

#### CONSELHO DIRETIVO:

Presidente	Fernando José Oliveira Silva
Vogal	João Santiago Leão Ponce Dentinho
Vogal	António Albino Pires de Andrade

#### UNIDADES ORGÂNICAS DE NÍVEL I (REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014):

- ✓ Direção Administrativa e de Recursos Humanos – Diretora – Cláudia João Aragão Mendes Barata
- ✓ Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia – Diretor - Pedro Francisco Rodrigues Ministro
- ✓ Direção de Inspeção – Diretor – Pedro Manuel Ribeiro Coimbra
- ✓ Direção Jurídica e da Contratação Pública – Diretora – Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso
- ✓ Direção de Qualificação e Licenciamento - Diretora - Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa

#### OUTRA UNIDADE:

- ✓ Equipa de Projeto da Contratação Pública Eletrónica (EP-CPE) criada pelo Despacho N.º 21/2012, de 21 de Novembro, do então Vice-Presidente do Conselho Diretivo, no âmbito da Gestão Interna do Instituto – Coordenação – Isabel Maria Mexia Esteves da Rosa



## NÚMERO DE EFETIVOS REPORTADOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

O número de efetivos a 31 de Dezembro de 2014 é o que refere o mapa seguinte, discriminado por pessoal do quadro e fora do quadro, por carreiras e categorias e por departamentos e serviços.

CATEGORIA	N.º	DEPARTAMENTO	Total Unidade Orgânica
		<b>CONSELHO DIRECTIVO</b>	
Técnico Superior	4	<b>ESTRUTURA DE APOIO AO CONSELHO DIRETIVO (EACD)</b>	
Assistente Técnico	1		5
<b>Chefe de Divisão - Fora do Mapa de Pessoal 4)</b>	1	<b>DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURAS, APLICAÇÕES E ARQUITETURAS</b>	
Técnico Superior	4		
Técnico de Informática G2N1 - <b>Fora do Mapa de Pessoal</b>	1		
Assistente Técnico 2)	2		8
<b>Diretor</b>	1	<b>DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS (DA)</b>	
Técnico Superior	7		
Assistente Técnico - <b>2 Fora do Mapa de Pessoal 2) e 3)</b>	9		
Assistente Operacional	1		18
<b>Diretor - Fora do Mapa de Pessoal 4)</b>	1	<b>DIREÇÃO FINANCEIRA, DE ESTUDOS E DE ESTRATÉGIA (DF)</b>	
Técnico Superior	9		
Assistente Técnico - <b>1 Fora do Mapa de Pessoal 3)</b>	2		12
<b>Diretor - Fora do Mapa de Pessoal 4)</b>	1	<b>DIREÇÃO DE INSPEÇÃO</b>	
Técnico Superior - <b>3 Fora do Mapa de Pessoal 3)</b>	9		
Inspetor Superior	11		
Inspetor - <b>2 Fora do Mapa de Pessoal 1)</b>	2		
Coordenador Técnico 2)	1		
Assistente Técnico - <b>1 Fora do Mapa de Pessoal 2) e 3)</b>	4		28
<b>Diretor - Fora do Mapa de Pessoal 4)</b>	1	<b>DIREÇÃO JURÍDICA E DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA (DJ)</b>	
Técnico Superior	7		
Inspetor Superior	1		
Inspetor - <b>2 Fora do Mapa de Pessoal 1)</b>	2		
Coordenador Técnico	1		
Assistente Técnico 2)	2		14
<b>Diretor - Fora do Mapa de Pessoal 4)</b>	1	<b>DIREÇÃO DE QUALIFICAÇÃO E DE LICENCIAMENTO (DQ)</b>	
Técnico Superior - <b>1 Fora do Mapa de Pessoal 3)</b>	14		
Assistente Técnico - <b>1 Fora do Mapa de Pessoal 3)</b>	3		
Assistente Operacional - <b>1 Fora do Mapa de Pessoal 3)</b>	2		20
Assistente Técnico 2)	2	LOJA DO CIDADÃO DE AVEIRO	2
Assistente Técnico 2)	3	LOJA DO CIDADÃO DE BRAGA	3
Assistente Técnico	2	LOJA DE COIMBRA	2
Assistente Técnico	1	POSTO DE ATENDIMENTO DE ÉVORA	1
Assistente Técnico	1	LOJA DO CIDADÃO DE FARO	1
Técnico Superior	1	LOJA DO CIDADÃO DE LISBOA	
Assistente Técnico	2		3
Assistente Técnico	2	LOJA DO CIDADÃO DO PORTO	2
Assistente Técnico - <b>2 Fora do Mapa de Pessoal 1) e 3)</b>	2	LOJA DO CIDADÃO DE VISEU	2
Técnico Superior	3	<b>EQUIPA DE PROJETO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA ELETRÓNICA (EP-CPE)</b>	
Inspetor - <b>Fora do Mapa de Pessoal 1)</b>	1		
Assistente Técnico	1		4
			<b>125</b>

**OBSERVAÇÕES:** Não estão incluídos os Membros do Conselho Diretivo.

### LEGENDA:

- 1) Em mobilidade intercarreiras na categoria de Técnico Superior
- 2) Em mobilidade interna intercarreiras na categoria de Técnico Superior: 1 AT (DA); 1 AT e 1 CT (DI); 1 AT (DIAA); 1 AT (DJ); 1 AT (LCAveiro) e 2 AT (LCBraga)
- 3) Em mobilidade no INCI, na categoria
- 4) Em comissão de serviço

## 8.1.6 – Organização Contabilística

A contabilidade e o processamento dos vencimentos são executados no Software *ePública* implementado pela empresa AbleSolutions, S.A. (atualmente com manutenção da Uniksystem).



Os registos contabilísticos são revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, de extractos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias e do tesouro;

A contabilidade elabora regularmente a informação contabilística seguinte:

Informação Mensal:

- » Balancetes do Razão e Analítico;
- » Mapas de execução orçamental;
- » Mapa de indicadores para controlo de gestão;
- » Quadro Modelo Unidade de Tesouraria;
- » Mapa dos compromissos assumidos e não pagos.
- » Mapa de Fundos Disponíveis

Informação Anual:

- » Balancetes do Razão e Analítico;
- » Mapas de execução orçamental;
- » Mapa de Fluxos de Caixa;
- » Balanço e Demonstração de Resultados;
- » Mapa das alterações orçamentais;
- » Mapa da contratação administrativa.

#### **8.1.7 – OUTRA INFORMAÇÃO CONSIDERADA RELEVANTE**

- » Existe órgão de fiscalização;
- » Existe manual de procedimentos contabilísticos;
- » Existem fundos fixos de caixa;
- » A receita mensal arrecadada nas contas bancárias do instituto é transferida para o Tesouro até ao dia 10 do mês seguinte;
- » Existe separação e segregação das funções de faturação, de registo e de controlo das contas correntes.



## **Anexo 8.2 – Notas ao Balanço e à Demonstração dos Resultados**

### **ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **EXERCÍCIO DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

**(Valores expressos em euros)**

#### ***8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS***

##### **8.2.1 - DERROGAÇÕES AO POCP**

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas, em todos os aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) aprovado pelo Decreto-Lei n° 232/97, de 3 de Setembro.

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida pelo POCP, sendo de referir que os números não indicados neste anexo não têm aplicação ou não são relevantes.

##### **8.2.2 - COMPARABILIDADE**

###### **Exercício de 2011**

Depois da entrega de 85% do saldo apurado na gerência de 2009 (19.428.575€), o InCI foi instado legalmente à entrega dos remanescentes 15% (3.428.572€), bem como do saldo apurado na gerência de 2010 (3.248.387€), o que fez o montante de 6.676.959€, liquidado em 18 de Agosto de 2011.

A contabilização destas operações teve impactos significativos nas Demonstrações Financeiras a 31/12/2011, destacando-se a redução dos Resultados Transitados em 6.676.959€.

A necessidade legal de entrega dos saldos de gerência apurados nos exercícios de 2009 e 2010 levou o Instituto a apresentar Fundos Próprios negativos em 31 de Dezembro de



2011, apesar da sua atividade operacional apresentar resultados e fluxos financeiros positivos.

### **Exercício de 2012**

O estipulado no n.º3 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32/2012, de 13 de Fevereiro (Decreto de Execução Orçamental) veio permitir que o saldo de gerência apurado no exercício de 2011 transitasse para 2012, contrariamente ao verificado nos exercícios anteriores.

A integração do saldo apurado na gerência de 2011 aliada a uma atividade operacional que continua a apresentar resultados e fluxos financeiros positivos permitiu que o Instituto apresentasse em 31 de Dezembro de 2012 Fundos Próprios positivos.

### **Exercício de 2013**

O Decreto de Execução Orçamental para 2013, o Decreto-Lei n.º 52/2014, de 7 de Abril, veio permitir, à semelhança do ano anterior, que o saldo de gerência apurado no exercício de 2013 transite para 2014.

A integração do saldo apurado na gerência de 2013 aliada a uma atividade operacional que apesar de enfrentar alguns constrangimentos, continua a apresentar resultados positivos permitiu que o Instituto apresentasse em 31 de Dezembro de 2013 Fundos Próprios no valor de 7.431.515,50€.

### **Exercício de 2014**

À semelhança dos anos anteriores, o Decreto-Lei n.º 36/2015, de 9 de Março (n.º 3 do art.º 8.º), veio permitir a possibilidade de transição de saldos para o exercício de 2015. Tendo apresentado novamente Resultados Líquidos positivos, o valor dos Fundos Próprios à data de 31 de Dezembro de 2014 foi de 10.509.172,26€.

### **8.2.3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS E CRITÉRIOS CONTABILÍSTICOS E VALORIMÉTRICOS**

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o princípio da entidade contabilística, segundo a convenção dos custos históricos, e na base da continuidade das operações, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais de prudência, consistência, materialidade e especialização dos exercícios.

#### **a) IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS**

As immobilizações corpóreas estão relevadas pelo valor por que se encontravam registadas no organismo que deu origem ao InCI, I.P. (ex-IMOPPI), e os aumentos posteriores, ao custo de aquisição, líquidas das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas fiscalmente, de forma a amortizar os immobilizados durante a sua vida útil estimada.

#### **b) IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS**

As immobilizações incorpóreas estão relevadas ao custo de aquisição, líquidas das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas máximas permitidas fiscalmente.

#### **c) PROVISÕES**

São constituídas provisões sempre que haja diminuição material de valores registados como ativos, bem como responsabilidades omissas nas Demonstrações Financeiras.

#### **d) VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS**

O montante registado como Vendas e Prestações de Serviços corresponde ao proveito gerado pela emissão de títulos habilitantes (Títulos de Registo, Alvarás, Licenças de

Mediação Imobiliária, Cartões de Angariador Imobiliário) e emissão de certidões, cobrados em conformidade com a legislação em vigor. Nesta rubrica regista-se, igualmente, 40% do valor global das coimas aplicadas pelo InCI, I.P. de acordo com o art. 46.º do DL 12/2004, de 9 de Janeiro e art. 44.º do DL 211/2004, de 20 de Agosto, ambos republicados pelo DL 69/2011, de 15 de Junho.

**e) FISCALIDADE**

Conforme estabelecido na legislação apropriada em conjunto com o disposto no Código de IRC, o Instituto está isento de IRC e IVA.

**f) PESSOAL AO SERVIÇO DO INSTITUTO**

A 31 de dezembro de 2014 o InCI dispunha de 125<sup>14</sup> pessoas ao serviço, menos três do que a 31 de dezembro do ano anterior.

**g) CUSTOS DIFERIDOS E ACRÉSCIMOS DE CUSTOS**

Em *Custos Diferidos* está registado o valor das rendas referentes a Janeiro de 2015 pagas em Dezembro de 2014.

Nos *Acréscimos de Custos* encontram-se especializados os valores das remunerações a liquidar, em 2015, referentes às Férias e Subsídio de Férias e, ainda, os custos com serviços prestados no ano de 2014 que só foram faturados no exercício seguinte.

valores em euros

Contas	2014	2013
<b>272 Custos Diferidos</b>		
Outros Custos Diferidos	93.749	69.268
	<b>93.749</b>	<b>69.268</b>
<b>273 Acréscimos de Custos</b>		
Remunerações a Liquidar	491.040	503.057
Outros Acréscimos de Custos	86.119	60.071
	<b>577.159</b>	<b>563.128</b>
<b>274 Proveitos Diferidos</b>		
Outros Proveitos Diferidos (Receitas)	2.990.887	3.966.641
	<b>2.990.887</b>	<b>3.966.641</b>

<sup>14</sup> Neste número não estão incluídos os membros do Conselho Diretivo.

#### **h) PROVEITOS DIFERIDOS**

Esta rubrica representa, essencialmente, a especialização dos proveitos relacionados com a receita das Taxas de Alvarás, de Títulos de Registo e de Licenças de Mediação.

Pelo Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro<sup>15</sup>, que estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na actividade da construção, o alvará é válido por um período máximo de 12 meses, caducando no dia 31 de Janeiro se não for revalidado, de acordo com o disposto no artigo 5.º, enquanto os Títulos de Registo, conforme dispõe o n.º 4 do artigo 6.º do mesmo DL, são válidos por um período de cinco anos e revalidados por idênticos períodos.

Quanto às Licenças de Mediação e de Angariação, o Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto<sup>16</sup>, nos termos do n.º 3 do artigo 5.º e n.º 4 do artigo 24.º, respetivamente, estabelecia que ambas eram válidas por um período de três anos e revalidadas por idênticos períodos. No exercício de 2013 foi publicada a Lei n.º 15/2013 de 8 de Fevereiro que revoga os diplomas anteriores (extinguindo desta forma a figura de angariador licenciado) e estabelece que as licenças de mediação têm validade ilimitada mas estão sujeitas a uma taxa anual de regulação de atividade, definida na Portaria n.º 199/2013 de 31 de Maio, correspondente a um ano civil de atividade, e que deve ser paga durante o mês de Janeiro do ano a que respeita. A Portaria n.º 199/2013 de 31 de Maio estabelece no seu artigo 5.º uma disposição transitória que permite que as empresas de mediação licenciadas pelo Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto<sup>17</sup>, apenas fiquem sujeitas ao pagamento da referida taxa anual a partir do quarto ano, inclusive, decorrido após a emissão ou renovação da respetiva licença de mediação imobiliária em vigor.

#### **i) PENSÕES DE REFORMA**

O Instituto não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de Pensões de Reforma.

<sup>15</sup> Republicado pelo DL 69/2011 de 15 de Junho.

<sup>16</sup> Este Decreto-Lei foi substituído em 2013 pela Lei n.º 15/2013, de 8 de Fevereiro

<sup>17</sup> Este Decreto-Lei foi substituído em 2013 pela Lei n.º 15/2013, de 8 de Fevereiro

## 8.2.7 – IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

O movimento ocorrido no período foi o seguinte:

valores em euros

Conta	Saldo Inicial	Aumentos	Transf e Abates	Saldo Final
<b>42 Imobilizações Corpóreas</b>				
Equipamento básico	4.079.268	141.405		4.220.673
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios	6.477			6.477
Equipamento administrativo	1.425.157	6.549		1.431.706
Outras imobilizações corpóreas	63.745			63.745
<b>Total Imobilizações Corpóreas</b>	<b>5.574.647</b>	<b>147.954</b>		<b>5.722.601</b>
<b>43 Imobilizações Incorpóreas</b>				
Prop.Industrial e out.direitos	1.466.841	12.152		1.478.993
Imobilizado em curso				
<b>Total Imobilizações Incorpóreas</b>	<b>1.466.841</b>	<b>12.152</b>		<b>1.478.993</b>
<b>Total do Activo Imobilizado</b>	<b>7.041.489</b>	<b>160.107</b>		<b>7.201.595</b>
<b><u>Amortizações acumuladas</u></b>				
<b>482 De Imobilizações Corpóreas</b>				
Equipamento básico	3.913.173	168.479		4.081.651
Equipamento de transporte				
Ferramentas e utensílios	6.477			6.477
Equipamento administrativo	1.275.443	50.221		1.325.664
Outras imobilizações corpóreas	56.605	263		56.868
<b>483 De Imobilizações Incorpóreas</b>				
Prop.Industrial e out.direitos	1.374.726	73.475		1.448.201
<b>Total Amortizações Acumuladas</b>	<b>6.626.424</b>	<b>292.437</b>		<b>6.918.861</b>
<b><u>Valor Líquido</u></b>	<b>415.065</b>			<b>282.734</b>

As aquisições de imobilizado Instituto resultam essencialmente de necessidades informáticas emergentes da atividade de regulação do setor da construção e do imobiliário bem como no domínio da contratação pública onde se destaca a gestão do portal dos contratos públicos.



No aumento do ativo imobilizado bruto de destacar o desenvolvimento do novo Portal Base, a aquisição e renovação de licenças de *software* e o serviço de concepção e desenvolvimento da contratação pública electrónica.

## 8.2.8 – MAPA DE REINTEGRAÇÕES E AMORTIZAÇÕES

Encontra-se disponível na Direção Financeira deste Instituto, a informação referente a este ponto. Tratando-se de um mapa muito extenso e, dado a informação global já se encontrar devidamente detalhada nos quadros acima, optou-se por não o incluir neste documento.

### 8.2.31 – PROVISÕES

valores em euros

Contas		Saldo Inicial	Aumentos	Redução	Saldo Final
292	Provisões para riscos e encargos	32.247	5.000	2.247	35.000

A variação do valor da Provisão para riscos e encargos decorreu da extinção de um processo judicial face à situação de 31 de Dezembro de 2013 e a uma ação intentada por uma funcionária do instituto.

Em 31 de Dezembro de 2014 continuam provisionados os riscos identificados pelos serviços jurídicos relativos a um processo emergente de um auto de contra-ordenação por infracção à Lei do Ruído apresentado pela Câmara Municipal de Lisboa em que o InCI apresentou defesa (30.000€).

O aumento verificado no presente exercício (5.000€) refere-se ao valor peticionado por uma ex-colaboradora no âmbito de um processo administrativo especial movido contra o InCI.

A redução verificado no presente exercício (2.247€) é consequência da absolvição do InCI numa acção administrativa provisionada no exercício de 2013.

### 8.2.32 – FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

Nos termos da constituição do InCI, I.P. (ex-IMOPPI), o saldo inicial na conta património, no montante de 11.408.184 euros, corresponde aos valores dos activos e passivos apurados à data de 1 de Janeiro de 2002.

O Instituto apresenta Fundos Próprios positivos em 31 de Dezembro de 2014, embora com valores ainda abaixo do que se vinha verificando no triénio 2007-2009, em consequência da entrega ao Estado dos saldos apurados nas gerências de 2009 e 2010, conforme referido na nota 8.2.2.

A manutenção dos saldos gerados nos próximos períodos de gerência permitirá que os fundos próprios permaneçam em níveis adequados à atividade do InCI.

#### a) MOVIMENTO NOS FUNDOS PRÓPRIOS

O movimento ocorrido nas rubricas dos fundos próprios foi o seguinte:

valores em euros

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo Final
51 Património	11.408.184				11.408.184
59 Resultados transitados	(6.791.411)			2.814.743	(3.976.668)
88 Resultado líquido do exercício	2.814.743	3.077.657		(2.814.743)	3.077.657
	<b>7.431.516</b>	<b>3.077.657</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10.509.172</b>

Em resultado destes movimentos, os Fundos Próprios apresentam o valor de 10.509.172€.

### 8.2.33 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

valores em euros

<u>Movimentos</u>	<u>Mercadorias</u>
Existências Iniciais	35.675
Compras	
Regularização das existências	
Existências Finais	35.675
<i>Custos no exercício</i>	

No presente exercício o InCI não comercializou impressos/publicações pelo que as respectivas existências não foram movimentadas.

### 8.2.35 – VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E PROVEITOS SUPLEMENTARES

valores em euros

Conta	2014	2013
<b>71 Vendas (impressos e publicações)</b>		
<b>72 Prestações de serviços (impostos e taxas)</b>	<b>10.398.896</b>	<b>10.650.723</b>
Construção		
Alvarás	7.612.906	7.799.614
Títulos de Registo	1.041.152	999.587
Certidões de Construção	147.965	157.242
Taxas Iniciais	504.648	434.644
Juros	638	533
Reembolsos e restituições		(365)
	<b>9.307.309</b>	<b>9.391.254</b>
Imobiliário		
Licenças de Mediação	1.020.846	985.609
Licenças de Angariação		133.309
Taxas de exame Act.Mediador/Angariador		
Juros		
Reembolsos e restituições		
	<b>1.020.846</b>	<b>1.118.918</b>
Contra-Ordenações		
Construção	73.882	177.819
Mediação	37.071	48.524
Custas	4.426	5.234
Juros		13
Anulações	(44.637)	(91.040)
	<b>70.741</b>	<b>140.551</b>
<b>73 Proveitos Suplementares</b>		
Portes		
	<b>10.398.896</b>	<b>10.650.723</b>

Os valores registados na conta 72 – Prestação de Serviços (impostos e taxas) no valor global de 10.398.896€ (2013: 10.650.723€) representam os proveitos das principais áreas de negócio do Instituto:

- Taxas do sector da construção ascendem a 9.307.309€ (2013: 9.391.254€);
- Taxas do sector do imobiliário ascendem a 1.020.846 (2013: 1.118.918€);

- Coimas referentes a contraordenações nos sectores da construção e imobiliário que ascendem a 70.741€ (2013:140.551€).

Salienta-se o facto de, mantendo-se o decréscimo dos proveitos das taxas do sector da construção (0,9%) e das taxas do sector do imobiliário (-8,8%), a diminuição ter sido inferior em termos relativos (em 2013 a diminuição foi de, respetivamente, 13,16% e 18,5%). No que respeita às coimas, a variação dos proveitos foi, ainda, elevada (-49,7%).

O peso do sector da construção foi reforçado no ano de 2014, passando a representar 89,5% do negócio do Instituto (2013: 88,17%).

### 8.2.37 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

valores em euros

Custos e Perdas		2014	2013
688	Outros custos e perdas financeiros	26.793	26.036
	<b><u>Resultados Financeiros</u></b>	<b>(26.793)</b>	<b>(26.036)</b>
Proveitos e Ganhos		2014	2013
781	Juros obtidos		
788	Reversões e Outros proveitos e ganhos financeiros		

A rubrica Outros custos e perdas financeiras, corresponde essencialmente a comissões bancárias faturadas pelas entidades intermediárias nas cobranças da receita do InCI, nomeadamente a CGD e a SIBS.

## 8.2.38 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

valores em euros

Custos e Perdas		2014	2013
691	Transferências de capital concedidas		
694	Perdas em imobilizações		
695	Multas e penalidades		
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	14.873	238.406
698	Outros custos e perdas extraordinários	250.000	400.000
	<b><i>Resultados Extraordinários</i></b>	<b><i>(259.031)</i></b>	<b><i>(446.576)</i></b>
		<b><u>5.842</u></b>	<b><u>191.830</u></b>
Proveitos e Ganhos		2014	2013
796	Reduções de amortizações e provisões	2.247	45.000
797	Correcções relativas a exercícios anteriores	3.595	3.210
798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0	143.620
		<b><u>5.842</u></b>	<b><u>191.830</u></b>

O valor registado em Outros custos e perdas extraordinários corresponde à transferência na gerência de 2014, do montante de 250.000€ para o LNEC (Laboratório Nacional de engenharia Civil) no sentido de reforçar o seu orçamento privativo. Esta transferência foi realizada a pedido da Tutela e no âmbito da gestão flexível do Ministério da Economia.

Na rubrica 697 – Correções relativas a exercícios anteriores estão registadas anulações de proveitos de coimas reconhecidos em exercícios anteriores (14.873€).

Relativamente aos Proveitos e Ganhos Extraordinários salienta-se o registo do montante de 2.247 € na rubrica 796 - Redução de amortizações e provisões referente à contrapartida contabilística da redução da provisão para riscos e encargos (ver nota 8.2.31.)

## 8.2.39 - OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PARA MELHOR COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA DOS RESULTADOS

### a) FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

valores em euros

Contas		2014	2013
62219	Rendas e alugueres	1.035.699	1.052.560
62222	Comunicação	145.096	145.483
62232	Conservação e Reparação	345.029	236.399
62233	Publicidade e Propaganda	29.317	56.807
62236	Trabalhos especializados	104.899	178.851
	Outros fornecimentos e serviços	426.824	424.062
		<b>2.086.864</b>	<b>2.094.161</b>

A rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou um decréscimo de 0,35%. Salientam-se os decréscimos da Publicidade e Propaganda (48,39%) e dos Trabalhos Especializados (41,35%). As variações registadas nestas subcontas estão relacionadas, essencialmente, com o decréscimo das adjudicações e renovações de prestações de serviço nestes âmbitos mercê, à semelhança do verificado no exercício anterior, das restrições orçamentais impostas ao nível da Lei do Orçamento de Estado e respetivo Decreto de Execução Orçamental. Em sentido inverso salienta-se o incremento da Conservação e Reparação (45,95%) como resultado das necessidades de assistência técnica dos sistemas informáticos que sustentam as atribuições do InCI nos domínios da regulação e da contratação pública.

### b) CUSTOS COM O PESSOAL

valores em euros

Contas		2014	2013
641	Remunerações dos órgãos diretivos	184.535	109.922
642	Remunerações do pessoal	2.913.355	3.066.036
645	Encargos sobre remunerações	788.150	693.414
	Outros	108.180	51.786
		<b>3.994.220</b>	<b>3.921.158</b>

Os Custos com Pessoal são similares aos do exercício anterior pois mantiveram-se no presente exercício as medidas de contenção orçamental e o quadro de pessoal não apresentou alterações relevantes.

#### c) TRANSFERÊNCIAS CORRENTES CONCEDIDAS E PRESTAÇÕES SOCIAIS

O valor mais relevante, de 713.467 €, na rubrica das Transferências Correntes Concedidas refere-se à verba transferida para a Autoridade da Concorrência (criada pelo Decreto-Lei 10/2003, de 18 de Janeiro), ao abrigo do n.º 1 alínea d) da Portaria n.º 57/2014 de 7 de Março, nos termos definidos no n.º 2 do art.º 1.º e no art.º 2.º do Decreto-Lei 30/2004, de 6 de Fevereiro, do Ministério da Economia e do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º da Lei Orgânica do InCI aprovada pelo Decreto-Lei n.º 158/2012, de 23 de Julho.

valores em euros

Contas		2014	2013
631	Transferências Correntes Concedidas	713.467	816.520
633	Prestações Sociais	11.021	11.336
	Outras Transferências		
		<b>724.488</b>	<b>827.856</b>

#### d) ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

De acordo com o n.º 2 do art.º 9.º do Decreto-Lei n.º 158/2012 de 23 de Julho, o InCI dispõe de diversas receitas próprias. A receita das coimas é definida na alínea b), sendo receita do instituto “*O produto de 40% do valor das coimas aplicadas pelo InCI, I.P., ....., cabendo ao Estado a parte restante das coimas cobradas;*”.

O saldo credor da conta 2449 – *Outros*, no valor de 1.365.735,77€ é resultado da contabilização adoptada na classificação das coimas.

Não obstante a legislação supra citada referir que se deve entregar ao Estado 60% das coimas cobradas, por limitação informática do sistema de registo contabilístico e, como consequência desta, aquando da classificação inicial de um lançamento de uma guia de coima, ou seja, no lançamento do valor da liquidação (emissão) deste tipo de receita, parte do valor é classificado em proveitos (40%) e a restante parte nesta conta (60%). O saldo

elevado que se verifica na conta em questão resulta ainda do facto de se considerar em conta corrente todas as guias em situação de “Executada” ou “Impugnada”, cuja cobrança, quando chega a existir, dilui-se no tempo.

#### **e) DEVEDORES E CREDORES DIVERSOS**

##### **(Enquadramento Legal)**

Nos termos do artigo 49.º do Decreto-Lei nº 12/2004, de 9 de Janeiro, aletrado pelo Decreto-Lei N.º 69/2011, de 15 de Junho, os procedimentos administrativos tendentes à concessão ou reclassificação de alvarás, depende do pagamento de uma taxa inicial, definida pela Portaria nº 15/2004, de 10 de janeiro.

O pagamento da taxa inicial é prévio à apresentação do processo (nomeadamente, concessão, elevação de classe e/ou concessão de novas habilitações do alvará), sendo o mesmo da iniciativa da empresa, de acordo com o artigo 1º e nº 2 do artigo 2º da referida Portaria. Este valor pago inicialmente é deduzido ao valor da taxa final devida por concessão de alvará ou elevação de classe e novas habilitações.

O documento comprovativo do pagamento antecipado da taxa inicial tem a validade de 60 dias após o pagamento, podendo a empresa, não o utilizando nos 60 dias subsequentes à data da sua emissão, requerer, no prazo máximo de um ano a contar dessa data e nos termos do nº 6 do artº2º da Portaria nº 15/2004, a devolução da quantia despendida, sob pena de esse montante reverter a favor do Instituto.

O saldo da rubrica “Taxas iniciais não associadas a processos de alvará” atingiu, em 2014, 26.447 €, face a 19.395 € em 31 de Dezembro de 2013.

No presente exercício encontram-se registados na conta 252 - Credores por execução do orçamento 105.429,10€ referentes a autorizações de pagamento registadas em 31 de Dezembro de 2014 cujos respetivos pagamentos apenas ocorreram no início de 2015:

- (i) 37.910,02€ corresponde ao valor a pagar à Segurança Social decorrente do processamento de salários de dezembro de 2013 (25.503,09€ - encargo entidade patronal; 12.406,93€ - desconto funcionário)

(ii) 40.583,56€ corresponde ao valor a pagar à Caixa Geral de Aposentações decorrente do processamento de salários de dezembro de 2013 (27.736,84€ - encargo entidade patronal; 12.846,72€ - desconto funcionário)

(iii) 26.935,52€ refere-se a pagamentos a efectuar a fornecedores/outras credores.



## **Anexo 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução**

### **8.3.1 - Alterações Orçamentais**

No decurso do ano de 2014, foram efetuadas transferências de verbas entre rubricas no orçamento de despesa e de receita, cujos montantes são os descritos no mapa 8.3.1.1 – Alterações Orçamentais – Despesa e 8.3.1.2 – Alterações Orçamentais - Receita.

A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, aprovou o Orçamento do Estado para 2014 pela Assembleia da República, após o que o InCI procedeu às alterações orçamentais necessárias à gestão do orçamento face aos imperativos internos.



ANO: 2014  
PERÍODO:  
EXERCÍCIO: 2014

ANEXO B

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA**  
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL											ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS				DOTAÇÕES CORRETIVAS			ORÇAMENTAL									
	ORÇAMENTAL				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							ACT.	PROJETO	DOTAÇÃO ANTES ALTERAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL			DOTAÇÃO APÓS ALTERAÇÃO		COTAÇÃO	DESCONTAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA						
	RE	CAP	DIV	EDU	PROG	MOD.	FUNDE. FIN.	FUNC.	CÓDIGO	AL	GRU				DESCRIÇÃO	ACT.	PROJETO						(1)	(2)	(3)	(4)	(5) = (1) + (2) + (3) + (4)	(6)
1	1	04	04	00	000	002	810	3031	020102	00	00	COMERCÍVISES E IDENTIFICANTES	238	0000.00000	33 000				33 000	3 230			29 770	ANO 2014				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020104	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	238	0000.00000	8 000				8 000	1 330			7 670					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020107	00	00	VEÍCULOS E ARTÍCULOS PESSOAIS	238	0000.00000	330				330	93			237					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020108	00	00	MATERIAIS DE REPOSITÓRIO	238	0000.00000	33 000				33 000	3 230			29 770					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020109	00	00	PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	238	0000.00000	150				150	23			127					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020114	00	00	OUTRO MATERIAL-PEÇAS	238	0000.00000	100				100	13			87					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020116	00	00	REPARAÇÕES PAV. A VEDAR	238	0000.00000	100				100	13			87					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020117	00	00	REPARAÇÕES E UTENSÍLIOS	238	0000.00000	100				100	13			87					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	238	0000.00000	8 000				8 000	1 200			6 800					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020121	00	00	OUTROS BENS	238	0000.00000	33 000				33 000	3 230			29 770					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020201	00	00	REPARAÇÃO DAS INSTALAÇÕES	238	0000.00000	100 000				100 000	10 000			90 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020202	00	00	LIMPEZA E HIGIENE	238	0000.00000	80 000				80 000	13 300			66 700					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020203	00	00	CONSERVAÇÃO DE BENS	238	0000.00000	33 000				33 000	3 230			29 770					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	238	0000.00000	1 010 000			1 010 000	150 300				859 700					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020208	00	00	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	238	0000.00000	133 000				133 000	20 230			112 770					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	AC	00	ACRESC. A INTERNET	238	0000.00000	30 000				30 000	7 300			22 700					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	CO	00	COMERCIAIS DE FIXAS DE VOZ	238	0000.00000	36 000				36 000	3 400			32 600					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	DO	00	COMERCIAIS MÓVEIS	238	0000.00000	33 000				33 000	3 230			29 770					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	PO	00	OUTROS SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	238	0000.00000	150 000				150 000	22 300			127 700					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020210	00	00	TRANSPORTE	238	0000.00000	87 300				87 300	10 123			77 177					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020211	00	00	REPARAÇÃO DOS SERVIÇOS	238	0000.00000	3 000				3 000	730			2 270					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020212	AC	00	SISTEMAS PROFISIONAIS NA AP	238	0000.00000	100				100	13			87					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020212	BO	00	OUTROS	238	0000.00000	1 300				1 300	223			1 077					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020213	00	00	DEMOLEÇÕES E MUTUAS	238	0000.00000	120 000				120 000	18 000			102 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020214	AC	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	238	0000.00000	20 000				20 000	3 000			17 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020214	BO	00	OUTROS	238	0000.00000	400 000				400 000	60 000			340 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	AC	00	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUM	238	0000.00000	10 000				10 000	1 300			8 700					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	BO	00	OUTROS	238	0000.00000	40 000				40 000	6 000			34 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020218	00	00	ADMINISTRAÇÃO, EXPEDIENÇÃO E SIMILARES	238	0000.00000	100 000				100 000	10 000			90 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	238	0000.00000	80 000				80 000	12 000			68 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020218	00	00	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	238	0000.00000	141 803				141 803	21 270			120 533					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	AC	00	EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - HARDWARE	238	0000.00000	20 000				20 000	3 000			17 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	BO	00	SOFTWARE INFORMÁTICO	238	0000.00000	328 000				328 000	48 730			279 270					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	CO	00	OUTROS	238	0000.00000	68 000				68 000	9 730			58 270					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	AC	00	SERVIÇOS DE NATUREZA INFORMÁTICA	238	0000.00000	10 000				10 000	1 300			8 700					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	CO	00	OUTROS	238	0000.00000	13 000				13 000	2 230			10 770					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020224	00	00	REPARAÇÃO DE CARRANCO DE ESCRITÓRIO	238	0000.00000	40 000				40 000	6 000			34 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020229	00	00	OUTROS SERVIÇOS	238	0000.00000	140 000				140 000	21 000			119 000					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	040203	BO	00	RESERVA	897	0000.00000	236 481				236 481	236 481			0					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 1 -</b>															<b>3 601 164</b>				<b>3 601 164</b>	<b>741 167</b>			<b>2 859 997</b>					
3	1	04	04	00	000	002	318	3031	010213	BO	00	PROGRAMA DE RESCISÃO POR MUTUO ACRO -	897	0000.00000			74 234		74 234				74 234	PROGRAMA DE RESCISÃO POR MUTUO ACRO -				
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 3 -</b>																			<b>74 234</b>				<b>74 234</b>				<b>74 234</b>	PROGRAMA DE RESCISÃO POR MUTUO ACRO -
4	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DOS QUADROS-RESERVA DE FUNÇ.	238	0000.00000	1 182 283			2 875	1 189 310				1 189 310	ANEXO DIVISÃO PELA CRIAÇÃO DA BRANCA JUDICIAL				
1	1	04	04	00	000	002	810	3031	010213	AC	00	ANEXO DIVISÃO PELA CRIAÇÃO DA BRANCA	238	0000.00000			2 875		2 875				2 875					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 4 -</b>															<b>1 182 283</b>				<b>1 182 283</b>	<b>2 875</b>			<b>1 182 283</b>				<b>1 182 283</b>	



ANO: 2024  
PERÍODO:  
EXERCÍCIO: 12/2024

Anexo B

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA**  
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÃO ANTES ALTERAÇÃO	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL			DOTAÇÃO APÓS ALTERAÇÃO	COTAÇÃO	DESCONTAÇÃO	DOTAÇÃO CORRIGIDA IMPLEMENTADA	OBSERVAÇÃO													
	ORÇAMENTAL				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA							ACT	PROJETO	VARIACÃO						ADICIONAL	CANCELADA	TOTAL	TOTAL									
	RE	CAP	DIV	ESUV	PROG	MOD.	FUNDE	FUNC.	CÓDIGO	GRU														DESCRIÇÃO	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)+(7)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10														11	12	13	14	15	16	17	18	19
5	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DEQ. QUANTOS-ENRHE DE FUNÇ.	208	0000.00000	1 189 210		3 888	3 809		1 189 203			1 189 203	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL ENTRE VÁRIAS RUBRICAS DA RUBRICA								
												PERSONAL ADMINISTRATIVO APROPRIAÇÃO	208	0000.00000			141			141			141									
												PARAENTALHAR (EVENT.MATERIAL.PATRES)	208	0000.00000																		
TOTAL DA ALTERAÇÃO 5 .															1 189 210		3 809		1 189 210			1 189 210										
6	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DEQ. QUANTOS-ENRHE DE FUNÇ.	208	0000.00000	1 189 201		4 380	4 380		1 189 203			1 189 203	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL DE RUBRICAS DE ORÇAMENTO								
												AS TRABALHOS E CONDIÇÕES PRECATORIAIS	208	0000.00000			4 380			4 380			4 380									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 6 .															1 189 201		4 380		1 189 201			1 189 201										
7	1	04	04	00	000	002	810	3031	020214	80	00	OUTROS	208	0000.00000	400 000		17 400	17 400		382 600	60 000		322 600	ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL NO ÂMBITO DO CENTRO PLURIFUN.								
												VISITAÇÃO E ENFERMAGEM	208	0000.00000	141 803		17 400			159 203	20 270		137 933									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 7 .															541 803		17 400		541 803	60 000		460 533										
8	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DEQ. QUANTOS-ENRHE DE FUNÇ.	208	0000.00000	1 189 201		784	784		1 189 187			1 189 187	IMPÓSITO DE RUBRICA TRANSFERIDA								
												PARAENTALHAR (EVENT.MATERIAL.PATRES)	208	0000.00000			141			141			141									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 8 .															1 189 201		784		1 189 201			1 189 201										
9	1	04	04	00	000	002	810	3031	010303	00	00	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS E JOGO	208	0000.00000	301		301		301				301	CONTRATO E SERVIÇO DE RUBRICA DE PERSONAL - COM								
												SALVA (SERV. DE APROPRIAÇÃO)	208	0000.00000	338 000		301			338 699			338 699	ANEXOS E SERVIÇO DE RUBRICA DE PERSONAL - COM								
												SOFTWARE INFORMÁTICO	208	0000.00000	328 000		1 000			328 000	48 790		279 210									
												OUTROS	208	0000.00000	69 000		1 000			68 000	9 790		58 210									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 9 .															749 000		1 301		749 000	58 790		690 210										
10	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DEQ. QUANTOS-ENRHE DE FUNÇ.	208	0000.00000	1 189 187		1 820	1 820		1 178 637			1 178 637	IMPÓSITO DE RUBRICA DE ORÇAMENTO - TRANSFERIDA								
												PARAENTALHAR (EVENT.MATERIAL.PATRES)	208	0000.00000			820			2 449			2 449									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 10 .															1 189 187		1 820		1 189 187			1 189 187										
11	1	04	04	00	000	002	810	3031	020108	00	00	MATERIAL DE ENQUILTRADO	208	0000.00000	35 000		813	813		34 188	3 200		29 118	ALTERAÇÃO ENTRE RUBRICAS								
												REAGENTES QUÍMICOS E FARMACÉUTICOS	208	0000.00000	130					783	23		786									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 11 .															35 130		813		35 130	3 200		29 273										
12	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DEQ. QUANTOS-ENRHE DE FUNÇ.	208	0000.00000	1 178 837		9 021		1 169 816				1 169 816	IMPÓSITO DE RUBRICAS E PERSONAL A ATRIBUIÇÃO								
												PERSONAL ADMINISTRATIVO APROPRIAÇÃO	208	0000.00000			8 812			10 800			10 800	ACORDAÇÃO								
												PARAENTALHAR (EVENT.MATERIAL.PATRES)	208	0000.00000	3 449		3 209			4 334			4 334									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 12 .															1 184 750		9 021		1 184 750			1 184 750										
13	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PERSONAL DEQ. QUANTOS-ENRHE DE FUNÇ.	208	0000.00000	1 169 816		17 482		1 152 334				1 152 334	IMPÓSITO DE RUBRICAS E PERSONAL A ATRIBUIÇÃO								
												PERSONAL ADMINISTRATIVO APROPRIAÇÃO	208	0000.00000	10 800		18 104			28 704			28 704	ACORDAÇÃO								
												PARAENTALHAR (EVENT.MATERIAL.PATRES)	208	0000.00000	4 334		3 188			6 882			6 882									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 13 .															1 184 750		17 452		1 184 750			1 184 750										
14	1	04	04	00	000	002	810	3031	020118	00	00	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	208	0000.00000	8 000		1 428			8 428	1 200		9 628	IMPÓSITO DE LIVROS E DOC. TÉCNICA E DE LOCAÇÃO DE								
												LOCAÇÃO DE SERVIÇOS	208	0000.00000	1 010 000		47 707			1 057 707	193 800		864 207	SERVÍCIOS								
												OUTROS	208	0000.00000	382 000					333 484	60 000		273 484									
TOTAL DA ALTERAÇÃO 14 .															1 408 000		49 135		1 408 000	193 800		1 214 200										



ANO: 2024  
PERÍODO:  
EXERCÍCIO: 2024

ANEXO B

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA**  
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL											DOTAÇÃO ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO APÓS ALTERAÇÕES	COTAÇÕES	DESCONTAÇÕES	DOTAÇÃO CORRIGIDA	OBSERVAÇÕES									
	ORÇAMENTAL				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA								ACT	PROJETO	INSCRIÇÃO						ALTERAÇÃO	CÁLCULO	INSCRIÇÃO	DECONTACÕES	CORREÇÕES				
	RE	CAP	DIV	EDUV	PROG	SEC.	FUNDE. FIN.	FUNC.	CÓDIGO	REN	DESCRIÇÃO																		
15	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	PREVIDA DO QUANTO-QUANTO DE PUNTO	208	0000.00000	1 192 164			39 347			1 152 817						1 152 817	IMP. MANUTENÇÃO, REPARA. AC. ADEQUAÇÃO, OBRAS, AC. TRAB. E OUTR. MANUT. OBRAS E LUGAR	
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010104	00	00	PREVIDA DO QUANTO-QUANTO DE CONTRAT.	208	0000.00000	1 024 000			15 396			1 008 607						1 008 607		
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010108	00	00	PREVIDA DEPENDIMENTO ORÇAMENTAL	208	0000.00000	28 794			30 340			48 044						48 044		
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010114	00	00	DESENVOLVIMENTO MATERIAL	208	0000.00000	194 297			30 792			225 089						225 089		
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010303	00	00	DESENVOLVIMENTO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOV.	208	0000.00000	391			59			450						450		
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010305	00	00	OUTROS	208	0000.00000	398 649			59			398 690						398 690		
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010309	00	00	AC. TRABALHOS E OBRAS RESTRITIVAS	208	0000.00000	4 960			108			4 852						4 852		
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010310	00	00	PARAINTERAÇÃO (EVENT. MATERIAL, MATERIA)	208	0000.00000	8 882			3 903			5 000						5 000		



ANO: 2024  
PERÍODO:  
EXERCÍCIO: 12/2024

Anexo B

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA**  
INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										DOTAÇÃO ANTES ALTERAÇÕES	ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			DOTAÇÃO APÓS ALTERAÇÕES	COTAÇÕES	DESCONTAÇÕES	DOTAÇÃO CORRIGIDA IMPLEMENTADA	OBSERVAÇÕES								
	ORÇAMENTAL				ECONOMICA							ACT	PROJETO	REVISÃO						(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)+(2)-(3)+(4)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)+(7)
	EX	CAF	DTV	EDUV	PROG	SEC.	FUNDE. FIN.	FUNC.	CÓDIGO	REN																	
22	1	04	04	00	000	002	810	3031	020217	00	00	PUBLICIDADE	200	0000.00000	80 000		4 000			76 000	12 000		64 000	SERVICIOS DE SERVIÇOS DE MANTENÇÃO INFORMATICA			
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	00	00	SERVICIOS DE MANTENÇÃO INFORMATICA	200	0000.00000	10 000	4 000				14 000	1 800		12 200				
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 22 :</b>															<b>90 000</b>	<b>4 000</b>	<b>4 000</b>		<b>86 000</b>	<b>13 800</b>		<b>72 200</b>					
23	1	04	04	00	000	002	810	3031	010108	00	00	FUNDAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADMINISTRAÇÃO	200	0000.00000	141 044		1 667			142 711	220 777		220 776	SERVICIOS DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO			
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010114	00	00	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO	200	0000.00000	220 089	1 667			221 756	220 776		220 776					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 23 :</b>															<b>376 133</b>	<b>1 667</b>	<b>1 667</b>		<b>377 800</b>	<b>220 776</b>		<b>220 776</b>					
24	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	00	00	COMUNICAÇÃO MOVIL	200	0000.00000	30 000	8 012			40 012	5 200		34 812	SERVICIOS DAS REDES DE COMUNICAÇÃO DE DADOS E SERVIÇOS INFORMATICA				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	90	00	SERVICIOS DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO	200	0000.00000	100 000		8 012		108 012	20 800		127 212					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	00	00	SERVICIOS DE MANTENÇÃO INFORMATICA	200	0000.00000	14 000	800			15 000	1 800		13 200					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	00	00	SERVICIOS DE MANTENÇÃO INFORMATICA	200	0000.00000	19 000		800		20 000	2 200		17 800					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 24 :</b>															<b>264 000</b>	<b>6 512</b>	<b>6 512</b>		<b>270 512</b>	<b>26 012</b>		<b>264 500</b>					
26	1	04	04	00	000	002	810	3031	070108	00	00	SERVICIOS	200	0000.00000	459 790		1 304		461 094	459 491		459 491	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI - DE - SUP - OUTROS				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	070109	00	00	SERVICIOS	200	0000.00000		1 304			1 304			1 304					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 26 :</b>															<b>459 790</b>	<b>1 304</b>	<b>1 304</b>		<b>461 094</b>	<b>459 795</b>		<b>461 094</b>					
27	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	FUNDAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	1 230 472		444		1 230 916	1 230 028		1 230 028	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010310	90	00	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	19 870	444			20 314	16 370		16 370					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020210	00	00	TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	200	0000.00000	10 000		1 878		11 878	8 622		8 622					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020210	00	00	SERVICIOS	200	0000.00000	40 000	1 878			41 878	8 000		33 878					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	070108	00	00	SERVICIOS	200	0000.00000	459 491		2 381		461 872	459 110		459 110					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	070109	00	00	SERVICIOS	200	0000.00000		2 381			2 381			2 381					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 27 :</b>															<b>1 761 193</b>	<b>4 703</b>	<b>4 703</b>		<b>1 765 896</b>	<b>7 500</b>		<b>1 758 396</b>					
28	1	04	04	00	000	002	810	3031	020216	00	00	DESENVOLVIMENTO, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARES INFORMATICA	200	0000.00000	100 000		20 000		120 000	70 000		50 000	SERVICIOS DE SOFTWARES INFORMATICA				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	00	00	SOFTWARES INFORMATICA	200	0000.00000	324 000	20 000			344 000	48 700		295 300					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 28 :</b>															<b>424 000</b>	<b>20 000</b>	<b>20 000</b>		<b>444 000</b>	<b>68 700</b>		<b>375 300</b>					
29	1	04	04	00	000	002	810	3031	020114	00	00	OUTROS MATERIAIS - PEÇAS	200	0000.00000	100		870		970	19		951	SERVICIOS DE MATERIAIS - PEÇAS				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020208	00	00	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	139 000		870		139 870	20 200		119 670					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 29 :</b>															<b>239 000</b>	<b>870</b>	<b>870</b>		<b>239 870</b>	<b>39 400</b>		<b>200 470</b>					
30	1	04	04	00	000	002	810	3031	010103	00	00	FUNDAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	1 230 028		1 811		1 231 839	1 230 028		1 230 028	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010310	90	00	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	16 370	1 811			18 001	18 001		18 001					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 30 :</b>															<b>1 256 398</b>	<b>1 811</b>	<b>1 811</b>		<b>1 258 209</b>	<b>1 248 029</b>		<b>1 256 028</b>					
31	1	04	04	00	000	002	810	3031	020209	00	00	COMUNICAÇÃO FIXA DE VOZ	200	0000.00000	38 000	3 300			41 300	5 400		35 900	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO DE MANUTENÇÃO				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020210	00	00	SERVICIOS	200	0000.00000	41 878	3 088			44 966	8 000		36 966					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	00	00	SERVICIOS DE MANTENÇÃO	200	0000.00000	140 000	3 389			143 389	20 000		123 389					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 31 :</b>															<b>269 878</b>	<b>5 359</b>	<b>5 359</b>		<b>275 237</b>	<b>32 400</b>		<b>242 837</b>					
32	1	04	04	00	000	002	810	3031	020219	00	00	SOFTWARES INFORMATICA	200	0000.00000	348 000	1 128			349 128	48 700		300 428	SERVICIOS DE SOFTWARES INFORMATICA				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020220	00	00	SERVICIOS DE MANTENÇÃO	200	0000.00000	134 641	1 128			135 769	20 000		115 769					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 32 :</b>															<b>482 641</b>	<b>1 128</b>	<b>1 128</b>		<b>483 769</b>	<b>68 700</b>		<b>415 069</b>					
33	1	04	04	00	000	002	810	3031	010210	00	00	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	11 320		718		12 038	10 804		11 034	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI				
	1	04	04	00	000	002	810	3031	010310	00	00	SERVICIOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	10 300		718		11 018	11 018		11 018					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020202	00	00	MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	90 000	3 048			93 048	10 800		82 248					
	1	04	04	00	000	002	810	3031	020208	00	00	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI	200	0000.00000	134 430		3 048		137 478	20 200		117 278					
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 33 :</b>															<b>245 950</b>	<b>5 712</b>	<b>5 712</b>		<b>251 662</b>	<b>32 720</b>		<b>218 942</b>					

ANO: 2014  
 PERÍODO:  
 INICIANDO: 01/01/2014

Anexo B

**ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS - DESPESA**  
 INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO

unidade: euro

N.º	CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTAL										ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS			ALTERAÇÕES A+B-D	CANCELAÇÕES	DESAFETAÇÕES	TOTAL DAS ALTERAÇÕES A+B-D-C	CLASSIFICAÇÃO						
	OBJETIVA				CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA						ALTERAÇÕES	CÁLCULO ANUALIZADO	NOTAÇÕES											
	EN	CP	DT	NDT	PRGO	RES.	FUNDE	FUNF.	OBJE	RES.									ACT.	PROJETO	ANEXO			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)	(18)							
34	1	04	04	00	008	010	3031	010103	00	00	PREÇOS DE SERVIÇOS-RENTAS DE PESSOAS	338	0000.0000	1 233 387		1 284		1 233 387				1 233 387	SERVÍÇO PRESTATOS, INTERMÉDIO E SOC. SERV.	
	1	04	04	00	008	010	3031	010110	00	00	FUNDAMENTAÇÃO (FUNDENT.FUNDENT.FUNDENT)	338	0000.0000	19 001	1 284			19 285				19 285		
	1	04	04	00	008	010	3031	020107	00	00	VEICULADO E SERVIÇOS PRESTADOS	338	0000.0000	330	89			419		83			336	
	1	04	04	00	008	010	3031	020204	00	00	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	338	0000.0000	1 129 188	22 882			1 152 070	135 800				1 000 870	
	1	04	04	00	008	010	3031	020216	00	00	RENTALIMOS, RECONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO	338	0000.0000	79 000		89		79 089	19 000				89 001	
	1	04	04	00	008	010	3031	020229	00	00	SERVÍÇOS DE MANUTENÇÃO	338	0000.0000	133 819		22 882		156 701	25 000				89 633	
<b>TOTAL DA ALTERAÇÃO 34</b>													<b>2 589 431</b>		<b>24 275</b>		<b>2 589 431</b>		<b>187 333</b>		<b>2 402 098</b>			



### **8.3.2 - Contratação Administrativa**

No Mapa 8.3.2 estão registados os contratos celebrados no exercício ou em exercícios anteriores e que foram objecto de execução financeira no decurso do ano económico de 2014.



8.3.2 - Contratação Administrativa  
1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Unidade monetária: Euro

Entidade	Tipo de contrato	Contrato	Visão do Tribunal de Contas		Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Obs.		
			Data	Valor	Nº de Registo	Data	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos a mais		Trabalhos a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
385. DESIGN, LDA	Prestação de serviços	Alteração da imagem institucional na sequência da alteração de denominação para IMPIC	22-01-2014	4.900,00		08-07-2014	6.027,00						
A.C.Nelsen Portugal - Estudos de Mercado, Unipessoal, Lda	Prestação de serviços	Prestação de serviços para realização de inquéritos de opinião	20-08-2014	5.800,00		01-12-2014	7.104,00						
Agência para a Modernização Administrativa - A.M.A.	Locação/Arendamento	Aluguer das Lojas do Cidadão	2000 e			26-03-2014	94.076,89						
AP	Prestação de serviços	Sabão mobiliário de Portugal	12-02-2014	1.201,52		17-06-2014	1.477,87						
AP	Prestação de serviços	Formação de conselheiros para impressora de Barras Zebra TLP2844	12-02-2014	1.343,72			1.652,78						
Altronix - Sistemas Eletrónicos, Lda	Aquisição de bens	Formação dos Serviços de integração entre o Portal Base e as Plataformas de Contratação Pública através da Plataforma de Interoperabilidade	06-12-2013	161,40			108,52						
AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P.	Prestação de serviços	Contrato de arrendamento - fracção B do 1º andar, do prédio n.º 5, sito na Avenida Infante D. Henrique, em Ponta Delgada, Açores	20-12-2012	60.000,00		26-08-2011	10.800,00						
António de Oliveira Cyrton e Albano de Oliveira Cyrton	Locação/Arendamento	Contratação de circuito de comunicações VPN para ligação ao RN	01-07-2011	54.000,00		08-05-2014	2.243,52						
ART Telecom - Acesso e Redes de Telecomunicações, SA	Prestação de serviços	Aquisição de papel Construar e Guia de Concursos para o INCI, IP	11-04-2014	1.440,00		30-12-2013	120,00						
Área Associativa - Comunicação e serviços, Lda	Aquisição de bens	Completção dos documentos de suporte do Base 1	19-11-2013	113,21		26-04-2014	5.535,00						
ARMS - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LDA	Prestação de serviços	Serviços de patrocínio jurídico	05-03-2014	4.500,00		01-12-2014	1.789,65						
ATNU - Sociedade de Advogados, RL	Prestação de serviços	Aquisição de 3 telemóveis iPhone 5S	12-11-2014	1.785,00		18-08-2014	147,60						
BASE2-Informática e Telecomunicações, Lda	Aquisição de bens	Resparação do aparelho de ar condicionado da sala 604	08-10-2014	1.455,00		16-10-2014	2.881,40						
Bicambiente - Unipessoal Lda	Prestação de serviços	Manutenção pontual ao sistema AVAC	08-09-2014	2.180,00		01-12-2014	159,90						
Bicambiente - Unipessoal Lda	Prestação de serviços	Aquisição de filtros para o aparelho de ar condicionado, marca Emerson	14-10-2014	130,00		01-12-2014	1.303,80						
Bicambiente - Unipessoal Lda	Prestação de serviços	Substituição do aparelho de ar condicionado - sala dos basileiros no 1º piso	14-10-2014	1.000,00		08-05-2014	104,55						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de vettura para ação inspetiva	31-03-2014	85,00		22-05-2014	1.031,01						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de vettura para ação inspetiva	28-04-2014	838,22		08-05-2014	104,55						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de vettura para ação inspetiva	07-04-2014	85,00		17-06-2014	107,55						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de vettura para ação inspetiva	06-05-2014	88,02		17-06-2014	108,26						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Autorização para o aluguer de vettura para o Conselho Diretivo para o período em que decorre o procedimento de contratação ao abrigo do AO-VAM para o aluguer operacional de 2 vetturas para os vogais do Conselho Diretivo	14-04-2014	87,44		18-09-2014	6.201,60						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de vettura para montagem de stand de SL	27-08-2014	11.600,00		01-12-2014	111,26						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de vettura para CO	29-09-2014	90,46		10-03-2014	485,85						
CAEL - Consórcio de Automóveis Eblecor, Lda	Prestação de serviços	Aluguer de vettura para CO	24-01-2014	650,41			738,00						
Caixa Geral Depósitos	Prestação de serviços	Mensalidade das Comissões Valor mensal 120,00	2001 d)				303,99						
Caixa Geral Depósitos	Prestação de serviços	Despesas de Transferência	2001 d)				16.506,76						
Caixa Geral Depósitos	Prestação de serviços	Despesas com encargos de Cobrança de receita ( Comissões )	2001 d)				307,44						
Caixa Geral Depósitos	Prestação de serviços	Mensalidade do A.T.M. valor mensal 135,30	2004 d)				9,26						
Caixa Geral Depósitos	Prestação de serviços	As. técnica e manut. para a fotocopiadora digital -Núcleo Insp. da Madeira	02-01-2006 e)				3.005,74						
Caixa Costa & Cª, LDA	Prestação de serviços	Despesa referente a consumo de água na delegação de Évora	01-11-2011 b)			22-12-2011	9,26						
Camara Municipal de Évora	Locação/Arendamento	Contrato de arrendamento da fracção autónoma - loja 2 da Arena de Évora Av. General Humberto Delgado	01-11-2011	2.880,00		22-12-2011	675,60						
Camara Municipal de Évora	Locação/Arendamento	Aluguer de Entidade no quadro de deslocação automática do CTC	2002 e)				1.383,20						
Camara Municipal de Lisboa - Regimento de Sapadores Bombeiros	Prestação de serviços	Deslocações de funcionários ao serviço do INCI, IP	2014	1.500,00			5.368,86						
Caminhos de Ferro Portugueses, EP	Prestação de serviços	Assist. às fotocopiadoras existentes no INCI	2005 c)				104.241,65						
Canon Portugal	Prestação de serviços	Serviços de vigilância e segurança humana - edificio sede	14-02-2014	93.676,22		26-03-2014	18.772,60						
Choron - Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância, SA	Prestação de serviços	Prestação de Serviços de Mala das Lojas do Cidadão	01-03-2013	53.856,00		06-08-2013	48,00						
Chronopost International	Prestação de serviços	Assanatura Revista de Contratos Públicos	24-01-2014	56,60		19-12-2014	48,00						
Combox Editora, Lisboa, Lda	Aquisição de bens	Manutenção preventiva aos exstatores e carretéis	21-03-2014	569,80		08-05-2014	622,60						
Comit Fogo - Soluções de Segurança, SA	Prestação de serviços												

*[Handwritten signature]*



8.3.2 - Contratação Administrativa  
1 - Situação dos Contratos

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Unidade monetária: Euro

Entidade	Tipo de contrato	Conteúdo	Viso do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (d)	Pagamentos na gerência			Obs. (14)		
			Valor (4)	Nº de Registo (5)		Trabalhos normais (6)	Trabalhos a preços (7)	Trabalhos a preços (8)			
		Objeto (3)	Data (3)		(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)
(1) GPCs - Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, SA	Prestação de serviços	Análise e proposta de adjudicação para o fornecimento de um sistema integrado de gestão dedicado ao INCI.	2007	33.481,35	09-10-2014	2.226,30					
GPCs - Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, SA	Prestação de serviços	Ponto de situação da implementação do projecto ERP	2007	45.000,00							
GPCs - Companhia Portuguesa de Computadores, Informática e Sistemas, SA	Aquisição de bens	Implementação Projecto Itinere	01-07-2014	18.10,00							
Oredificador - Informação e Gestão de Crédito, Lda*	Prestação de serviços	Aquisição de 20 monitores LCD 22"	2007	772,83							
Credigere - Informação e Gestão de Créditos, Lda*	Prestação de serviços	Contrato de Prestação de Serviços de Crédito e Informações Comerciais	20-12-2013	1.245,00							
Olímpo - Sociedade de Limpezas, Lda	Prestação de serviços	Serviços e produtos - ICRa área de Informações Comerciais de apoio a	01-12-2012	123.335,28	20-03-2013						
CTT - Emissão	Prestação de serviços	Atuação de serviço de limpeza para o INCI	24-02-2008(b)								
CTT - Correios de Portugal	Prestação de serviços	Serviço Postal e de Estafetas	01-01-1998(b)								
CTT - Correios de Portugal	Prestação de serviços	Correspondência normal (correio azul, cartas registadas, etc.)	20-10-1998(b)								
CTT - Correios de Portugal	Prestação de serviços	Debrasse e entrega de encomendas com cobrança de Taxas e Comiss.	28-11-2014	1.332,76							
Debitaris, Lda	Prestação de serviços	Realização de Alvarás para o Ano de 2015 - equitação de serviço de mailing	21-05-2004	10.487,80							
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Bases de dados jurídicas	13-05-2014	2.549,70	15-07-2014						
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "CCP - Código dos Contratos Públicos"	14-05-2014	2.276,15	08-07-2014						
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação CPA Juristas	25-05-2014	2.682,60	15-07-2014						
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "Aplicação do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP)"	15-09-2014	2.109,60	31-12-2014						
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "Direto das contratações"	03-10-2014	2.059,20	31-12-2014						
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "Microsoft excel avançado"	21-10-2014	2.059,40	31-12-2014						
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas"	22-10-2014	480,00							
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Sessão de esclarecimento - Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas"	27-11-2014	2.498,20							
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "Técnicas de trabalho Colaborativo"	07-11-2013	1.520,40							
Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas - INA	Prestação de serviços	Ação de formação "Microsoft Word 2007 - Avançado"	13-08-2014	187,86	16-10-2014						
Direção, Lda*	Prestação de serviços	Trabalhos realizados na delegação de Ponta Delgada	03-04-2012	1.296,00							
Direção, Lda*	Prestação de serviços	Contrato de assistência técnica informática na delegação de Ponta Delgada	2012 (b)								
EDA Electricidade dos Açores, SA	Prestação de serviços	Despesa referente a gastos de electricidade na delegação dos Açores	11-03-2014	579,60	30-05-2014						
Edis - Empresa Distribuidora de Material de Informática, Lda*	Aquisição de bens	Aquisição de discos externos	2012 (b)								
EDP - servica Universal, SA	Prestação de serviços	Consumo de energia elétrica	09-06-2014	701,10	10-11-2014						
Engenho & Média, Lda	Prestação de serviços	Construção Magazine dedicada ao LNEC - Inserção de anúncio institucional	2014	456,90	31-12-2014						
Epil, SA	Prestação de serviços	Consumo de água do edifício sito na Av. Júlio Dinis, nº 9	2008	10.449,61							
Estevens & Pinho	Prestação de serviços	Fiscal Único	17-05-2013	272,00							
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa	Prestação de serviços	Curso "Análise de dados em SPSS 1 e II - Preparação e tratamento de dados"	27-10-2014	479,98	01-12-2014						
FERNANDO CONÇALVES CARVALHO, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 2 televisões LCD 32" para os Vogais do Conselho Diretivo	31-03-2014	290,00	31-12-2014						
Fernando Gonçalves Lourenço	Prestação de serviços	Reparação de carroçaria de Nissan	17-02-2014	316,00							
FITSAF - Produtos de Higiene e Embalagem, Lda*	Aquisição de bens	Aquisição de material de limpeza	17-02-2014	254,64	26-03-2014						
Flac Portugal - Actividades Culturais e Distribuição de Livros, Discos, Multimédia e Produtos Técnicos, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de 3 GPS para auxilio das ações inspeções	01-01-1999 (b)								
Fujitsu - Siemens	Prestação de serviços	Manutenção do hardware on-site Siemens	08-08-2014	73.600,00	13-02-2014						
Full IT - Consultoria em Novas Tecnologias, Lda	Prestação de serviços	Assistência técnica especializada à ferramenta de CMS Sitepad de suporte a componente pública dos Portais BAGE e CCP	07-05-2013	58.000,00	08-07-2013						
Full IT - Consultoria em Novas Tecnologias, Lda	Prestação de serviços	Projeto Plano Europeu de Indicadores de Contratação Pública Eletrónica									

*[Handwritten signature]*  
AZV



8.3.2 - Contratação Administrativa  
1 - Situação dos Contratos

Gestão de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Unidade monetária: Euro

Entidade	Tipo de contrato	Objeto	Data (3)	Valor (4)	Viso do Tribunal de Contas		Pagamentos na gestão			Pagamentos acumulados			Obs.	
					Data (6)	Nº de Registo (5)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)	Trabalhos a mais (13)		
Fundestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Locação/Arrendamento	Arrendamento Sede - nº 9	01-10-2014 (f)	953.13,08		19-12-2014		953.13,08						
Fundestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Locação/Arrendamento	Arrendamento Sede - nº 11	2007 (f)	800.523,72				800.523,72						
Fundestamo - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, SA	Prestação de serviços	Electricidade	2007 (b)					49.443,49						
Grid - Anexo e depósito, SA	Prestação de serviços	Serviços de consultoria e Gestão de projeto	01-05-2012	27.131,00		06-03-2013		9.886,56						
Grid - Technology Enabled Services S.A	Prestação de serviços	Software Power all Onesport	01-12-2011	36.807,40		26-12-2011								
Grid - Technology Enabled Services S.A	Prestação de serviços	Licenciamento do software de backups network server	22-05-2013	7.517,19		09-07-2013								
Higiene Plus - Produtos, Materiais de Higiene e Limpeza, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de produtos de higiene	01-12-2012	7.006,20		31-12-2012		4.892,16						
MOLOS - Soluções Avançadas em Tecnologias de Informação, SA	Prestação de serviços	Serviços de assistência técnica às aplicações MOTRM e STR	09-08-2012	52.440,00		25-09-2012		1.343,78						
ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-políticas	Prestação de serviços	Conférence "Revisão do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação"	25-09-2014	60,00		19-12-2014		60,00						
ICJP - Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública	Prestação de serviços	Encargos com cobrança da receita	2014	4.977,24		18-09-2014		6.122,01						
Imotialistica - Sistemas de Informação do Imobiliário, Lda	Prestação de serviços	Renovação da assinatura da revista "Confidencial Imobiliário"	2004	273,98		05-11-2012		290,00						
Impa Portugal - Distribuição De Papel, S.A.	Aquisição de bens	Fornecimento de papel de Copia e Impressão	27-09-2012	12.851,00				3.321,01						
INCA - Imprensa Nacional Casa da Moeda	Prestação de serviços	Diário Republica Electronico	2004	2.391,05				2.984,74						
INESC - Instituto de Engenharia Sistemas e computadores / Instituto Superior Técnico	Prestação de serviços	Formação Gestão de serviços de tecnologias de informação	27-02-2014	1.500,00		05-05-2014		1.500,00						
INESC - Instituto de Engenharia Sistemas e computadores / Instituto Superior Técnico	Prestação de serviços	Plas Graduação	08-05-2014	10.000,00		19-09-2014		5.000,00						
INESC - Instituto de Engenharia Sistemas e computadores / Instituto Superior Técnico	Prestação de serviços	Ação de formação "Gestão de Serviços de Tecnologias de Informação (ITIL)"	05-10-2014	1.500,00		01-12-2014		1.500,00						
Inform D&B	Prestação de serviços	Proposta SABI - Licenciamento e utilização	29-05-2014	4.309,00		08-07-2014		5.417,78						
Informatica El Corte Inglés	Prestação de serviços	Assistência pós-venda de Licenciamento Microsoft Office Desktop Enterprise	01-01-2013	95.728,50		05-09-2013		39.248,68						
Informatica El Corte Inglés, SA	Prestação de bens	Aquisição de memória para os servidores do Portal Base	12-05-2014	1.055,54		15-07-2014		1.208,31						
Intec - Investec - Instituto de Novas Tecnologias	Prestação de serviços	Assistência Técnica ao Portal BASE	28-04-2014	73.500,00		05-05-2014		53.959,61						
Intec - Investec - Instituto de Novas Tecnologias	Prestação de serviços	Assistência Técnica ao Portal Base e Portal OOP	26-07-2013	67.000,00		30-12-2013		54.701,18						
Intec - Investec - Instituto de Novas Tecnologias	Prestação de serviços	Desenvolvimento do Novo Portal Base	28-04-2014	18.375,00		25-05-2011								
Integrity Consultancy advisory	Prestação de serviços	Diagnóstico de Segurança aos sistemas de informação	2014	4.800,00		30-05-2014		5.904,00						
IRN - Instituto dos Registos e do Notariado	Prestação de serviços	Acesso à base de dados do Registo Comercial	01-12-2011 (b)			06-01-2014		3.000,00						
ISETE - Investec, Soluções Económicas e Tecnológicas	Aquisição de bens	Aquisição de consumíveis de tinteiros e toners	16-08-2012	4.000,01				1.998,78						
J.H.ORNELAS & CA.SUCESOR.LDA	Prestação de serviços	Fornecimento e colocação de estores - Ponta Delgada	25-07-2012	1.140,00		06-10-2014		1.345,91						
JARDIM, RAMUNDO - SOCIEDADE DE ADVOGADOS, RL	Prestação de serviços	Proteção Judicial	22-01-2014	3.500,00		24-02-2014		1.845,00						
J&I Cooper	Prestação de serviços	Águas/aluguer de equipamento	19-06-2000 (b)					3.954,42						
Lease Plan - Comércio e Aluguer de Automóveis e Equipamentos, Lda	Prestação de serviços	Cont. concursal para inst. de máq. de café aut.	01-02-2007 (b)					6.848,61						
Lease Plan Portugal, Lda	Prestação de serviços	Contrato A/C-VAM 10302/2010 (Aquisição de veículos)	15-03-2011	12.960,00		08-04-2011		720,62						
Lease Plan Portugal, Lda	Prestação de serviços	Recondicionamento da viatura e aceite do Imposto Único de Circulação	30-04-2014	989,01		14-07-2014		1.216,48						
Lease Plan Portugal, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de 1 viatura para o Conselho Diretivo, por aluguer operacional	15-10-2013	27.009,12		22-05-2014		623,31						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de armários e caixas de primeiros socorros	07-04-2014	513,26				1.763,89						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Serviço de instalação e enobscimento gases para a Revitalização dos alvaros para 2014	21-11-2013	1.641,00				1.428,03						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Assistência Técnica e manutenção de 3 computadores no Núcleo da Madeira	04-06-2014	1.161,00		08-07-2014		1.639,36						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Assistência Técnica e manutenção de 3 computadores no Núcleo da Madeira	2005	2.007,46				1.450,00						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Aquisição de comunicações móveis de voz e dados	15-12-2014	3.333,33		22-02-2014		287,50						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Formação "Prod - Apresentações Dinâmicas"	21-04-2014	1.450,00		31-12-2014		180,00						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Podde de aluguer da viatura para espaço respetiva	15-10-2014	243,64		31-12-2014		46-407,90						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Podde de aluguer da viatura para espaço respetiva	27-11-2014	132,54										
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Contrato Microsoft Premier	08-04-2013	37.730,00				46-407,90						
M&M Protek - Equipamentos de Proteção Individual, Lda	Prestação de serviços	Adaptação das aplicações internas de gestão de processos da área da regulação às alterações legislativas previstas	30-11-2010	100.000,00				46-200,00						

*[Handwritten signature]*



8.3.2 - Contratação Administrativa  
1 - Situação dos Contratos

Genérica, de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Unidade monetária: Euro

Entidade	Tipo do contrato	Contrato	Visão do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (d)	Pagamentos na gestão			Pagamentos acumulados			Obs.	
			Valor (4)	Nº de Registo (5)		Data (6)	Trabalhos normais (8)	Revisão de preços (9)	Trabalhos a mais (10)	Trabalhos normais (11)	Revisão de preços (12)		Trabalhos a mais (13)
(1) Nólvas Direct - Distribuição ao Doméstico, Lda	Aquisição de bens	(2) Aquisição dos Jornais: Diário de Notícias e Diário Económico em suporte de papel e formato digital (e-paper)	22-05-2014	677,91	24-06-2014	735,00							
olavado rent-a-car (JAB, Lda)	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de viatura para ação inspetiva	19-03-2014	65,04	01-10-2014	80,00							
olavado rent-a-car (JAB, Lda)	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de viatura para ação inspetiva	19-06-2014	80,00	09-07-2014	65,04							
olavado rent-a-car (JAB, Lda)	Prestação de serviços	Pedido de aluguer de viatura para ação inspetiva	05-09-2014	64,55	10-11-2014	79,40							
Olmar - Artigos de Papelaria, Lda	Aquisição de bens	Aquisição de material de escritório fora do acordo quadro	27-12-2013	17,12,50	06-01-2014	1.254,01							
OLMAR - Artigos de Papelaria, Lda	Aquisição de bens	Contrato de Aquisição Agregada de Material de Escritório	18-09-2013	12,000,00	11-12-2013	2.027,28							
OFET - Observatório de Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia	Prestação de serviços	Conferência "2nd European Conference on Public Procurement"	21-05-2014	1.180,86	24-06-2014	1.080,00							
OFET - Observatório de Prospetiva da Engenharia e da Tecnologia	Prestação de serviços	Inquérito Nacional sobre a Contratação Pública	20-12-2011	32.890,00									
Optimus Comunicações, S.A.	Prestação de serviços	Serviço Móvel (Dúdios)	25-09-2013 (b)	1.483,50			7.832,87						
Ritny Bow em Portugal, Soc. Unipessoal, LDA.	Prestação de serviços	Contrato de reparação e manutenção da envoltória	01-04-2004	940,00	29-08-2012	92,28	1.664,93						
Presitbil, Empresa de Segurança, S.A.	Prestação de serviços	Contrato de Prestação de Serviços de Limpeza e Central de Receção e Manutenção preventiva ao sistema de deteção de incêndios	05-07-2012	2.160,00									
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda	Prestação de serviços	Manutenção técnica da manutenção e testes à ligação permanente de central de deteção de incêndios	06-08-2014	79,80									
Prosegur - Companhia de Segurança, Lda	Prestação de serviços	Contrato de manutenção de assistência técnica para o produto SIA-DAP	26-09-2014	8.096,12									
PT Comunicações, SA	Prestação de serviços	Linha telefónica fixa sede INCI, L.P.	2002 (b)		28-11-2014	10.958,22	25.455,85						
PT Comunicações, SA	Prestação de serviços	Rede fixa do Núcleo da Madeira	2005 (b)				662,79						
PT Comunicações, SA	Prestação de serviços	Comunicação de voz e dados para as delegações do INCI	01-02-2012	16.277,76			6.535,08						
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Prestação de serviços	Aluguer mensal de Central Telefónica Alcatel 4400	2002 (b)				24.974,40						
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Prestação de serviços	Ethernet - Router Cisco	2002 (b)				16.907,40						
PT Prime - Soluções Empresariais de Telecomunicações e Sistemas, S.A.	Prestação de serviços	Aquisição de aplicação informática de controlo e monitorização do processo de avaliação de desempenho - SIA-DAP 1,2,3	24-08-2010	40.330,00	08-01-2011	11.071,99							
PT Pro - Serviços Administrativos e de Gestão Parilhados, S.A. - PT ACS	Prestação de serviços	Serviços de Segurança e Higiene e Saúde no Trabalho	03-05-2012	20.971,44	05-11-2012	3.973,01							
Publico - Comunicação Social, SA	Aquisição de bens	Aquisição dos Jornais: Público em suporte de papel e formato digital (e-paper)	22-05-2014	413,20	17-06-2014	437,99							
Rentokil - Serviços de Proteção Ambiental	Prestação de serviços	Acompanhamento ambiental e desinfectação do edifício sede	26-08-2003	2.676,69									
Repsol Portuguesa, SA	Aquisição de bens	Aquisição agregada de Combustível Retorvário ao longo do acordo	01-03-2013	60.000,00	09-05-2013	5.709,17							
SCHNIGLER - Accioneros e Escuelas Rábanoes, S.A.	Prestação de serviços	Serviços manutenção dos elevadores de Sede do INCI, L.P.	01-06-2012	8.955,00	18-07-2012	3.071,50							
Serviços Municipais de Câmara Municipal de Ponta Delgada	Prestação de serviços	Despesa referente a gastos de água na delegação dos Açores	2012 (b)				142,46						
Silva e Souza & Advogados, Sociedade de Advogados, RL	Prestação de serviços	Assessoria no âmbito da contratação pública	11-03-2013	4.500,00	09-05-2013								
Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Prestação de serviços	Assatura Revista do Ministério Público	24-01-2014	60,38	17-06-2014	64,00							
ST&SF - SOCIEDADE DE PUBLICAÇÕES, LDA	Aquisição de bens	Aquisição do Jornal Diário Económico em suporte de papel e formato digital (e-paper)	25-07-2014	500,00	20-08-2014	360,00							
Stamp Star, Lda*	Aquisição de bens	Aquisição de bateria para o SADI connect	25-07-2014	50,00	02-09-2014	61,50							
Stamp Star, Lda*	Prestação de serviços	Emergo respeitante ao contrato de serviço p/ a ligação permanente, via rádio, entre a central de incêndios e a central dos sapadores de Bombeiros locais: Outubro/2011	04-01-2012	489,76			692,36						
Strong - Segurança SA	Prestação de serviços	Serviços de Segurança e Vigilância dos Bancos Móveis e Segurança de Informação em suporte de papel e formato digital nas instalações do INCI, L.P., 24 horas/dia, todos os dias, bem como o transporte, tratamento e distribuição de valores 5 horas/dia, 5 dias por semana	19-02-2014	4.614,31	05-02-2014	5.184,45							
Strong - Segurança, SA	Prestação de serviços	Serviços de vigilância	01-08-2012	166.177,68	25-09-2012	11.351,37							
TCSI - Digibeta Tecnologias de Informação, SA	Prestação de serviços	Contrato de serviços de apoio à implementação de DAA	25-07-2014	4.990,00	09-10-2014	6.027,00							
Tecnoverint Ventilação e A/ Condicionado, Lda	Prestação de serviços	Reparação de um aparelho de ar condicionado afeto à sala 603	25-05-2014	90,00	30-05-2014	40,00							
Tecnoverint Ventilação e ar condicionado, Lda	Prestação de serviços	Reparação do aparelho de ar condicionado da sala 603	23-06-2014	40,00									
TimeStamp - Sistemas de Informação, S.A.	Prestação de serviços	Renovação do licenciamento do software de Base de Dados: ORACLE	18-07-2013	26.760,00	05-09-2013	49,20							

*for* *RF* *Az*



8.3.2 - Contratação Administrativa  
1 - Situação dos Contratos

Gestância de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Unidade monetária: Euro

Entidade	Tipo de contrato	Contrato	Visão do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento (d)	Pagamentos na gestão		Pagamentos acumulados		Obs.			
			Nº de Registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos normais	Revisão de preços		Trabalhos a mais	Trabalhos a mais	
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)
Instituto Nacional de Contas, Lda	Prestação de serviços	Suporte de Contrato de Itagens	819,20	01-09-2013	22-10-2013	996,76							
Truhen - Estudos e Serviços de Proteção Ambiental, Lda	Prestação de serviços	Fornecimento e colocação de todos os materiais do "Prato Verde" para as linhas de cultivo	1.650,00	26-03-2014	22-05-2014	2.029,50							
Topica World, Lda	Prestação de serviços	Suporte de impressão de envelopes	1.180,00	14-01-2014	05-05-2014	1.451,40							
Topica World, Lda	Prestação de serviços	Suporte de impressão de envelopes	1.858,00	25-07-2014	09-10-2014	2.265,34							
Topica World, Lda	Prestação de serviços	Análise de serviços de instalação, configuração e actualização de equipamentos físicos e lógicos da rede do INCI	58.500,00	29-06-2013	06-08-2013	35.977,50							
TOPICAFORMER, SOCIEDADE UNIPERSONAL, Lda	Prestação de serviços	Apoio à concepção e desenvolvimento tecnológico de interoperabilidade entre plataformas eletrónicas	4.550,00	21-04-2014	02-09-2014	6.086,50							
TUI Portugal - Agência de Viagens e Turismo, SA	Prestação de serviços	Contrato de Prestação de Serviços de Viagens	120.000,00	22-06-2012	29-08-2012	60.543,50							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Formação no sistema ERMica financeira	500,00	30-01-2014	10-03-2014	615,00							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Intervenção na área técnica na aplicação financeira ERMica para as necessárias alterações às chaves verificativas	150,00	19-03-2014	10-03-2014	184,50							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Procedimentos de base de dados e verificações - Outros	300,00	04-04-2014	30-05-2014	360,00							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Formação no sistema ERMica financeira	1.000,00	04-06-2014	01-12-2014	1.968,00							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Formação no sistema ERMica financeira	800,00	10-09-2014	01-12-2014	994,00							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Intervenção no sistema ERMica financeira	75,00	16-10-2014	19-12-2014	92,25							
UNIKSYSTEM - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, LDA	Prestação de serviços	Assistência técnica de aplicações ERMica financeira e de licenças	19.860,00	28-12-2012	19-02-2013	11.186,13							
Universidade do Porto - Faculdade de Engenharia	Prestação de serviços	Pratico em IA e a FEP tendo em vista o desenvolvimento do projeto denominado eLunch	48.000,00	08-06-2012	04-12-2012	22.140,00							
Veritem - Consultores de Formação	Prestação de serviços	Apoio da formação "Microsoft Outlook 2007"	600,00	13-05-2014	15-07-2014	668,70							
Verilabo - Instalações Técnicas Especiais, SA	Prestação de serviços	Manutenção do sistema AVAC	14.400,00	01-01-2011	29-03-2011	3.962,20							
Verilabo - Instalações Técnicas Especiais, SA	Prestação de serviços	Substituição do ventilador de frequência do sistema de ar condicionado	681,50	02-08-2013	08-05-2014	813,71							
VIA VERDE PORTUGAL - Gestões de Sistemas Eletrónicos de Coimbra, SA	Prestação de serviços	Substituição do filtro de unidades SHH de ar condicionado	290,55	21-11-2013	08-05-2014	357,38							
Vibr Nelo, Impressões, Lda	Prestação de serviços	Pagamento de Viagens	3.031,95	26-03-2014		3.031,95							
Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais SA.	Prestação de serviços	Manutenção preventiva, correctiva e manutenção corrente dos telefones eletrónicos de rede fixa e dos sistemas de Drenagem e Bortagem de Eficaz - solo do INCI, p	58.365,00	24-10-2013	18-12-2013	23.905,88							
Xerox Portugal - Equipamentos de Escritório, Lda	Prestação de serviços	Suporte labor ( tonalines)		25-09-2013 (b)	04-07-2011	8.869,47							
Xpress IT	Prestação de serviços	Atualização/Impressão do Equipamento cópia impressão para visitas		01-01-2010 (a)	17-05-2010	25.373,79							
Zen TV Cabo	Prestação de serviços	BASE - base para impressão - substituição do solter ano Trabalho	9.880,00	2014		12.152,40							
		Acceso aos canais de televisão	2.896.183,38	2008 (b)		324,08							
						2.238.346,41		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Nota: O valor dos contratos são sem IVA  
a) Valor variável em função do nº de cópias tiradas  
b) Valor variável em função do concorre  
c) Diveros contratos referentes à assistência dos fotocopiadoras, celebrados com datas diferentes  
d) O sistema contabilístico actual não permitiu obter os primeiros pagamentos referentes a 2008.  
e) Diveros protocolos com datas e valores diferentes  
f) Valor anual

O Presidente  
*Fernando Silva*  
Fernando Oliveira Silva  
João Ponce Dentinho

O Vogal  
*António Pires de Andrade*  
António Pires de Andrade

O Diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia  
*Pedro Pedrosa*  
Pedro Ministro



8.3.2 - Contratação Administrativa  
2 - Formas de Adjudicação

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2014

Unidade moeda: Euro

Tipo de contrato	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidatura		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste Directo		Total									
	Nº Contratos (2)	Valor (3)	Nº Contratos (4)	Valor (5)	Nº Contratos (6)	Valor (7)	Nº Contratos (8)	Valor (9)	Nº Contratos (10)	Valor (11)	Nº Contratos (12)	Valor (13)	Nº Contratos (14)	Valor (15)	Nº Contratos (16)	Valor (17)						
(1) Locação/Arrendamento Empreitada de obras públicas Gestão de serviços públicos Prestação de serviços Aquisição de bens													5	952.716,80	5	952.716,80	153	1.926.526,35	22	106.940,23	22	106.940,23

O CONSELHO DIRETIVO

O Presidente  
*Fernando Silva*  
Fernando Oliveira Silva

O Vogal  
*João Ponce Dentinho*  
João Ponce Dentinho

O Vogal  
*António Pires de Andrade*  
António Pires de Andrade

O Diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia  
*Pedro Ministro*  
Pedro Ministro

## 10. Legislação em vigor em 2013

### 10.1. Contratação Pública

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	64-B/2011	30-12-2011	Altera o Código dos Contratos Públicos
Lei	3/2010	27-04-2010	Altera o Código dos Contratos Públicos
Lei	59/2008	11-09-2008	Altera o Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	190/2012	22-08-2012	Estabelece um regime excecional e temporário, que vigorará até 1 de julho de 2016, da liberação das cauções prestadas para garantia da execução de contratos de empreitada de obras públicas e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que deles decorrem para o empreiteiro
Decreto-Lei	149/2012	12-07-2012	Altera vários artigos do Código dos Contratos Públicos
Decreto-Lei	108/2011	17-11-2011	Revoga o artigo 10º do Decreto-Lei n.º 200/2008, de 09.10, que aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Decreto-Lei	104/2011	06-10-2011	Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública nos domínios da defesa e da segurança e transpõe a Directiva n.º 2009/81/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Julho.
Decreto-Lei	131/2010	14-12-2010	Introduz o mecanismo do anúncio voluntário de transparência, modifica o regime da invalidade de atos procedimentais de formação de contratos administrativos, clarifica a aplicação de regras do Código dos Contratos Públicos, procede à quinta alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e transpõe a Diretiva n.º 2007/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Dezembro, que altera as Diretivas n.os 89/665/CEE, do Conselho, de 21 de Dezembro, e 92/13/CEE, do Conselho, de 25 de Fevereiro, no que diz respeito à melhoria da eficácia do recurso em matéria de adjudicação de contratos públicos
Decreto-Lei	278/2009	02-10-2009	Procede à segunda alteração ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com vista a garantir a flexibilidade da sua aplicação às atividades de investigação e desenvolvimento em instituições científicas e de ensino superior
Decreto-Lei	223/2009	11-09-2009	Altera o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que aprovou o Código dos Contratos Públicos, prorrogando até 31 de Outubro de 2009 a possibilidade de os documentos que constituem a proposta ou a candidatura poderem ser apresentados em suporte papel
Decreto-Lei	200/2008	09-10-2008	Aprova o regime jurídico aplicável à constituição, estrutura orgânica e funcionamento das centrais de compras
Decreto-Lei	143-A/2008	25-07-2008	Estabelece os termos a que deve obedecer a apresentação e receção de propostas, candidaturas e soluções no âmbito do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro
Decreto-Lei	18/2008	29-01-2008	Aprova o Código dos Contratos Públicos e altera o DL 12/2004, de 09.01

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	6/2004	06-01-2004	Estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e particulares e de aquisição de bens e serviços
Decreto Legislativo Regional	14/2009/A	29-07-2009	Estabelece um regime excecional de liberação da caução nos contratos de empreitada de obras públicas na Região Autónoma dos Açores
Decreto Legislativo Regional	15/2009/A	06-08-2009	Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/A, de 28 de julho, que aprova as regras especiais da contratação pública na Região Autónoma do Açores
Decreto Legislativo Regional	34/2008/M	14-08-2008	Adapta à Região Autónoma da Madeira o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro
Decreto Legislativo Regional I	34/2008/A	28-07-2008	Aprova regras especiais da contratação pública na Região Autónoma dos Açores
Declaração de Retificação	60/2008	10-10-2009	Retifica o Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de Agosto
Declaração de Retificação	18-A/2008	28-03-2008	Retifica o Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, que alterou o DL 12/2004, de 9 de Janeiro e aprovou o Código dos Contratos Públicos
Regulamento EU	1251/2011	30-11-2011	Atualizar os limiares comunitários, alterando as Diretivas 2004/17/CE e 2004/18/CE, aplicáveis à contratação pública
Portaria	85/2013	27-02-2013	Primeira alteração à Portaria 701-F/2008, de 29 de julho que regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)
Portaria	87/2011	25-02-2011	Primeira alteração à Portaria n.º 22/2010, de 11 de Janeiro, que estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI, I. P.)
Portaria	22/2010	11-01-2010	Estabelece a constituição da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P. (InCI, I. P.)
Portaria	1265/2009	16-10-2009	Primeira alteração à Portaria n.º 701-B/2008, de 29 de Julho, que nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição
Portaria	959/2009	21-08-2009	Aprova o formulário de caderno de encargos relativo aos contratos e empreitadas de obras públicas e revoga a Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro
Portaria	701-J/2008	29-07-2008	Define o regime de acompanhamento e fiscalização da execução dos projetos de investigação e desenvolvimento e cria a respetiva comissão
Portaria	701-I/2008	29-07-2008	Constitui e define as regras de funcionamento do sistema de informação designado por Observatório das Obras Públicas
Portaria	701-H/2008	29-07-2008	Aprova o conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias
Portaria	701-G/2008	29-07-2008	Portaria das plataformas eletrónicas
Portaria	701-F/2008	29-07-2008	Regula a constituição, funcionamento e gestão do portal único da Internet dedicado aos contratos públicos (Portal dos Contratos Públicos)

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	701-E/2008	29-07-2008	Aprova os modelos do bloco técnico de dados, do relatório de formação do contrato, do relatório anual, do relatório de execução do contrato, do relatório de contratação e do relatório final de obra
Portaria	701-D/2008	29-07-2008	Aprova o modelo de dados estatísticos
Portaria	701-C/2008	29-07-2008	Publica a atualização dos limiares comunitários
Portaria	701-B/2008	29-07-2008	Nomeia a comissão de acompanhamento do Código dos Contratos Públicos e fixa a sua composição
Portaria	701-A/2008	29-07-2008	Estabelece os modelos de anúncio de procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos a publicar no Diário da República
Aviso	14384/2013	22-11-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	11432/2013	12-09-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	1142/2013	24-01-2014	Publicação dos índices de custos de-mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais - (Quadro II) e de equipamentos de apoio - (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012
Deliberação	1377/2009	14-05-2009	Alteração do Código dos Contratos Públicos operada pelo Decreto-Lei n.º 34/2009, de 6 de Fevereiro

## 10.2. Construção

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	31/2009	03-07-2009	Aprova o regime jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, pela fiscalização de obra e pela direção de obra, que não esteja sujeita a legislação especial, e os deveres que lhes são aplicáveis e revoga o Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.
Decreto-Lei	118/2013	20-08-2013	Aprova o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e o Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, e transpõe a Diretiva n.º 2010/31/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de maio de 2010, relativa ao desempenho energético dos edifícios
Decreto-Lei	84/2011	20-06-2011	Procede à simplificação dos regimes jurídicos da deposição de resíduos em aterro, da produção cartográfica e do licenciamento do exercício das atividades de pesquisa e captação de águas subterrâneas,

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
			conformando-os com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno
Decreto-Lei	73/2011	17-06-2011	Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Diretiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos
Decreto-lei	69/2011	15-06-2011	Simplifica os regimes de acesso e exercício das atividades de construção, mediação e angariação imobiliária
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Decreto-Lei	555/99	16-12-1999	Estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação
Decreto-Lei	183/2009	10-08-2009	Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na conceção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/31/CE, do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, alterada pelo Regulamento (CE) n.º 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Setembro, aplica a Decisão n.º 2003/33/CE, de 19 de Dezembro de 2002, e revoga o Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio.
Decreto-Lei	46/2008	12-03-2008	Aprova o regime de gestão de resíduos de construção e demolição
Decreto-Lei	12/2004	09-01-2004	Estabelece o regime jurídico de ingresso e permanência na atividade da construção
Decreto Legislativo Regional	24/2010/M	30-03-2010	Estabelece o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade de executante de instalações elétricas de serviço particular, tendo sido declarada a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, dos artigos 1.º a 15.º pelo Ac.88/2012, de 08.03
Portaria	370/2013	27-12-2013	Fixa o valor médio de construção por metro quadrado a vigorar no ano de 2014
Portaria	353/2013	04-12-2013	Fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do País, para efeitos de cálculo da renda condicionada
Portaria	353-A/2013	04-12-2013	Estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação
Portaria	349-D/2013	29-11-2013	Estabelece os requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Portaria	349-C/2013	29-11-2013	Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização
Portaria	349-B/2013	29-11-2013	Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção
Portaria	349-A/2013	29-11-2013	Determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ)
Portaria	119/2012	30-04-2012	Fixa as classes de habilitação contidas nos alvarás das empresas de construção, bem como os valores máximos de obra que cada uma delas permite realizar e revoga a Portaria n.º 57/2011, de 28.01
Portaria	274/2011	26-09-2011	Define os indicadores de liquidez geral e autonomia financeira com vista ao acesso e permanência na atividade de construção das empresas do sector e fixa os respetivos valores de referência e revoga a Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto
Portaria	1379/2009	25-09-2009	Regulamenta as qualificações profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, pela direção de obras e pela fiscalização de obras.
Portaria	1268/2008	06-11-2008	Define o modelo e requisitos do livro de obra e fixa as características do livro de obra eletrónico
Portaria	19/2004	10-01-2004	Estabelece as categorias e subcategorias relativas à atividade da construção.
Portaria	18/2004	10-01-2004	Estabelece quais os documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos de ingresso e permanência na atividade da construção.
Portaria	16/2004	10-01-2004	Estabelece o quadro mínimo de pessoal das empresas classificadas para o exercício da atividade da construção
Portaria	15/2004	10-01-2004	Estabelece as taxas devidas pelos procedimentos administrativos tendentes à emissão, substituição ou revalidação de alvarás e títulos de registo, à emissão de certidões, bem como pelos demais procedimentos previstos no Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, relativas à atividade da construção.
Portaria	14/2004	10-01-2004	Estabelece os requisitos e procedimentos a cumprir para a concessão e revalidação dos títulos de registo, para a atividade da construção.
Declaração de Retificação	41/2013	17-10-2013	Retifica o n.º 8 do art. 39.º e o n.º 5 do art. 47º do Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20.08
Declaração de Retificação	27/2012	30-05-2012	Retifica a Portaria 119/2012, de 30.04
Declaração de Retificação	25/2012	23-05-2012	Retifica a Portaria 119/2012, de 30.04

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Despacho	3861/2010	03-03-2010	Constituição da comissão de acompanhamento prevista no artigo 20.º da Portaria n.º 1379/2009, de 30 de Outubro
Aviso	1142/2013	24-01-2013	Publicação dos índices de custos de mão-de-obra, - (Quadro I), de materiais - (Quadro II) e de equipamentos de apoio - (Quadro III), referentes a julho, agosto e setembro de 2012
Aviso	11432/2013	12-09-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro
Aviso	14384/2013	22-11-2013	Fixa os índices ponderados de custos de mão-de-obra, materiais e equipamentos de apoio referentes aos meses de abril, maio e junho de 2013, para efeitos de aplicação das fórmulas de revisão de preços a que se refere o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro

### 10.3. Mediação Imobiliária

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Lei	15/2013	08-02-2013	Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a atividade de mediação imobiliária, conformando-o com a disciplina constante do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços do mercado interno
Lei	46/2011	24-06-2011	Altera o artigo 57.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho
Lei	25/2008	05-06-2008	Estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo.
Decreto-Lei	18/2013	06-02-2013	Altera os artigos 2º e 64º e adita o artigo 40º-A à Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo
Decreto-Lei	242/2012	07-11-2012	Altera os artigos 3.º, 24.º e 25.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo
Decreto-Lei	92/2010	26-07-2010	Estabelece os princípios e as regras necessárias para simplificar o livre acesso e exercício das atividades de serviços e transpõe a Diretiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro
Decreto-Lei	317/2009	30-10-2009	Aprova o regime jurídico relativo ao acesso à atividade das instituições de pagamento e à prestação de serviços de pagamento, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2007/64/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de Novembro. Altera os artigos 3.º e 24.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	118/2009	19-05-2009	Procede à segunda alteração ao Decreto-lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro, que estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral, criando a rede telemática de informação comum
Decreto-Lei	371/2007	06-11-2007	Altera e republica o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro. Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações em todos os estabelecimentos onde se forneçam bens e se prestem serviços aos consumidores.
Decreto-Lei	156/2005	15-09-2005	Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização do livro de reclamações a todos os fornecedores de bens ou prestadores de serviços que tenham contacto com o público em geral.
Portaria	199/2013	31-05-2013	Sujeita ao pagamento de taxas, destinadas a cobrir os encargos com a gestão do sistema de licenciamento e registo das empresas de mediação imobiliária e revoga a Portaria n.º 1328/2004, de 19 de outubro
Portaria	866/2009	13-08-2009	Determina que a Direcção-Geral do Consumidor disponibilize em ambiente eletrónico uma rede telemática de informação comum (RTIC) que assegure às entidades reguladoras e de controlo de mercado sectorialmente competentes uma plataforma para a gestão das reclamações
Portaria	41/2009	13-01-2009	Aprova a lista de países ou jurisdições que integram o conceito de «país terceiro equivalente» para efeitos da aplicação da Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho, relativa ao combate ao branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo
Portaria	896/2008	12-08-2008	Altera a Portaria n.º 1288/2005, de 15 de Dezembro, que aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro
Portaria	1288/2005	15-12-2005	Aprova o modelo, edição, preço, fornecimento e distribuição do livro de reclamações a ser disponibilizado pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de Setembro.
Regulamento	282/2011	06-05-2011	Regulamenta os deveres previstos na Lei n.º 25/2008, de 5 de Junho e revoga o Regulamento n.º 79/2010 de 13 de Janeiro
Declaração de Retificação	41/2008	04-08-2008	Retifica a Lei 25/2008, de 5 de Junho

#### 10.4. Ficha Técnica da Habitação

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	68/2004	25-03-2004	Estabelece os requisitos a que obedecem a publicidade e a informação disponibilizadas aos consumidores no âmbito da aquisição de imóveis para habitação – Ficha técnica da habitação
Portaria	817/2004	16-07-2004	Aprova o modelo da ficha técnica da habitação



## 10.5. InCI, IP

Tipo de Diploma	N.º	Data	Texto
Decreto-Lei	158/2012	23-07-2012	Aprova a orgânica do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.
Portaria	378/2012	20-11-2012	Aprova os estatutos do Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P., e revoga a Portaria n.º 542/2007, de 30 de abril
Despacho	8455/2013	28-06-2013	Nomeação, em regime de comissão de serviço, da licenciada Isabel Maria Esteves da Rosa, para o cargo de Diretora de Qualificação e de Licenciamento
Despacho	8456/2013	28-06-2013	Nomeação, em regime de comissão de serviço da licenciada Maria Helena Ferreira de Abranches Martins Vilhena Fragoso para o cargo de diretora da Direção Jurídica e da Contratação Pública
Despacho	8454/2013	28-06-2013	Nomeação de comissão de serviço, do licenciado Pedro Manuel Ribeiro Coimbra para o cargo de diretor da Direção de Inspeção
Despacho	8732-A/2013	04-07-2013	Revisão e atualização da delegação de competências do Ministro da Economia e do Emprego nos Secretários de Estado que o coadjuvam no exercício das suas funções
Despacho	8866/2013	08-07-2013	Nomeação, em regime de comissão de serviço, do licenciado Pedro Francisco Rodrigues Ministro para o cargo de diretor da Direção Financeira, de Estudos e de Estratégia
Despacho	8956/2013	09-07-2013	Nomeação, em regime de comissão de serviço da licenciada Cláudia João Aragão Mendes Barata para o cargo de diretora da Direção Administrativa e de Recursos Humanos
Despacho	12136/2013	24-09-2013	Designa, em regime de substituição, os seguintes membros do Conselho Diretivo do Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.): Fernando José Oliveira Silva (Presidente) e João Santiago Leão Ponce Dentinho e António Albino Pires de Andrade (Vogais)
Despacho	2118/2013	08-11-2013	Procede à distribuição de pelouros e delegação de competências nos membros do Conselho Diretivo